

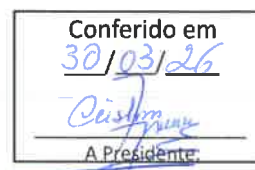
Santa Casa da Misericórdia de Arganil



Acta nº 8-2023-2026



Reunião da Assembleia Geral



Aos vinte e seis dias do mês de Março de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa, sito na Rua Comendador Cruz Pereira, em sessão ordinária e em segunda convocatória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24º do Compromisso, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pela irmã, Eng.ª Cristina Maria de Almeida Jorge Figueiredo, acompanhada pela Vice-Presidente, a irmã Sr.ª Carina Alexandra Costa Santos, esta última designada pela Assembleia Geral e por isso terminando o seu mandato no final da sessão, e o Secretário, o irmão Sr. Mário João Candosa Vitória.

Constituída a Mesa da Assembleia Geral, tomou a palavra a respetiva Presidente, Eng.ª Cristina Maria de Almeida Jorge Figueiredo, para apresentar a Ordem de trabalhos constante da Convocatória e que a seguir se transcreve:

1. Conhecimento da ata da reunião da Assembleia Geral de 28 de Novembro de 2025, aprovada com um voto de confiança, nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso;
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2025, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;
3. Deliberação sobre ratificação da escritura pública de Dação em Pagamento, datada de 20/02/2026, referente ao artigo rústico n.º 2.650, com 2120 m2., sito na Digueifel, da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital;
4. Deliberação, sob proposta da Mesa Administrativa, de pedido de autorização de alienação do artigo urbano nº 2708 D, sito na Rua Torres de Cotilhas n.º 130, Freguesia e Concelho de Arganil, registado sob a descrição n.º1721 da Conservatória de Arganil;
5. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral.

Apresentada a ordem de trabalhos e previamente à discussão e deliberação dos assuntos constantes na mesma, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng. Cristina Maria de Almeida Jorge Figueiredo, adiante Cristina Figueiredo, usou da palavra para evocar a memória da Sr.ª Maria Ondina Coimbra, esposa do falecido Prof. José Dias Coimbra, que entretanto também faleceu.

Nesse sentido, e “considerando o inegável amor que a Sr.ª Prof. Ondina, como era carinhosamente tratada, nutria por esta Misericórdia, tendo acompanhado durante mais de quarenta anos o seu Provedor de então, era de inteira justiça que esta Assembleia Geral lhe mostrasse o seu enorme respeito, através de um minuto de silêncio”.



Realizada a proposta junto da Assembleia Geral de realização de um minuto de silêncio em honra e memória da irmã Maria Ondina Coimbra, foi a mesma aprovada por unanimidade, e de imediato executado com os irmãos presentes todos de pé.

Depois, e antes da entrada na apresentação e discussão das temáticas previstas para a Assembleia Geral, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Cristina Figueiredo, deu nota de que "toda a documentação necessária à discussão e boa decisão dos assuntos inscritos nos pontos 1,2,3, e 4, foi disponibilizada para consulta nos serviços da Instituição, bem como na página oficial da Misericórdia, nos termos do Compromisso da Misericórdia, tendo ainda sido, previamente, distribuída antes do início da presente reunião, como tem sido habitual".

Razão pela qual, propôs junto da Assembleia Geral que os assuntos a discussão, pela importância e urgência que mereciam, fossem votados em minuta, isto se nada houvesse em contrário por parte dos irmãos presentes.

Não se tendo registado qualquer oposição pelos membros da Assembleia Geral a esta proposta, foi a mesma votada e aprovada por unanimidade, passando os assuntos e respetivas deliberações a ser votados em minuta.

Após isso, deu-se início aos trabalhos, seguindo a respetiva ordem inscrita na convocatória já apresentada, e da qual constam as respetivas decisões que a seguir se apresentam:

1. Conhecimento da ata da reunião da Assembleia Geral de 28 de Novembro de 2025, aprovada com um voto de confiança, nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso;

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Cristina Figueiredo, recordou que a ata em causa foi aprovada nos termos estatutários com um voto de confiança à Mesa, e tendo sido a mesma previamente disponibilizada para consulta antes da presente reunião, pelo que, foram questionados os irmãos presentes se, porventura, existia alguma alteração ou esclarecimento a realizar.

Não se tendo registada qualquer pedido de esclarecimento ou intervenção, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Cristina Figueiredo, propôs que a mesma ata fosse considerada do perfeito conhecimento dos irmãos da Misericórdia, e conseqüentemente ratificado o voto de confiança à Mesa pela aprovação ao abrigo do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso /Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

A Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, considerando-se que a ata é do conhecimento dos irmãos e se encontra devidamente aprovada para todos os necessários e legais efeitos.

2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2025, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;

Em relação ao segundo ponto da ordem de trabalhos a Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a

palavra ao Provedor da Misericórdia, Prof. António Carvalhais da Costa, o qual deu nota das dificuldades que marcaram o exercício de 2025, nomeadamente ao nível da execução das candidaturas aprovadas ao PRR.

Nesse particular salientou “os atrasos na receção das verbas devidas pelas entidades públicas, nomeadamente ao nível do projeto referente ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas, para aquisição de mobiliário e equipamento, o que suscitou enormes constrangimentos de tesouraria”.

Ainda no âmbito do projeto de reabilitação do antigo hospital da Instituição, o Provedor referiu que a abertura é aguardada com expectativa “pois as démarches inerentes à comunicação da conclusão da obra estavam terminadas junto da autarquia arganilense, pelo que se aguardará apenas a receção da documentação dessa última entidade, para efeitos de contratualização do funcionamento das 36 camas junto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados”.

O Provedor salientou a “pertinência deste projeto para o desenvolvimento local, alargando o leque de serviços de saúde direcionados, não apenas para a comunidade de Arganil, mas toda a Região, ao mesmo tempo que possibilitará a criação de novos postos de trabalho, contribuindo também para a fixação de jovens.”

Realçou ainda o papel de benemérita da Misericórdia que contribuiu para que a Instituição conseguisse satisfazer alguns dos seus compromissos.

Por último, frisou a preservação da memória coletiva, com diversas iniciativas homenageando figuras locais e regionais como foram os casos dos Drs. Carlos Maia Teixeira e Manuel Barreto Leite.

De seguida solicitou ao Diretor Geral da Instituição, e vice-provedor, Dr. Nuno Gomes, que procedesse à explanação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, previamente disponibilizada nos termos já enunciados pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e cuja cópia se anexa.

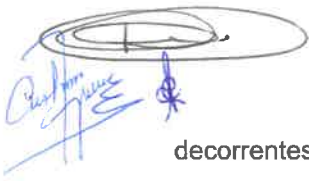
No uso da Palavra o Diretor Geral, Dr. Nuno Gomes, procedeu à explanação e apresentação do documento, realçando a vasta e intensa atividade da Instituição nas suas mais diversas componentes, em consonância com os objetivos previamente elencados para o exercício em apreço.

Quanto à componente económica, o Diretor geral explicou que os rendimentos obtidos e que totalizaram quatro milhões, seiscentos e trinta quatro mil, trezentos e setenta e sete euros e vinte e três cêntimos (4.634.377,23€), corresponderam a um nível de crescimento, face ao exercício de 2024, em 15,9%, ou seja, mais seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete euros e três cêntimos (636.647,03€).

No campo dos gastos, o exercício de 2025 totalizou um valor de quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos (4.335.583,56€), registando um aumento de 11,48%, face ao exercício anterior (2024), correspondendo a mais quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte euros e oitenta e nove cêntimos (446.320,89€).

Assim, o Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2025 foi positivo, concretizando-se em duzentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e três euros e oitenta e sete cêntimos (298.793,87€), o qual se propõe levar a resultados transitados.

De igual modo, foi apresentado o mapa de investimento concretizado, apesar das condicionantes



decorrentes dos atrasos do PRR, bem como a situação do ativo e do passivo da Instituição, sendo ainda dado conhecimento da Certificação Legal de Contas que integra o relatório de Atividades e Contas, certificação esta que não apresenta qualquer inconformidade.

Após a intervenção do Diretor Geral, solicitou a palavra o Provedor da Misericórdia, prof. António Carvalhais da Costa, para ler a Conclusão do referido documento, salientando a existência de uma gralha no documento distribuído, isto é, no primeiro parágrafo desse item, onde se lê Plano de Atividades e Orçamento para 2026, deverá ler-se 2025, conforme abaixo se transcreve.

CONCLUSÃO

Quando foi gizado o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 foram elencados, de forma resumida, como objetivos centrais - Colocar os Investimentos realizados ao serviço do reforço da sustentabilidade da Misericórdia & Manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando a prestação de serviços à comunidade e contribuindo para a coesão social.

Após doze meses intensos de trabalho, dedicação e coragem, podemos afirmar que ambas as metas foram alcançadas, se bem que à data da elaboração do presente Relatório ainda se aguarde o desfecho de algumas opções tomadas em 2025.

Para nós, não restam de dúvidas de que todos os procedimentos públicos realizados para dar resposta e desfecho às candidaturas ao PRR, competiram para a concretização do objetivo de colocar os investimentos ao serviço do reforço da sustentabilidade, mas de igual modo, possibilitaram a manutenção funcional e operacional de diversas respostas sociais em prol da comunidade.

Consequentemente, ao falarmos da candidatura ao PRR – Mobilidade Verde e a sua concretização, esta veio permitir o reforço da capacidade do Centro de Dia, mas de igual modo o reforço da componente de transporte em ERPI, melhorando e renovando a frota automóvel da Instituição.

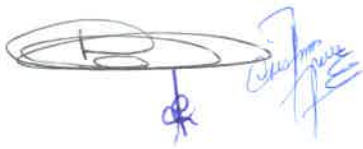
Por outro lado, a empreitada de reabilitação da cozinha, do armazém, e espaços comuns como balneários, em contexto de candidatura ao PRR, não apenas irá permitir o reforço da sustentabilidade da Instituição, através do aumento da capacidade das suas respostas, nomeadamente no SAD, como ainda reforçará o impacto na comunidade com o alargamento dos serviços.

Já para não falar no caso do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, embora aqui ainda se aguarde pela abertura dessa estrutura, o que a suceder representará um salto qualitativo e quantitativo a todos os níveis, cumprindo desse modo os dois objetivos traçados, quer seja a sustentabilidade da Misericórdia e quer seja a operacionalidade das respostas colocadas ao serviço da comunidade e dos territórios limítrofes.

Equipámos a lavandaria, equipámos a cozinha, melhorámos as coberturas do edificado, tudo em prol de uma melhor Instituição ao serviço dos que mais precisam.

No entanto, não podemos deixar de lamentar a completa ausência de apoios e, concluído que foi o ano de 2025, não foi nessa data recebida qualquer verba contratualizada em sede de PRR, e muito menos uma palavra de estímulo, ou sequer um apoio financeiro, do lado da autarquia, o que se diga, é de lamentar!

Contudo, se no campo das ações promovidas, fosse nas respostas sociais, ou fosse nas respostas de



saúde, nos investimentos realizados e nas atividades direcionadas para os utentes, é possível constatar a efetiva concretização do Plano de Atividades e Orçamento a que a Instituição se propôs nos idos de 2024 para o exercício de 2025, não podemos deixar de sublinhar a preocupação com a memória coletiva da nossa comunidade e região.

A Misericórdia lançou mão de recordar os 20 anos da inauguração do Centro de Saúde Arganil anexo ao seu Hospital, projetado para servir uma população de 16 mil habitantes, quando hoje o Concelho de Arganil pouco mais tem do que 10 mil eleitores.

Mas não se ficou por aí, recordou Carlos Maia Teixeira, evocou Manuel Barreto Leite e abriu as suas portas aos candidatos às autarquias e às legislativas que por aqui quiseram passar, aos quais exprimiu as suas preocupações!

Indagou sobre a *Feira do Mont'Alto*, sem que tenha obtido qualquer resposta até ao final do exercício, fomos cáusticos em relação ao Cineteatro Alves Coelho, onde, mais uma vez, estivemos do lado da solução, mesmo sabendo do claro incumprimento dos compromissos que outra entidade assumiu para com a Santa Casa.

Parece no entanto, que a Misericórdia é um empecilho...quando tem procurado sempre soluções!

Mas porquê esta forma de tratar a Instituição?

Na realidade, caros Irmãos, é simplesmente porque temos voz, temos coragem e não nos vergamos.

Iremos continuar a nossa missão, e, tal como em Novembro anunciei, cá estaremos para renovar junto de todos vós a confiança indispensável para mais um mandato, especialmente quando temos obrigações junto da Banca que nos impelem a isso.

Com a bênção da Nossa Senhora, preparemo-nos para a Páscoa, acreditando na Ressurreição e na esperança da vida eterna, cumprindo as 14 obras de Misericórdia e respeitando a memória dos que nos antecederam.

Obrigado a todos e bem hajam

Arganil, aos 10 de Março

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)

Apresentado o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, a Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal Definitório, Dr. Raul Martins, para que este desse nota do respetivo parecer.

No uso da palavra, o Presidente do Conselho Fiscal / Definitório realçou o resultado positivo obtido no exercício de 2025, manifestando ainda a intensa atividade da Instituição, sem deixar de manifestar a expectativa pela necessária entrada em funcionamento da nova unidade prevista para o edifício do antigo hospital da Instituição (Hospital de Beneficência Condessa das Canas).

Depois dessas considerações passou a ler o respetivo parecer, o qual foi positivo e que desde já se dá por transcrito.



PARECER DO CONSELHO FISCAL/DEFINITORIO

Relatório de Atividades e Contas – Exercício de 2025

Com respeito pelas competências previstas nas alíneas a) e c) do art.º 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 10 de Março, pelas dezassete horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões Prof. José Dias Coimbra, da Misericórdia, para analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2025.

Ponderado o documento em apreço, assim como respetivos anexos, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de contabilidade, o Conselho Fiscal/Definitório destacou os objetivos inicialmente traçados para o exercício, a saber: colocar os investimentos realizados ao serviço do reforço da sustentabilidade da Instituição, bem como, o de manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando por essa via a prestação de serviços aos utentes e contribuindo para a coesão social.

Analisada a documentação concluímos que, genericamente, as metas foram concretizadas, saldando-se, em todas as suas componentes, num resultado positivo, com exceção do atraso na entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, mas que a atual Mesa Administrativa aguarda a emissão de licença de utilização, já solicitada em 30 de Dezembro de 2025.

Ainda sobre este equipamento o Conselho Fiscal / Definitório tomou conhecimento do lançamento de vários procedimentos de contratação pública, na sequência do Contrato de Financiamento celebrado no âmbito do PRR, no dia 17 de Abril de 2025.

No campo económico verificámos que os rendimentos obtidos e que totalizaram quatro milhões, seiscentos e trinta quatro mil, trezentos e setenta e sete euros e vinte e três cêntimos (4.634.377,23€), representando um nível de crescimento, face ao exercício de 2024, em 15,9%.

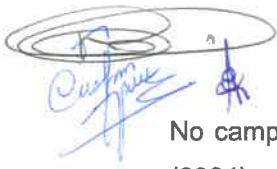
Registou-se dessa forma, um aumento em mais seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete euros e três cêntimos (636.647,03€).

Quanto aos contributos para esse crescimento destaque para a conta 72 – Prestação de serviços – com um aumento em mais duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três euros e trinta e um cêntimos (254.553, 31€).

Por outro lado, a conta 75 – Subsídios e Doações à Exploração – contribuiu para justificar o aumento de rendimentos no exercício de 2025, com um valor de mais duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e nove euros e setenta e três cêntimos (297.439,73€), face a 2024.

A conta 76 – Provisões (ganhos) – possibilitou a reversão/ganho de um valor de quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis mil e noventa cêntimos (47.946,90€), decorrente de processo judicial, face à provisão realizada em 2022.

Por fim, a conta 78 – Outros Rendimentos e Ganhos – onde foram incluídos quarenta mil euros (40.000,00€), também resultado de desfecho de ação judicial, por via de transação no processo, contribuiu para o desempenho da componente dos rendimentos.



No campo dos gastos, o exercício de 2025 registou um aumento de 11,48% face ao exercício anterior (2024), correspondendo a mais quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte euros e oitenta e nove cêntimos (446.320,89€).

O aumento desta componente radicou especialmente em duas contas, respetivamente a conta 63 – Gastos com Pessoal – e a conta 68 – Outros Gastos e Perdas.

No que se refere à conta relacionada com pessoal, conta 63, o aumento foi de 10,12%, o que correspondeu a mais duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro euros e oitenta e três cêntimos (244.294,83€), comparativamente com 2024.

Em relação à conta 68 – Outros Gastos e Perdas – verificou-se um incremento desta rúbrica, em mais duzentos e três mil, trezentos e sessenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos (203.365,99€), e isto na medida em que se procedeu à correção de valores referentes à sociedade Clifiargus (Medicina Física e de Reabilitação) na ordem dos cento e oitenta mil, e trezentos euros (180.300,00€), e “limpeza” de valores considerados incobráveis a utentes, na ordem dos trinta e um mil e duzentos euros (31.200,00€).

Analisadas as diferentes componentes Rendimentos / Gasto, verificou-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2025 foi positivo, concretizando-se em duzentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e três euros e oitenta e sete cêntimos (298.793,87€), o qual se propõe levar a resultados transitados.

O Conselho Fiscal / Definitório considerou ainda positivo o mapa de investimento concretizado, apesar das condicionantes decorrentes dos atrasos do PRR.

Face ao exposto, deliberou o Conselho Fiscal / Definitório, por unanimidade, dar parecer favorável ao Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2025, assim como toda a documentação de suporte e à proposta de levar a Resultados Transitados o Resultado Líquido obtido, propondo à Assembleia Geral a respetiva aprovação.

Mais considerou, ser ainda de propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, e serviços de apoio, pelo trabalho desenvolvido, não apenas na preparação e elaboração da documentação, mas especialmente no desempenhado concretizado no exercício em análise.

Arganil, aos 10 de Março de 2026

O Conselho Fiscal

Apresentado o Parecer, e cuja cópia também se anexa, a Presidente da Mesa, Cristina Figueiredo, procedeu à abertura de um período de intervenções por parte dos irmãos que quisessem obter esclarecimentos, ou suscitar quaisquer dúvidas.

No entanto, e não se tendo registado qualquer pedido para uso da palavra, tendo a Assembleia Geral manifestado estar devidamente esclarecida, usou da palavra a Presidente da Mesa para uma intervenção que se transcreve:

“Estimados Irmãos e Irmãs, membros dos Órgãos Sociais e colaboradores da nossa Santa Casa,



Estamos aqui para cumprir um ato de gestão fundamental: a apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, mas também para celebrar a vitalidade desta instituição.

A análise deste documento, validada pelo parecer favorável e unânime do nosso Conselho Fiscal / Definitório, revela uma casa robusta, focada na sustentabilidade e na missão social que nos define.

a) O Rigor dos Números e a Sustentabilidade da Missão

Conforme detalhado no parecer que serve de base à nossa deliberação, gostaria de destacar os seguintes marcos do último ano:

- Crescimento Solidificado: Registámos rendimentos totais de 4.634.377,23€, um crescimento de 15,9% face a 2024.
- Gestão de Recursos: Alcançámos um Resultado Líquido positivo de 298.793,87€, mesmo após investimentos no pessoal e na regularização de contas.
- Visão de Futuro: Destaco o avanço nos procedimentos de contratação pública sob o financiamento do PRR e o esforço para a abertura do Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

b) A Dimensão Humanista da Misericórdia

Para além dos números e das contas, o que nos convoca hoje é a missão humanista que corre no sangue desta Santa Casa. Cada euro aqui contabilizado traduz-se em conforto para um idoso, em cuidado para um doente e em segurança para as famílias de Arganil.

Ser Misericórdia é, acima de tudo, um exercício de empatia e entrega. Esta casa não é feita de paredes, mas de pessoas que cuidam de pessoas, mantendo viva a chama da solidariedade e da coesão social num mundo tantas vezes indiferente.

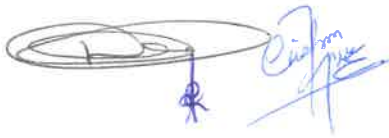
c) Notas de Reconhecimento e Gratidão

Este desempenho de excelência é fruto de um trabalho coletivo que merece o nosso mais profundo louvor e agradecimento:

- Aos nossos Colaboradores: Pelo rosto humano que dão a esta instituição todos os dias.
- Aos Órgãos Sociais e ao Sr. Provedor, António Carvalhais: Pela liderança serena, íntegra e sempre presente.
- Ao Sr. Vice-Provedor e Diretor Geral, Dr. Nuno Gomes: Um agradecimento muito especial pelo impulso, motivação e visão estratégica que a todos contagia. A sua energia e o seu olhar de futuro são o motor que nos orgulha e nos faz acreditar que podemos sempre ir mais longe no serviço ao próximo.

Pelas razões expostas e em sintonia com a recomendação do Conselho Fiscal, submeto o presente relatório à vossa aprovação.”

Após esta intervenção, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, seguindo o parecer do Conselho



Fiscal / Definitório, propôs um voto de louvor, e aclamação, ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025, e demais documentação anexa.

Colocado a votação o Relatório de Atividades e Contas, anexo ao balanço e demais documentação anexa, todos relativos ao exercício de 2025, foi o mesmo aprovado por unanimidade e aclamação, bem como o parecer do Conselho Fiscal / Definitório, o qual inscrevia igualmente um voto de louvor que foi igualmente aprovado nos mesmos termos e que se cita «um voto de louvor à Mesa Administrativa, e serviços de apoio, pelo trabalho desenvolvido, não apenas na preparação e elaboração da documentação, mas especialmente no desempenhado concretizado no exercício em análise».

3. Deliberação sobre ratificação da escritura pública de Dação em Pagamento, datada de 20/02/2026, referente ao artigo rústico n.º 2.650, com 2120 m2., sito na Digueifel, da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital;

Chegados ao terceiro ponto da ordem de trabalhos foi apresentada e enquadrada a escritura inscrita no presente ponto, por parte do Diretor Geral da Instituição, por indicação do Sr. Provedor, assim como a pertinência da respetiva ratificação em prol do património da Instituição, bem como a necessidade desta para pagamento de dívida existente para com a Misericórdia.

Explanada e devidamente esclarecida que foi a escritura de dação em pagamento do artigo rústico n.º 2.650, com 2120 m2., sito na Digueifel, da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital, o Presidente do Conselho Fiscal / Definitório, Dr. Raul Martins, procedeu à apresentação do parecer que a seguir se dá por transcrito.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO DAÇÃO EM PAGAMENTO

O Conselho Fiscal /Definitório, no uso das suas competências, nomeadamente as previstas na alienas b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Misericórdia, e a solicitação da Mesa Administrativa, apreciou a escritura pública datada de 20 de Fevereiro de 2026, relativa à Dação em Pagamento do seguinte imóvel:

Artigo rústico n.º 2.650, com 2120 m2., sito na Digueifel, da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital

Após a devida análise, e considerando os seguintes aspetos:

- a) A Dação em Pagamento visa regularizar um valor em dívida relativo a comparticipação familiar – descendente em linha reta – pelo serviço assegurado pela resposta social de ERPI, e cujos meios económicos disponíveis (descendente em linha reta) poderão tornar incobrável esse montante, com o conseqüente aumento do mesmo;
- b) A receção do presente artigo, uma vez que se encontra localizado em zona urbanizável, tem um potencial de valorização interessante, na eventual realização de uma operação futura de alienação;



- c) A ratificação pela Assembleia Geral da escritura em causa poderá permitir, no exercício de 2026, o aumento dos ativos da Instituição, ou compensar eventuais alienações;

O Conselho Fiscal / Definitório deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à Dação em Pagamento do artigo atrás melhor identificado, propondo que a Assembleia Geral aprove a respetiva ratificação.

Mais considerou, ser de propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, pela capacidade de antecipação das necessidades da Instituição, bem como da política de gestão do património.

Arganil, aos 10 de Março de 2026

O Conselho Fiscal / Definitório

Após a apresentação do parecer do Conselho Fiscal, e não se tendo registado quaisquer pedidos de intervenção por parte dos irmãos presentes, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação a ratificação da mesma escritura, tendo esta sido ratificada por unanimidade, assim como foi aprovado, também por unanimidade, o voto de louvor proposto e que fica registado em ata nos seguintes termos «voto de louvor à Mesa Administrativa, pela capacidade de antecipação das necessidades da Instituição, bem como da política de gestão do património».

4. Deliberação, sob proposta da Mesa Administrativa, de pedido de autorização de alienação do artigo urbano nº 2708 D, sito na Rua Torres de Cotilhas n.º 130, Freguesia e Concelho de Arganil, registado sob a descrição n.º1721 da Conservatória de Arganil;

No quarto ponto da ordem de trabalhos o Diretor Geral, por indicação do Provedor e autorizado pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, procedeu à apresentação e explicação da proposta da Mesa Administrativa, e que a seguir se dá como transcrita:

PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO

Identificação: Artigo urbano nº 2708 D, sito na Rua Torres de Cotilhas n.º 130, Freguesia de Arganil, Concelho de Arganil, Registado sob a descrição n.º1721 da Conservatória de Arganil, composto por um piso com 5 divisões e garagem, com uma área total do terreno com 144.30 m², área de implantação de 144.30 m², área bruta dependente de 18.20 m² e uma área bruta privativa de 107.10 m².

A Mesa Administrativa pretende alienar o imóvel em cima melhor identificado por três ordens de razão:

- a) Necessidade de acautelar recursos económicos em resultado da situação resultante do atraso no cumprimento dos pagamentos do PRR referentes a diversas candidaturas, nomeadamente no âmbito do Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
- b) Urgência no acautelar de recursos financeiros, decorrentes dos compromissos que esta instituição assumiu referentes ao aumento salarial após a revisão do ACT - Acordo Coletivo de Trabalho, que se perspectiva com a publicação no boletim de trabalho de acordo celebrado entre Sindicatos e UMP, ou Portaria de Extensão;
- c) Sendo ainda um Património, que carece de obras de remodelação, é aconselhável que seja



alienado, para evitar custos, cujo retorno não ocorrerá no imediato.

Nesse sentido, deverá ser considerado o valor patrimonial da avaliação da Autoridade Tributária e Aduaneira, no montante de 53 175.91€ (Cinquenta e três mil cento e setenta e cinco euros e noventa e um cêntimos), bem como a avaliação da empresa CIVIBEIRA – Projetos e Avaliações Lda, no montante de 74.000,00€ (setenta e quatro mil euros).

Assim, a alienação do artigo em causa, cumpridos os requisitos inscritos na alínea g) do nº 1 do artigo 21º do Compromisso desta Misericórdia, apresenta-se como a melhor solução para rentabilização deste património específico, solicitando-se, desde já, a respetiva autorização para a sua venda, bem como os mais amplos poderes para o Provedor, ou outros elementos que a Mesa Administrativa designar, concretizar negócio com potenciais interessados, sejam eles particulares ou entidades coletivas, bem como a negociação direta, ou o recurso a agência imobiliária, para esse efeito.

Arganil, 10 de Março de 2026

P'la Mesa Administrativa,

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)

Depois de conhecida a proposta da Mesa Administrativa, e prestados os esclarecimentos necessários, foi solicitado pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral a apresentação do parecer do Conselho Fiscal / Definitório para este assunto e que esteve a cargo do respetivo presidente, Dr. Raúl Martins, dando-se por transcrito o mesmo.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

O Conselho Fiscal /Definitório, no uso das suas competências, nomeadamente a prevista na aliena c) do artigo 31º do Compromisso da Misericórdia, e a solicitação da Mesa Administrativa, apreciou a proposta desta última, relativa ao pedido de autorização para alienação/venda do seguinte imóvel:

Artigo urbano nº 2708 D, sito na Rua Torres de Cutilhas n.º 130, Freguesia de Arganil, Concelho de Arganil, Registado sob a descrição n.º1721 da Conservatória de Arganil, composto por um piso com 5 divisões e garagem, com uma área total do terreno com 144.30 m2, área de implantação de 144.30 m2, área bruta dependente de 18.20 m2 e uma área bruta privativa de 107.10 m2;

Após a devida análise, e considerando os seguintes aspetos:

- a) Necessidade de acautelar recursos económicos em resultado dos compromissos assumidos pela Instituição, sendo essencial um reforço de tesouraria para fazer face aos mesmos, designadamente os resultantes dos procedimentos no âmbito de candidaturas ao PRR;
- b) Evitar, face ao número de anos do edificado em causa, a realização de investimento no mesmo para a respetiva preservação;
- c) Perspetiva de alterações ao mercado imobiliário no território, fruto do aumento da oferta,



nomeadamente de habitação a custos acessíveis.

Deliberou o Conselho Fiscal / Definitório, por unanimidade, dar parecer favorável à proposta de pedido de autorização de alienação/venda do imóvel atrás melhor identificado e nos termos solicitados pela Mesa Administrativa.

Mais considerou, ser de propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, pela capacidade de antecipação das necessidades da Instituição, bem como da política de gestão do património.

Arganil, aos 10 de Março de 2026

O Conselho Fiscal / Definitório

Apresentadas quer a proposta da Mesa Administrativa e quer o parecer do Conselho Fiscal, e não se tendo registado quaisquer pedidos de esclarecimentos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação ambos os documentos, os quais foram aprovados por unanimidade, ficando desde já mandata a Mesa Administrativa, nos termos em que se obriga a Instituição, a proceder à alienação/venda do imóvel em causa.

Mais foi deliberado, por unanimidade, ficar registado em ata a aprovação de «um voto de louvor à Mesa Administrativa, pela capacidade de antecipação das necessidades da Instituição, bem como da política de gestão do património», conforme proposta inscrita no parecer do Conselho Fiscal sobre este assunto.

5. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral.

Chegados ao último ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Provedor, António Carvalhais da Costa, que aproveitou para agradecer a todos os irmãos pela participação na procissão do Senhor dos Passos, e que se realizou nos dias 21 e 22 de Março e onde a Misericórdia participou com a sua irmandade que transmite uma enorme intergeracionalidade, juntando o vigor dos mais jovens à experiência dos mais velhos.

Tal participação e empenho são “reveladores de uma forte cultura institucional e de um conhecimento da identidade e história da Misericórdia pelos seus irmãos, fazendo votos de uma Santa Páscoa para toos vós e respetivas famílias”.

Terminada a intervenção do Provedor, e não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Cristina Figueiredo, propôs que “uma vez que todos os assuntos foram aprovados em minuta e por unanimidade, fosse também aprovado um voto de confiança, nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso / Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, para aprovar a respetiva ata.”

Colocada a votação a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Por fim endereçou uma mensagem referindo “encontramo-nos em plena Quarentena da Páscoa, um tempo litúrgico que nos convida à reflexão, mas sobretudo à renovação. Que este período de preparação nos inspire a renovar os nossos votos de serviço.

Que a fé nos guie nos momentos de incerteza e que a esperança da Ressurreição ilumine o nosso trabalho, lembrando-nos que, tal como a primavera que agora desperta, também a nossa Santa Casa se renova em cada projeto e em cada vida que toca. Uma Santa e Feliz Páscoa para todos.

Os trabalhos foram então dados por encerrados pelas vinte e duas horas e trinta minutos, tendo sido redigida a presente ata, a qual foi aprovada nos termos do n.º 5 do artigo 19º do Compromisso /Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, e cujas deliberações entraram de imediato em vigor.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Quintina Maria de Almeida Jorge de Figueiredo*

A Vice-presidente; *Marina Alexandra Costa Santos*

O Secretário; *Mário José Cardoso V. Silva*



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025





ÍNDICE

1 CENÁRIO GLOBAL	5
2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
3 SÚMULA DA EXECUÇÃO	9
4 AÇÕES REALIZADAS	11
4.1 PROJETOS E CANDIDATURAS - PRR	11
4.2 OUTROS PROJETOS – COGNIMOTION VR: EXPERIÊNCIAS TERAPÊUTICAS INTEGRADAS & PERCURSOS DE COR	12
4.3 ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL	14
4.3.1 LAR DE IDOSOS - ERPI	15
4.3.2 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)	19
4.3.3 CENTRO DE DIA	25
4.3.4 CATL AAAF SAI	29
4.3.5 CANTINAS SOCIAIS	30
4.3.6 GRUPO DE SAÚDE – SAÚDE HOLÍSTICA	31
4.4 ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS	33
4.4.1 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE	33
4.4.2 HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS	47
4.4.3 UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO (UMFR)	47
4.5 A COMARCA DE ARGANIL	48
4.6 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS	49
4.7 ORGANIZAÇÃO PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	50
4.8 ATIVIDADES LÚDICAS E OCUPACIONAIS	57
4.9 PATRIMÓNIO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS	59
4.10 PARCERIAS	62
4.11 RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO	64
4.12 AÇÕES E PROCESSOS JUDICIAIS	68
5 CONTAS	72
5.1 RENDIMENTOS	75
5.2 GASTOS	77
5.3 INVESTIMENTOS	79
6 CONCLUSÃO	80
7 ANEXO - Anexo ao Balanço e DR	83
OUTROS ANEXOS	



1 CENÁRIO GLOBAL

Concluído o ano de 2025, é também o momento da avaliação deste, abrangendo as suas mais diversas componentes com incidência na atuação da Instituição no âmbito do desenvolvimento das suas atividades estatutárias, a par com o desempenho económico do exercício.

No entanto, realizar tal avaliação implica recordar o contexto em que a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, adiante Misericórdia, desempenhou a sua missão. ...

No campo internacional a **instabilidade geopolítica manteve-se**, com especial incidência na Europa Central e no Médio Oriente, destacando-se a longevidade do conflito armado que opõe a Ucrânia à Federação Russa e cujo início da guerra ocorreu no já distante ano de 2022 (24 de Fevereiro).

Por ser o conflito de latitude mais próxima da sociedade portuguesa, será e foi, aquele que maior preocupação e impacto teve na existência e vivência nacional, embora a instabilidade internacional verificada em outros pontos do globo sejam per si, focos de incerteza na vida das organizações, especialmente pelo impacto económico que deles decorre, com reflexo nos custos operacionais das organizações do Setor Social.

A esse propósito não podemos esquecer a tensão existente na República Islâmica do Irão, e que foi alvo de uma ação militar por parte dos Estados Unidos da América, incidindo no programa nuclear e as suas instalações, e cuja tensão continuou a agravar-se agora já em 2026, com nova intervenção militar.

Para além disso, a crescente instabilidade na América do Sul ao longo de 2025, opondo o regime de Nicolás Maduro da Venezuela aos EUA, e que veio a culminar com a sua detenção já no início de 2026, marcou a agenda internacional.

Simultaneamente, a **questão das tarifas continua na ordem do dia** e mesmo o acordo celebrado entre a Comissão Europeia e a administração americana, nos idos de Julho do ano transato, não deixaram de manter a instabilidade nas relações comerciais e que continuaram até ao presente momento.

A conjuntura internacional ditou assim uma perspetiva de crescimento da economia mundial cifrada entre 2,6% e 3,2%, sendo que na zona euro essa taxa de crescimento rondou os 1,5%, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE).

Já na economia nacional os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para um crescimento acima da média europeia, neste caso **na ordem de 1,9%**, muito suportado pela procura interna, com forte destaque da componente do turismo.

Apesar da taxa de crescimento nacional apresentar valores mais positivos do que os verificados na Zona Euro, os custos das matérias-primas, da energia e dos



combustíveis, todos eles são, e foram, afetados, pela instabilidade internacional, culminando numa **taxa de inflação média nacional de 2,3%**.

Contudo, por força e preponderância dos produtos alimentares, dos combustíveis e da energia elétrica, no “cesto” dos consumos das Instituições de Solidariedade Social, a **inflação real terá sido superior ao valor de 2,3%** estabelecido pelo INE.

Por outro lado, e ainda a nível nacional, o Salário Mínimo Nacional (SMN) teve um **incremento de 6,1%**, passando de 820€ em 2024, para 870€ em 2025, o que veio a pressionar o Salário Médio através da respetiva valorização e que, de acordo com Acordo Tripartido Sobre Valorização e Crescimento Económico, estabeleceu um crescimento de 4,7%, firmando-se em 1.655€.

Apesar do aumento do SMN ter sido de 50€, o valor final não foi esse, pois se acrescentarmos a contribuição para a segurança social (22,3%) suportada pela Instituição, assim como os custos com seguros de acidentes de trabalho, o valor global/custo do SMN foi de mais 90,78€, já para não referir os custos associados com esta atualização e que tiveram impacto no pagamento de feriados, horas noturnas, etc.

Ou seja, o SMN representou, não 870€, mas efetivamente, pelo menos, **1.081,41€ a multiplicar por 14 meses**.

Para além disso, a atualização das carreiras no âmbito do acordo coletivo de trabalho aplicável às Misericórdias, não apenas estabeleceu o valor base de 878€ para cada um dos trabalhadores em início de carreira, portanto acima do valor estabelecido para o SMN, como ainda introduziu um **aumento médio de 5%** na generalidade das categorias/carreiras.

Razões pelas quais, os custos de funcionamento das Instituições de Solidariedade Social tiveram um crescimento nunca inferior a 7,3%, podendo chegar aos 12%.

Importa ainda salientar, com especial incidência a nível local, a repetição do flagelo dos incêndios que voltaram a fustigar a nossa região, implicando que a Mesa Administrativa tivesse tomado a decisão de **não proceder à cobrança dos valores extraordinários** decorrente do pagamento de pensões no mês de Agosto, como forma de alavancar a recuperação dos territórios afetados.



Foto n.º 1: Incêndio no Piódão



2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma Instituição de direito privado, com ereção canónica, Fundada em 1647, à qual foi reconhecido o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com a respetiva utilidade pública, regendo-se pelo Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro e pela Lei n.º 76/2015 de 28 de Julho.

Desenvolve a sua atividade no âmbito da Economia Social, nos termos da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, integrando a família das Misericórdias, e encontra-se registada no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, folhas 64 e 64 verso.

Atualmente, está estruturada de acordo com três Complexos, designados de **Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural**.

No designado **Complexo Social** estão agregadas todas as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está inserida no campo da Cooperação com o Setor Estado, especificamente associada à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, materializada através de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP), ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Esses acordos de cooperação radicam nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (sede e Secarias), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e programas de apoio ao emprego e inclusão.

Ainda no caso do SAD, deve ser realçada a existência de competências no campo da ação paliativa, através da existência de uma equipa vocacionada para esse propósito da qual faz parte um médico, promovendo a prática desta intervenção em contexto domiciliário.

De igual modo, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) estão associadas à organização do Complexo Social, apesar de resultarem de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil, funcionando no perímetro da Escola Básica de Arganil.

Também os projetos de intervenção comunitária, como é o caso das Cantinas Sociais, inseridas no Programa de Emergência Social (PES), assim como a Mata e os Jardins, estão afetos ao Complexo Social.

Estão ainda associados a esta dimensão da Instituição, os casos dos protocolos com as Instituições de Economia Social locais, ou a participação em estruturas de intervenção local, designadamente o Conselho Local de Ação Social (CLAS), o Rendimento Social de Inserção (RSI/NLI) e o Conselho Geral (CG), este último no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil.



Por seu turno, o **Complexo de Saúde**, tal como o nome sugere, encontra-se vocacionado para o desenvolvimento de respostas afetas à prestação de cuidados com predominância na órbita da saúde.

Estamos pois, a falar de equipamentos cujo funcionamento se encontra associado à celebração de contratos, acordos ou convenções, e cuja comparticipação tem o predomínio do Ministério da Saúde, diretamente, ou por intermédio da então Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C) e recentemente extinta, substituída pela Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULS) e pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS, IP) (entidade pagadora), da Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE), Seguros entre outros.

Temos nesta situação o Hospital Dr. Fernando Valle – Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com 24 camas disponíveis, onde estão integradas as tipologias de Média Duração e Reabilitação (12) e Longa Duração e Manutenção (12), assim como a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), sucedânea daquilo que foi a CLIFIARGUS.

Também o Hospital de Beneficência Condessa das Canas está enquadrado neste segmento de atuação da Instituição, sendo direcionado para a componente de internamento, privilegiando uma atuação nas tipologias: Paliativos, Convalescença e Longa Duração e Manutenção, num total de 36 camas.

Já no que concerne ao **Complexo Desportivo e Cultural**, este é composto pelas diversas infraestruturas colocadas ao dispor da comunidade podendo, simultaneamente, ser utilizadas pela Instituição no âmbito das atividades promovidas para os seus utentes, designadamente o “Campo de Futebol Eng. Eduardo Ralha”, as “Piscinas Zé Miguel Coimbra” e o campo polivalente que lhe está associado.

Ainda nesta estrutura da Instituição está inserida a **Academia Condessa das Canas**, localizada na antiga Escola Adães Bermudes, sita no paço Grande, onde são promovidas diversas atividades de âmbito cultural, como o caso do Ballet, ou mesmo conferências temáticas.

Outro equipamento que integra este Complexo, apesar de cedido à Câmara Municipal de Arganil, é o **Cineteatro Alves Coelho**, cuja reabilitação se aguarda no âmbito do contrato celebrado com a edilidade camarária.

De igual modo, a Instituição conta com a sua Igreja, classificada como monumento de interesse municipal, e onde se encontra localizado o órgão de tubos, sendo a sua utilização efetuado no âmbito de diversas iniciativas culturais que a Misericórdia promove.

A Igreja da Misericórdia, apesar de ter a abertura ao público condicionada, acolhe aí as cerimónias religiosas da vida da Misericórdia, designadamente a Festa em Honra de Santa Isabel e do episódio da Visitação, Missas em momentos solenes da vida da Instituição, servindo como espaço fúnebre para realização das últimas exéquias a figuras preponderantes da Misericórdia.



Ainda no campo da cultura, realce para o papel do jornal **A Comarca de Arganil**, título centenário e de importância significativa na historiografia contemporânea da região, contando com mais de 125 anos de existência e que abrange concelhos como Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Vila Nova de Poiares, Penacova, Lousã e Miranda do Corvo, correspondendo assim a uma amplitude de nove (9) concelhos.

3 SÚMULA DA EXECUÇÃO

O ano de 2025 foi um período muito exigente no âmbito da atuação da Misericórdia, não apenas pelos compromissos assumidos, mas acima de tudo pela execução de um conjunto de projetos estruturantes para o futuro da Instituição.

Esses projetos foram desenvolvidos graças ao empenho e esforço daqueles que compõem o universo da Misericórdia, não apenas dirigentes, mas acima de tudo trabalhadores, com especial incidência nos seus quadros técnicos, aos quais foi pedido um esforço de entrega e dedicação para que os objetivos fossem cumpridos.

Uma das componentes que centrou a atenção da Misericórdia prendeu-se com o respeito pelos **compromissos assumidos junto da Banca tradicional** e cujas obrigações mensais atingiram no final do ano, um valor mensal de quinze mil, novecentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos (15.952,50€).

Tal esforço possibilitou que o total de financiamento obtido junto da Banca, tivesse uma redução, passando de dois milhões e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e noventa e um cêntimo (2.044.447,91€) para um milhão setecentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito euros e setenta e três cêntimos (1.799.938,73€) e no qual se incluiu a **antecipação do pagamento de uma das linhas contratadas junto da Caixa Económica Montepio – Linha de Apoio Social COVID-19**, liquidando o montante em falta no valor de noventa mil, cento e noventa e seis euros e quatro cêntimos (90.196,04€) durante o mês de Maio do exercício em apreço.

Foi, pois, possível uma **redução global** de duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e nove euros e dezoito cêntimos (244.509,18€) dos montantes em dívida junto da Banca tradicional.

Em relação a outras componentes em dívida resultantes de operações de crédito, como são o caso dos confirming e factoring, de algumas viaturas, painéis térmicos, caldeira a lenha e central telefónica, algumas delas adquiridas em exercícios anteriores, a Misericórdia deu continuidade à respetiva amortização do capital em causa (vide anexo).

Outro aspeto a merecer destaque neste resumo da execução do exercício reporta à **execução de candidaturas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, com realce para a assinatura de contrato de financiamento em 17 de Abril de 2025, tendo como foco o Hospital de Beneficência Condessa das Canas.



Simultaneamente, a **execução do PRR – Mobilidade Verde** teve continuidade, com a aquisição de mais uma viatura elétrica destinada à resposta social de Centro de Dia, a par da intervenção na componente do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com a **empreitada na reabilitação da cozinha, armazém e espaços de apoio.**

Ainda na componente de projetos destaque para a **aprovação de candidatura ao prémio BPI | Fundação “La Caixa”**, assim como a aprovação de **candidatura ao Centro 2030** com o projeto “Percurso de Cor”, no âmbito de parceria com a Associação Causa – Unidos por uma Casa.

Outra ação concretizada materializou-se na **atualização/criação da nova página oficial da Misericórdia**, com a introdução de novas funcionalidades, nomeadamente o regulamento do canal de denúncias e a melhoria das acessibilidades da página a pessoas com limitações.

No campo da dinamização das respostas sociais da Instituição, deverá ser enaltecido a continuidade da **componente de ação paliativa na resposta do SAD**, a par da manutenção do Programa de Emergência Alimentar com a componente das **Cantinas Sociais.**

Ainda no âmbito do SAD relevo para a dinamização de duas candidaturas/manifestação de interesse aos projetos designados de ECCI/SAD e SAD+Saúde.

Outro aspeto que marcou a o período em análise teve que ver com a **celebração de aditamento à escritura pública referente ao edifício conhecido por Cineteatro Alves Coelho**, após a devida autorização emitida pela Assembleia Geral da Misericórdia de 15 de Abril de 2025.

Ainda do lado do património, para além da continuação das ações de **preservação e valorização dos espaços naturais da Misericórdia**, nomeadamente a sua Mata e Jardins, também a **Feira do Mont'Alto** foi merecedora de uma profunda reflexão que teve lugar na Assembleia Geral da Instituição de 31 de Março de 2025, a qual concedeu os mais amplos poderes à Mesa Administrativa para decidir sobre o modelo/figurino deste secular certame, junto da autarquia.

O ano de 2025 ficou ainda marcado pelo início da preparação dos trabalhos destinados à **realização de uma Homenagem ao prof. José Dias Coimbra**, com a encomenda da elaboração de trabalho para a concretização do seu busto a colocar em espaço ajardinado da Misericórdia, para além de diversas atividades como foi o caso da conferência destinada a evocar a celebração dos 20 anos de **inauguração do Centro de Saúde de Arganil.**

Por último, a Misericórdia manteve a sua colaboração com diversas entidades locais e regionais, assim como o apoio no campo cultural ao **funcionamento da Academia Condessa das Canas** e a promoção e dinamização do secular título **A Comarca de Arganil.**



Contudo, não podemos deixar de registar alguns contratempos que se têm vindo a arrastar no tempo como a **não conclusão do processo de reafecção de verbas libertadas** pela redução da frequência em Centro de Dia e que, há muito, já deveriam estar elencadas à resposta de SAD.

4 AÇÕES REALIZADAS

Antes da apresentação das ações desenvolvidas pela Misericórdia ao longo dos 12 meses que compõem o ano de 2025, importa recordar os objetivos elencados para o ano em análise.

Esses consistiram em:

- a) Colocar os Investimentos realizados, e os que se pretendem realizar, ao serviço do reforço da sustentabilidade da Misericórdia nos campos social e económico;
- b) Manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando a prestação de serviços à comunidade e contribuindo para a coesão social;

Recordadas as grandes metas estabelecidas para a atuação da Instituição, é possível agora esmiuçar um pouco mais o sintetizado no terceiro ponto do presente documento e que reporta à sumula da execução das atividades realizadas ao longo do ano transato.

4.1 PROJETOS E CANDIDATURAS - PRR

O ano de 2025 foi um ano que se pode dizer de significativa exigência no que ao desenvolvimento de procedimentos diz respeito, com especial incidência na componente burocrática associada à contratação pública.

A este propósito foram lançados 10 procedimentos ao abrigo do Código da Contratação Pública, através da opção do procedimento de consulta prévia, face aos valores envolvidos em cada uma das operações.

Assim, a totalidade dos procedimentos desencadeados em 2025, com exclusão de IVA, totalizaram quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e oitenta e três euros e cinquenta cinco cêntimos (471.383,55€).

No âmbito do valor atrás identificado, este foi distribuído por 3 projetos a saber:

- a) Empreitada de Reparação de Cozinha e Armazém (SAD) – PRR-RE-C03-i01-11-000098, cujo montante de adjudicação foi de cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e três euros e vinte e um cêntimos (144.673,21€);
- b) Aquisição de viatura elétrica / mobilidade verde (CD e ERPI) – PRR-RE-C03-i01-12-000770, cujo montante de adjudicação foi de quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e setenta e oito cêntimos (44.448,78€);



- c) Aquisição de material médico, equipamento/mobiliário diverso destinado ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas – PRR-RE-C01-i02: Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos – Projeto n.º 14640, totalizando duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos (282.261,56€), distribuídos por diversos procedimentos.

Em relação às alíneas a) e b) podemos dizer que os processos inerentes aos respetivos procedimentos estão concluídos, faltando o encerramento das operações junto da entidade financiadora, ao contrário do elencado na alínea c).



Fotos n.ºs 1 e 2: Intervenção na cozinha e armazém

Nesta última, existem procedimentos que se estenderam para o ano de 2026, devido a atrasos na entrega do material por parte do fornecedor e que implicou a celebração de aditamento aos contratos no que aos prazos diziam respeito.

Não obstante, os procedimentos inscritos na alínea c) estarão concluídos nos prazos elencados na candidatura, somando-se assim a um último procedimento de consulta prévia já lançado em 2026 (01/2026) e referente à componente fotovoltaica e solar térmica, mas cujo valor deste não está contemplado no total agora aqui apresentado.

A execução destes projetos, pela importância que assumem na estratégia da Misericórdia, contribuíram decisivamente para os objetivos traçados pela Instituição, designadamente de colocar os Investimentos realizados, e os que se pretendem realizar, ao serviço do reforço da sustentabilidade da Misericórdia nos campos social e económico.

Desde logo, porque configuram e potencializam a ampliação da capacidade de atuação da Misericórdia na sua área de atuação.

4.2 OUTROS PROJETOS – COGNIMOTION VR: EXPERIÊNCIAS TERAPÊUTICAS INTEGRADAS & PERCURSOS DE COR

Apresentada em Maio de 2025, aos Prémios BPI | Fundação “La Caixa”, o projeto designado de **CogniMotion VR: Experiências Terapêuticas Integradas** foi aprovado em Novembro de 2025.



Com uma duração prevista de um ano, conta com um orçamento de setenta e três mil, oitocentos e trinta e um euros e noventa e sete cêntimos (73.831,97€), distribuídos por recursos humanos, aquisição de materiais e equipamentos para reabilitação física e estimulação sensorial, equipamentos de realidade virtual, formação, despesas administrativas e ações de divulgação.

A componente de apoio aprovado foi de 67,2%, ou seja, o valor de quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta euros (49.640,00€), cabendo à Misericórdia suportar a quantia de vinte e quatro mil, cento e noventa e um euros e noventa e sete cêntimos (24.191,97€).

Do valor aprovado foi já rececionado em 2025 o montante de trinta e nove mil, setecentos e doze euros (39.712,00€), e que foi descarregado nos termos do anexo ao balanço, conforme a taxa de execução.

Este projeto tem como público-alvo as pessoas idosas com mais de 65 anos, abrangendo um universo de **100 beneficiários**, integrados nas diferentes respostas sociais da Misericórdia (ERPI, SAD, CD e UCCI – UMDR e ULDM), muitas das quais enfrentam declínio cognitivo, fragilidade física e sensorial, solidão ou dependência funcional, pretendendo-se ainda, a sua extensão ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

A experiência adquirida a partir do recurso a animais de companhia, no âmbito da estimulação e relaxamento, continuará a ser um recurso aplicado a este projeto, bem como a Sala de Snoezelen.



Foto n.º 4: Receção Prémio BPI| Fundação La Caixa

A equipa técnica afeta ao projeto é composta por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeuta, enfermeiro de reabilitação, animador e assistente social, garantindo uma abordagem integrada e centrada na pessoa, focada na funcionalidade, saúde mental, bem-estar e participação ativa dos utentes.

Além da equipa técnica, o projeto conta com a colaboração de entidades parceiras e voluntários, que irão contribuir para a implementação e dinamização das atividades terapêuticas, assegurando suporte especializado, logístico e humano. Esta articulação permite reforçar a dimensão comunitária e inclusiva da iniciativa, promovendo a integração interinstitucional e o envolvimento ativo da comunidade local.



Quanto ao projeto com a designação **Percurso de Cor**, aprovado em parceria com a Associação Causa – Unidos por uma Casa, sendo esta a entidade promotora, o seu grande objetivo é o de responder aos desafios das doenças degenerativas que afetam a mobilidade, o equilíbrio e a orientação espacial dos idosos, num universo de até **250 beneficiários**.

Neste particular a solução assenta numa metodologia interdisciplinar de neuroarquitetura, integrando neurociência, design biofílico, design ativo, cor, wayfinding e iluminação natural e artificial para criar espaços promotores de saúde e bem-estar.

O investimento total será de trezentos e trinta e três mil, setecentos e trinta e nove euros e setenta e três cêntimos (333.739,73€), dos quais o apoio financeiro da União Europeia será de duzentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e três euros e um cêntimo (226.943,01€), distribuídos por três anos de execução.

4.3 ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL

Nesta componente do documento será abordada o desenvolvimento de respostas sociais, ou respostas comunitárias, que sustentam a sua atuação numa dinâmica de parceria e contratualização com a Segurança Social, com predominância nas atividades desenvolvidas no âmbito do designado Complexo Social.

Assim, a incidência deste segmento do Relatório de Atividades incidirá sobre as valências de Lar de Idosos – ERPI, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, e Centro de Atividades e Tempos Livres, entre outras, como a resposta de Cantina Social.

Contudo, e apenas na órbita das respostas sociais do âmbito do envelhecimento (ERPI, CD, SAD), podemos desde já referir que durante o ano de 2025 foram **apoiados 256 utentes**, com predominância para o género feminino, representando 58,6% do total (150).



Resposta Social	Utentes a 31-12-2025	Utentes apoiados	Utentes admitidos	Média Idades	Género
ERPI	116	153	47	85,1	Feminino: 98 Masculino: 55
SAD	40	62	22	79	Feminino: 35 Masculino: 27
CD - Sede	24	33	11	78	Feminino: 20 Masculino:13
CD - Secarias	6	8	1	81	Feminino: 5 Masculino: 3
Total	186	256	81	80,8	Feminino: 150 Masculino: 106

Tabela n.º 1: Distribuição de utentes em 2025 pelas respostas sociais

4.3.1 LAR DE IDOSOS - ERPI

Em relação à resposta social de Lar de Idosos – ERPI, importa recordar que a **capacidade instalada é de 120 utentes**, nos termos do Acordo de Cooperação celebrado em Dezembro de 2021 com a Segurança Social, no entanto o nível de frequência médio não atingiu esse valor, apesar de ao longo do ano transato **terem sido apoiados 153 cidadãos**.

A razão para tal, infelizmente, tem radicado no facto de que a deslocação e internamento de utentes desta resposta social em meio hospitalar tem tido associado o retorno dos mesmos com bactérias hospitalares, carecendo de isolamento.

Aliás, esta situação tem suscitado enorme apreensão junto da equipa técnica da Instituição, nomeadamente junto dos seus profissionais de saúde, que têm procurado mitigar estas ocorrências com a criação de áreas de isolamento, o que implica a **desocupação de camas e conseqüente diminuição da capacidade**.

Da totalidade da capacidade autorizada (120) apenas 95 utentes são enquadráveis na modalidade de acordo de cooperação com financiamento assegurado pelo Estado, nos termos do Compromisso de Cooperação 2025-2026.

De entre esses 95 utentes, 10 são enquadráveis no n.º 1 da Cláusula XXIII – Reserva de Vagas para a Segurança Social, sendo o seu financiamento correspondente ao montante de 1.629,15€, repartidos entre a comparticipação familiar e a comparticipação da Tutela.

Simultaneamente, e no âmbito da Portaria 38-A/2023 de 2 de Fevereiro, estão ainda contempladas 6 vagas para as designadas camas hospitalares, cujo valor atribuído em



2025 foi de 1.400,00€/Mês, repartidos também entre Segurança Social e participação familiar.

No que se refere à caracterização dos utilizadores da resposta de ERPI, podemos afirmar que a **média de idades foi de 85,1 anos**, sendo que 119 utentes (77,8%) pertenciam a uma faixa etária superior a 80 anos.

A predominância do género cabe ao **feminino, com 64%** dos utilizadores ao longo do ano que findou, ou seja, 98 mulheres.

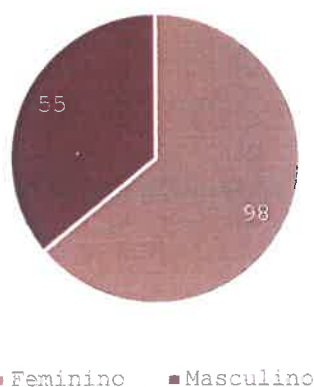


Gráfico n.º 1: Distribuição por género em ERPI

Quanto ao grau de dependência, e recorrendo à aplicação do índice de Barthel, a resposta de ERPI é aquela que apresenta maiores níveis de incidência de perda de autonomia em todos os patamares, muito resultado da entrada nesta valência ser feita cada vez mais no limite da permanência em contexto domiciliário.

Importa ainda, realçar que a **média de permanência na resposta é de 3,3 anos**, reflexo conjugado de um maior grau de dependência nas admissões e de um retardamento da Institucionalização dos cidadãos.

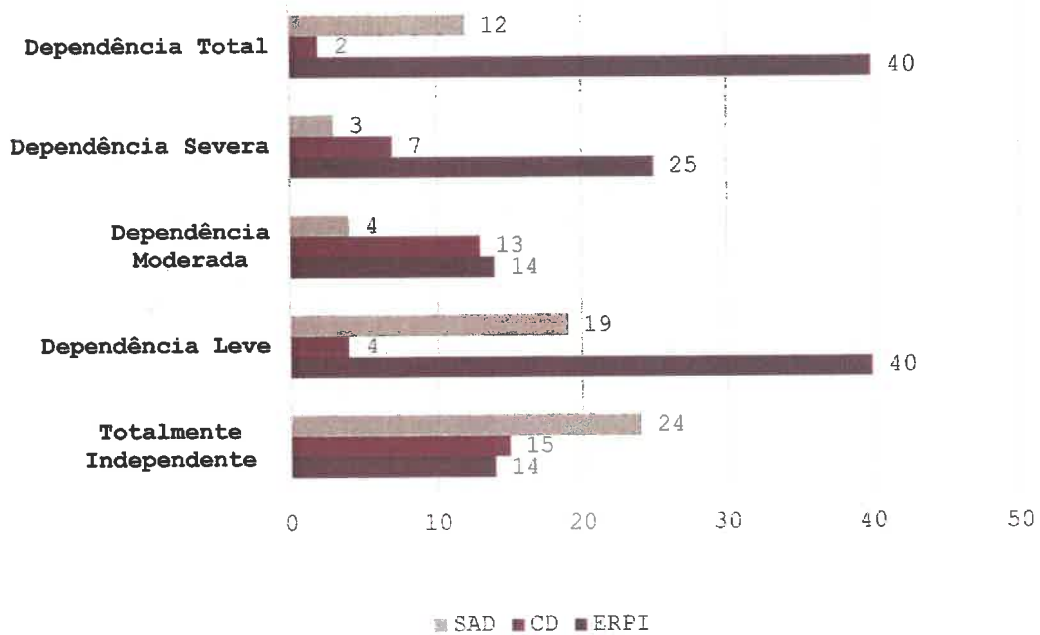


Gráfico n.º 2: Níveis de Dependência por resposta social

Outro dado impactante tem que ver com a saúde mental dos utentes desta resposta social que, comparativamente com as outras respostas do campo do envelhecimento, apresenta uma presença significativa de patologias do foro psíquico, cognitivo e/ou neurológico.

Associado a isso, os problemas neurológicos e de dependências relacionados com a presença de demências conduziu a um novo investimento pela Misericórdia, razão pela qual a Instituição passou a recorrer a um médico especialista em Neurologia, mediante a prestação de serviços, tendo em vista melhorar o acompanhamento e apoio aos utentes desta resposta social.

De realçar que a própria natureza dos encaminhamentos realizados pela Segurança Social, seja em vagas cativas, ou em vagas hospitalares, tem tido presentes **cidadãos com problemas do foro psiquiátrico**, o que deverá merecer uma profunda reflexão de todos nós, sobre em que tipo de estruturas se estão a transformar as respostas de apoio ao público mais envelhecido.

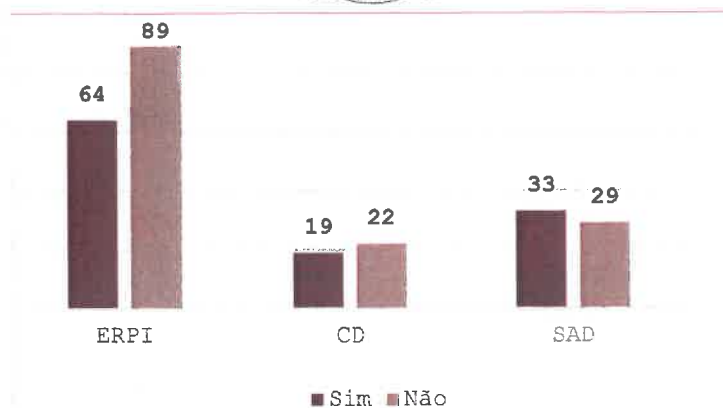


Gráfico n.º 3: Prevalência de patologias do foro psíquico, cognitivo e neurológico

Quanto à proveniência geográfica dos utilizadores do equipamento, a predominância da área territorial continua a ser o **concelho de Arganil, com 69% (105)**, embora apenas uma parte desses foram oriundos da Freguesia da sede do concelho, na medida em que a grande maioria (72) tinham residência em outras localidades do Município.

Contudo, e outro dado interessante e que reforça a natureza da Misericórdia assumir **ser uma instituição cada vez mais supraconcelhia**, advém do facto de vários utilizadores da resposta social de ERPI, quer por força das vagas cativas, quer por força das camas hospitalares, ou mesmo por imperativo da existência de comunidades arganilenses residentes na grande Lisboa, serem provenientes de outros Concelhos que não Arganil.

Desta forma, a dimensão do campo de intervenção da Misericórdia, tende a ser **cada vez mais abrangente em termos territoriais**, deixando de ser apenas as respostas da esfera dos Cuidados Continuados e da Reabilitação a acolherem e a prestarem serviços a utentes provenientes de outros concelhos limítrofes ou da Região, mas de igual modo também as respostas tradicionais.

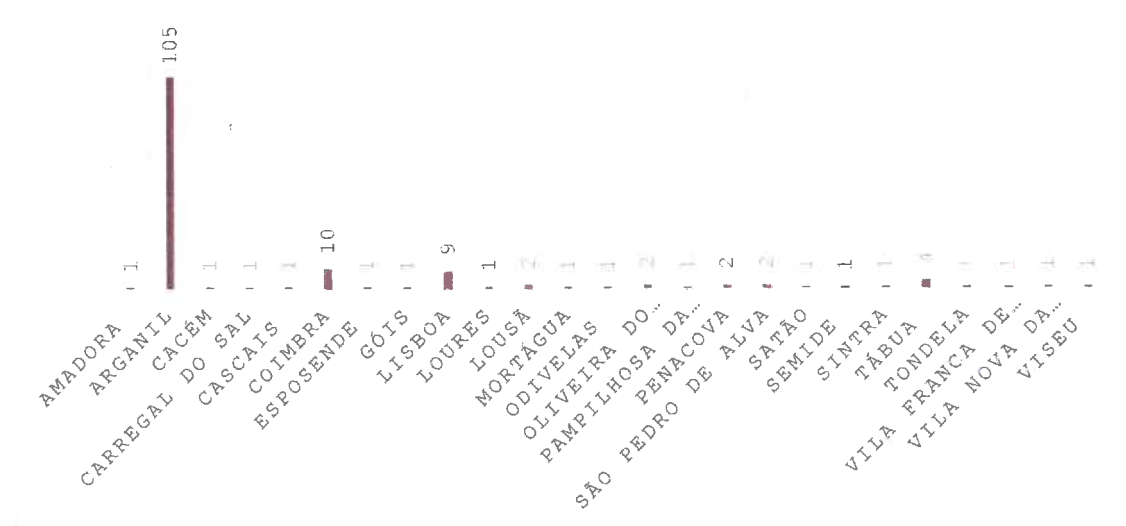


Gráfico n.º 4: Proveniência Geográfica dos utentes em ERPI



4.3.2 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)

A resposta social de SAD tem sido, com especial incidência nos últimos anos, uma aposta por parte da Misericórdia, procurando dessa forma retardar a necessidade de institucionalização dos cidadãos e, simultaneamente, manter a permanência física desses nos territórios cada vez mais desertificados.

Essa aposta tem tido reflexo, não apenas no leque de serviços assegurados, mas especialmente na tipologia de recursos humanos afetos e que atualmente envolve profissionais de diversas disciplinas, nomeadamente da área da saúde.

Se bem que a capacidade instalada e prevista em sede de **Acordo de Cooperação é de 40 utentes**, o financiamento da Segurança Social recai apenas em 25, o que é de longe limitativo ao aprofundamento e desenvolvimento contínuo da aposta nesta resposta social.

Não obstante, a Misericórdia não tem baixado os braços e tem procurado reforçar a sua presença no território, tendo inclusive desenvolvido uma candidatura ao PRR, conforme melhor descrito em 4.1, o que potencializará o alargamento da capacidade desta resposta para 50 utentes.

Contudo, importa aqui realçar que há muito que o número de utentes participados poderia ser superior ao número de 25, e isto porque se encontra **pendente a concretização do pedido de reafecção de verbas apresentado já em 2022** e cujo efeito prático ainda não se verificou.

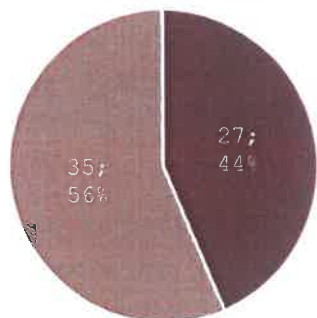
Na realidade, a Instituição solicitou em devido tempo a reafecção de verbas provenientes e não executadas da resposta social de Centro de Dia para a resposta de SAD, sem que até ao momento tenha havido desfecho a essa pretensão, o que representa uma perda mensal significativa para a Misericórdia e que pode chegar aos cinco mil euros (5.000,00€).

Ao longo do ano transato forma apoiados **62 utentes**, dos quais 22 (35%) foram admitidos durante o período em análise, registando-se uma média de antiguidade na resposta social de aproximadamente 2 anos.

O género predominante, ao contrário de outras respostas sociais como é o caso de ERPI, é o **masculino, com 35 utentes (56%)**, enquanto **27 utentes (44%) eram do género feminino**.

Sendo a maioria dos utentes do SAD do género masculino, podemos deduzir a importância de fatores demográficos e sociais da população local, nomeadamente uma maior presença de homens idosos em situação de dependência e sem retaguarda familiar, bem como diferenças na procura de cuidados domiciliários e no padrão de referência das famílias e profissionais de saúde.

Quanto à faixa etária dominante ela vai dos 80-89 anos, **representando 28 utentes (45%)**, com uma **média de idades de 79 anos**.



■ Feminino ■ Masculino

Gráfico n.º 5: Género Utentes SAD

SAD		
Faixa Etária	Utentes	Percentagem
40-49	1	2%
50-59	3	5%
60-69	11	18%
70-79	10	16%
80-89	28	45%
90-99	9	15%
Total Geral	62	100%

Tabela n.º 2: Distribuição de utentes por faixa etária

No que concerne à tipologia do agregado familiar e do estado civil, verifica-se que a maioria dos utentes integra **agregados familiares isolados/unipessoais**. Contudo, quanto ao estado civil, regista-se um **equilíbrio entre utentes casados e viúvos, com 21 utentes em cada uma destas situações**, embora, o somatório dos estados civis que possam indicar uma vivência social mais isolada (viúvo/a, solteiro/a, divorciado/a) representa 61,3% (32).

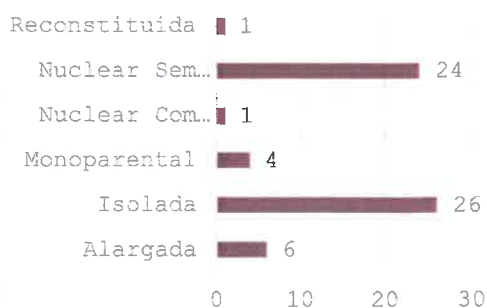


Gráfico n.º 6: Tipologia Familiar Utentes SAD

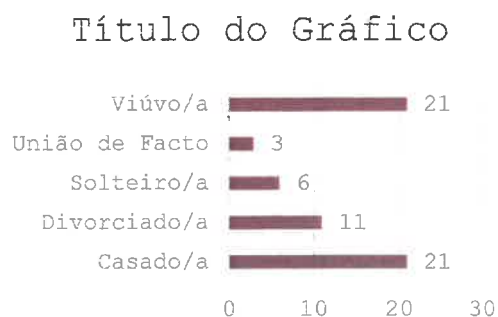


Gráfico n.º 7: Estado Civil Utentes SAD

Ainda, relativamente à tipologia do agregado familiar, a maioria dos utentes integra agregados isolados/ unipessoais, o que indica uma **menor disponibilidade de suporte familiar direto**. Esta realidade reforça o papel do SAD como recurso fundamental para a manutenção da autonomia, segurança e bem-estar dos utentes no seu domicílio, através de cuidados individualizados e acompanhamento contínuo.



Os pedidos de admissão continuam, maioritariamente, a ser formulados pelas famílias, representando cerca de **60% do total (37)**, o que reflete a crescente necessidade de apoio na prestação de cuidados no domicílio, decorrente do agravamento das situações de dependência e da insuficiência ou desgaste da retaguarda familiar.

SAD		
SINALIZAÇÃO	Utentes	Percentagem
Família	37	60%
Hospital de Agudos	4	6%
Município SAAS	5	8%
Outros Serviços	5	8%
Próprio	11	18%
Total Geral	62	100%

Tabela n.º 3: Proveniência dos Pedidos de Admissão Utentes SAD

Já em relação à proveniência geográfica, e apesar da expansão territorial do SAD, ainda assim, 53 dos que frequentaram a resposta foram/são provenientes da freguesia de Arganil, ou seja, **85%**.

SAD		
Proveniência Geográfica	Utentes	Percentagem
Arganil	53	85%
Celavisa	1	2%
Pombeiro da Beira	1	2%
Sarzedo	3	5%
União de Freguesias de Côja e Barril de Alva	1	2%
São Martinho da Cortiça	1	2%
Secarias	2	3%
Total Geral	62	100%

Tabela n.º 4: Proveniência Geográfica Utentes SAD

Importa ainda, no âmbito da análise geral do SAD, registar que o facto de a Misericórdia ter um leque alargado de respostas sociais disponibilizadas à comunidade, possibilita a evolução dos serviços prestados, consoante as necessidades e as capacidades evidenciadas pelos utentes, pelo que, metade das saídas desta valência (12), em 2025, ocorreram para Lar de Idosos – ERPI (8) e Centro de Dia (4).



SAD		
Motivo de Saída	Utentes	Percentagem
Integração em ERPI	8	35%
Integração em CD	4	17%
Óbito	6	26%
Objetivos Atingidos	2	9%
Sem Necessidade (Perspetiva utente)	3	13%
Total Geral	23	100%

Tabela n.º 5: Saídas Utentes SAD

Aplicada a **Escala de Barthel**, regista-se que a **maioria dos utentes se mantém independente**, correspondendo a **49% do total (33)**, aspeto que evidencia que o SAD assume uma função na promoção da autonomia funcional dos utentes, contribuindo para a manutenção das capacidades existentes e para o adiamento do agravamento das situações de dependência, permitindo a permanência no domicílio em condições de maior segurança e qualidade de vida.



Gráfico n.º 8: Níveis de Dependência (Escala de Barthel) Utentes SAD

As principais condições crónicas diagnosticadas registaram-se 38 casos de hipertensão (25%), 22 de Dislipidémia (14%) e 13 de Diabetes *Mellitus* (8%), evidenciando a elevada prevalência de fatores de risco cardiovascular nesta população.

O acompanhamento clínico é assegurado pelo Serviço de Enfermagem, que garante a monitorização regular e a deteção precoce de alterações no estado de saúde, razão pela qual a articulação entre o apoio domiciliário e o Serviço de Enfermagem permite implementar estratégias de promoção da saúde.

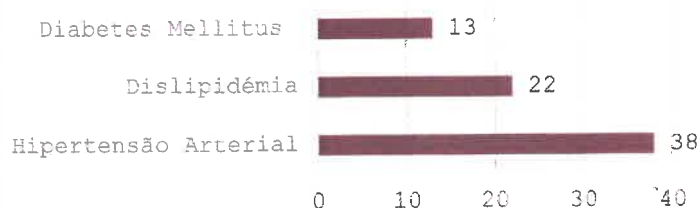


Gráfico n.º 9: Principais patologias registadas em SAD

Considerando o previsto no Compromisso de Cooperação no que aos serviços prestados pelo SAD diz respeito, designadamente o n.º 3 da Clausula XVII, registámos uma média de serviços superior a 4, neste caso 4,68, o que traduz o esforço colocado pela Misericórdia na dinamização desta resposta social.

SAD	
N.º Serviços Contratualizados	Utente
Fornecimento de Refeições	11311
Cuidados de Higiene e Conforto Pessoal	8821
Cuidados de Imagem	4698
Higiene Habitacional	1142
Tratamento de Roupas	4497
Administração Terapêutica	3866
Teleassistência	1533
Apoio Psicossocial	14402
Enfermagem	723
Total	50993
Média de Serviços Prestados Por Utente	4,68

Tabela n.º 6: Serviços Prestados – SAD

Para além da tipologia de serviços prestados, importa sublinhar a diversidade e multidisciplinariedade das intervenções realizadas pela equipa da Misericórdia no âmbito do SAD, revelando o desenvolvimento de um modelo de sinergias capaz de colocar ao dispor do utente uma maior panóplia de recursos, e com isso serem obtidos ganhos na qualidade dos serviços prestados e na qualidade de vida dos beneficiários da resposta social.

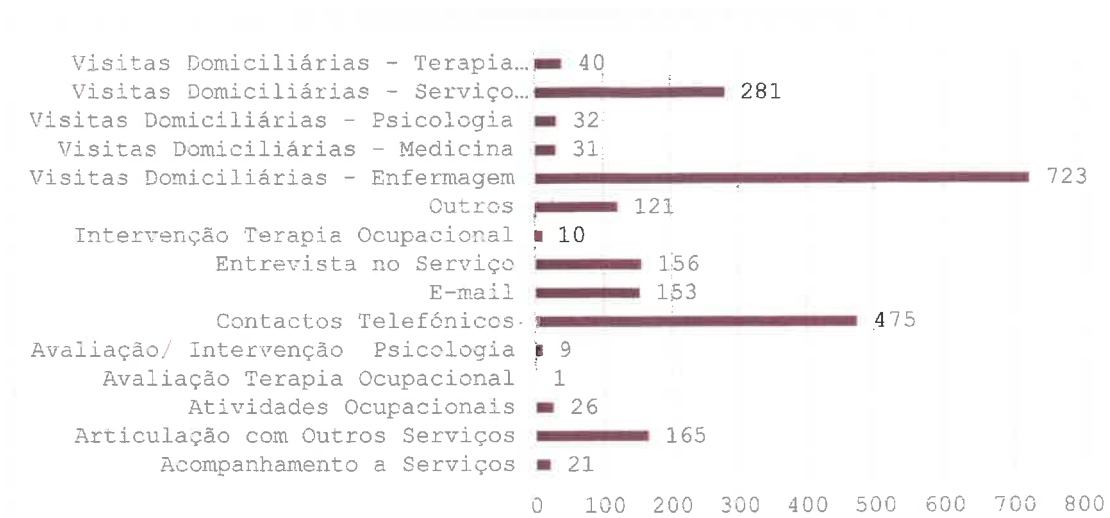


Gráfico n.º 10: Intervenção multidisciplinar

4.3.2.1 SAD – Ação Paliativa

Uma das componentes que a Misericórdia sinalizou algum tempo a esta parte foi o desenvolvimento de uma intervenção capaz de assegurar a visão paliativa na prestação de cuidados, designadamente no campo da ação paliativa.

Razão pela qual, a Instituição tem procurado dar resposta numa primeira linha de atuação, contando com o apoio de um médico ligado profissionalmente ao IPO de Coimbra, mas com uma prestação de serviço junto da Misericórdia.

Tal aposta possibilitou que, ao longo de 2025, tivessem sido apoiados 13 utentes do universo de 62 cidadãos apoiados pelo SAD, e cujo encaminhamento maioritário aconteceu pelos CHUC – Equipa Intra-hospitalar de Suporte de Cuidados Paliativos.

Importa ainda referir, que o facto da resposta social de SAD dinamizado pela Misericórdia associar um conjunto de disciplinas na sua intervenção, alavanca uma atuação mais diferenciada que possibilitou o desenvolvimento de uma consciência institucional interna de atuar com o maior nível de abrangência possível.

4.3.2.2 Candidaturas e Projetos Desenvolvidos – SAD + SAÚDE e ECCI

Na senda de procurar inovar a ação do SAD, a Misericórdia não apenas tem feito uma aposta interna do desenvolvimento de uma intervenção conjugando diversos saberes e conhecimentos, como ainda procura novos parceiros com o intuito de reforçar a capacidade de resposta da sua estrutura domiciliária.

Nesse sentido, a 15 de Julho de 2025, a Instituição submeteu a sua manifestação de interesse para integrar o projeto-piloto das Equipas de Cuidados Continuados



Integrados (ECCI) em articulação com o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), enquadrado pela Portaria n.º 156/2025/1, de 7 de abril de 2025.

Este projeto tem como objetivo testar e avaliar um novo modelo de cuidados domiciliários em seis Unidades Locais de Saúde (ULS), com equipas multidisciplinares capazes de prestar cuidados clínicos e sociais de forma integrada e coordenada, potenciando a resposta a pessoas com dependência funcional e necessidades complexas e reforçando a articulação entre a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e o SAD tradicional.

De forma igualmente proactiva, a SCMA apresentou a sua candidatura ao **projeto-piloto SAD+Saúde** em 4 de dezembro de 2025, submetendo-se ao processo de seleção para uma das experiências inovadoras criadas pela *Portaria n.º 324/2025/1, de 3 de outubro de 2025*.

O SAD+Saúde pretende ir além do apoio domiciliário social tradicional, integrando cuidados de saúde no domicílio de forma mais ampla e articulada, com um conjunto de serviços que inclui apoio na higiene e conforto pessoal, supervisão da medicação, teleassistência, apoio psicossocial e acompanhamento nas deslocações à comunidade, entre outros.

Este modelo inovador visa prestar uma resposta mais completa às necessidades de pessoas idosas, com deficiência ou incapacidade, em estreita colaboração entre a Segurança Social e os serviços de saúde, promovendo a autonomia, a dignidade e o bem-estar dos utentes no seu contexto familiar e comunitário.

A participação da Misericórdia nestas duas iniciativas reflete o interesse e a motivação da Instituição e da sua equipa em reforçar respostas comunitárias de cuidados domiciliários, fortalecendo a coordenação entre serviços sociais e de saúde e contribuindo para modelos de intervenção mais eficazes e sustentáveis, sempre centrados nas pessoas e nas suas necessidades individuais.

4.3.3 CENTRO DE DIA

A resposta social de Centro de Dia tem sido aquela que no contexto das valências afetas à população sénior a que mais dificuldades tem vindo a apresentar, especialmente após a pandemia, o que implicou uma quebra dos níveis de frequência no período que se lhe seguiu.

Não obstante essas dificuldades, a Misericórdia tem procurado continuar a manter os serviços, designadamente através do **reforço da frota automóvel com a candidatura executada ao PRR – Mobilidade Verde e melhor explanada em 4.1.**, bem como o reforço do acompanhamento técnico com a inclusão de Técnico Superior em regimes de Estágio Profissional.



Esta resposta, apesar das dificuldades que tem vindo a apresentar, revela-se importante na medida em que assegura um apoio diurno junto de utentes que, por algum motivo, apresentam situações de risco social ou dependência na realização das suas atividades de vida diária.

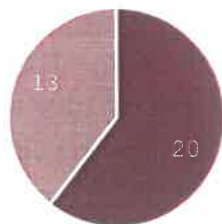
A Misericórdia, no âmbito deste tipo de resposta social, assegura o funcionamento de dois equipamentos, sendo um localizado na sede da Instituição, funcionando acoplado a outras valências e um outro localizado na Freguesia das Secarias em edifício da respetiva Junta.

A capacidade na resposta da sede é de **50 utentes**, no entanto, a partir de Abril inclusive, o número de utentes integrados em Acordo de Cooperação, fruto da revisão em baixa, passou a ser de **24**, mantendo-se contudo, a capacidade inicial.

Quanto ao equipamento das Secarias a capacidade autorizada é de **41 utentes**, mas as vagas protocoladas são **apenas 9**.

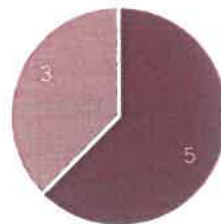
Ao longo do ano transato, o **Centro de Dia apoiou 41 utentes**, distribuídos pelos equipamentos de Sede e Secarias, registando uma frequência média mensal de 21,7 utentes no equipamento da Sede e de 7,75 utentes no equipamento localizado em Secarias.

O género dominante continuou a ser o feminino em ambos os equipamentos, registando-se 61% no Centro de Dia da Sede e 63% no Centro de Dia das Secarias.



■ Feminino ■ Masculino

Gráfico n.º 11: Distribuição Género - Sede



■ Feminino ■ Masculino

Gráfico n.º 12: Distribuição Género - Secarias

Quanto à média de idades na resposta da sede ela foi de **78 anos**, enquanto no Centro de Dia das Secarias a média foi de **81 anos**, sendo a faixa etária predominante, em ambos os equipamentos, a delimitada entre os 80-89 anos.

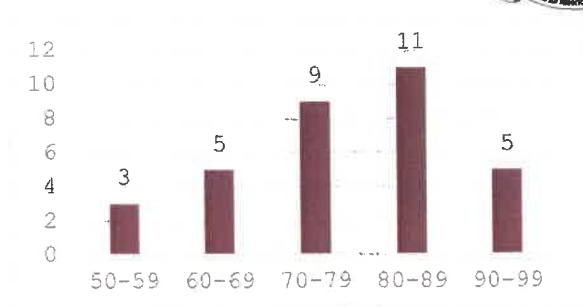


Gráfico n.º 13: Faixas Etárias CD Sede

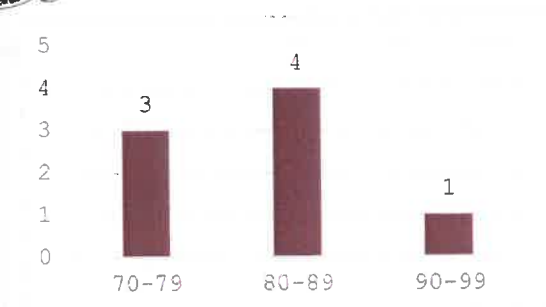


Gráfico n.º 14: Faixas Etárias CD Secarias

No que se refere ao estado civil, tanto no Centro de Dia da Sede como no Centro de Dia das Secarias, o tipo mais significativo era **viúvo/a**, correspondendo a 42% na Sede e 63% nas Secarias. Estes dados evidenciam o perfil demográfico dos utentes acompanhados, caracterizado por uma população maioritariamente idosa e sem cônjuge, aspeto que se reflete na tipologia familiar caracterizada por **famílias unipessoais**, correspondendo a 52% no Centro de Dia da Sede e 63% no Centro de Dia das Secarias, reforçando a importância do Centro de Dia enquanto resposta social que oferece acompanhamento e suporte ao isolamento.

No que diz respeito à proveniência geográfica, a maioria dos utentes do Centro de Dia da Sede reside na **freguesia de Arganil (91%)**, enquanto no Centro de Dia das Secarias a **grande maioria habita na freguesia das Secarias (75%)**. Estes dados permitem compreender a distribuição territorial dos utentes e evidenciam a função comunitária de cada equipamento.

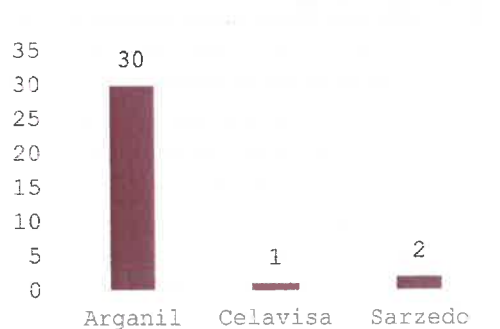


Gráfico n.º 15: Proveniência CD Sede

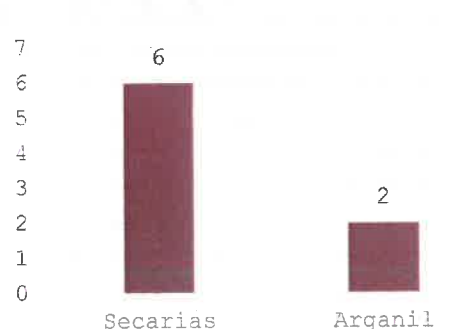


Gráfico n.º 16: Proveniência CD Secarias

A maioria dos utentes são oriundos do domicílio, correspondendo a 64% no CD da Sede e 88% no CD das Secarias. Estes dados evidenciam que a resposta social continua a apoiar predominantemente utentes que vivem **na sua residência habitual**, reforçando a função do Centro de Dia como suporte ao envelhecimento ativo e à autonomia no meio familiar.

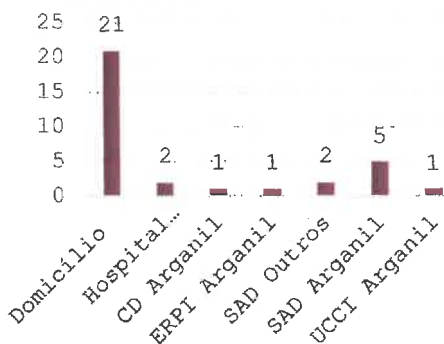


Gráfico n.º 17: Proveniência Utentes CD Sede

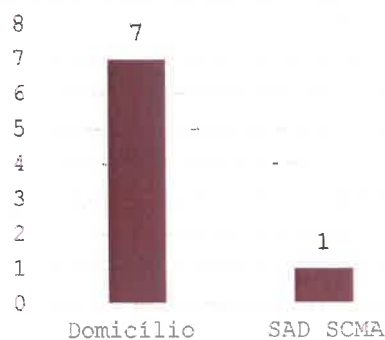
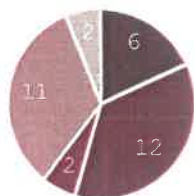


Gráfico n.º 18: Proveniência Utentes CD Secarias

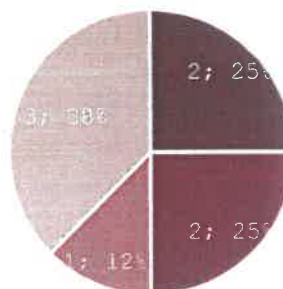
No que à antiguidade/permanência na resposta social diz respeito, registou-se que os utentes do Centro de Dia da Sede permanecem, em média, **cerca de 2 anos**, enquanto no Centro de Dia das Secarias a permanência média é de **aproximadamente 5 anos**.

Relativamente aos níveis de dependência, e aplicado o Índice de Barthel aos utentes, instrumento que permite medir a capacidade funcional na realização das atividades de vida diária, verificou-se que a **maioria dos utentes acompanhados** nos dois equipamentos, se encontravam com algum tipo de dependência.



- Dependência Severa
- Totalmente Independente
- Dependência Total
- Dependência Moderada
- ▲ Dependência leve

Gráfico n.º 19: Grau de dependência - CD Sede



- Dependência leve
- Dependência moderada
- Dependência severa
- ▼ Totalmente independente

Gráfico n.º 20: Grau de dependência - CD Secarias

Importa ainda realçar que **48%** dos utentes do Centro de Dia da Sede apresentam **patologias de foro psíquico/cognitivo**, enquanto no **Centro de Dia das Secarias** cerca de **38% dos utentes** apresentam estas mesmas patologias. Estes dados evidenciam a prevalência de necessidades de acompanhamento especializado e reforçam a importância de intervenções individualizadas e contínuas por parte da Equipa Técnica.



4.3.4 CATL | AAAF | SAI

Apesar do presente documento ser reportado ao exercício de 2025, importa ressaltar que no âmbito das respostas dinamizadas pela Misericórdia em relação à infância, estas estão muito associadas ao ano letivo, o qual apanha sempre parte de dois anos, o que poderá significar algumas discrepâncias em relação aos dados finais do período em análise.

No entanto, importa recordar que, desde final de 2006, a resposta social de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), destinado a crianças entre os 6 e os 10/11 anos e que frequentam o primeiro nível do ensino, tem funcionado no perímetro da Escola Básica de Arganil, mais precisamente no pavilhão D. Arminda Sanches.

Essa localização tem permitido, não apenas a continuidade da resposta, mas acima de tudo assegurado uma estrutura de apoio às crianças nas pontas letivas (7h45m – 9h e 17h-17h30) e nas interrupções letivas.

Funcionando em contexto de acordo de cooperação com a Segurança Social, o CATL acolheu, em média, **60 crianças** durante o exercício de 2025.



Foto n.º 5: Hora do Conto no CATL

Com a colaboração da autarquia, foi possível aumentar a oferta, face à procura da comunidade, através da **prestação de um serviço autónomo com a designação de Sala de Apoio à Infância (SAI)**.

Esta sala começou a laborar em Setembro de 2024, tendo em média uma frequência no ano de 2025 de 21 crianças, sendo que o valor cobrado junto das famílias corresponde ao montante definido de comparticipação pela Segurança Social para a resposta de CATL, atualizado já em Setembro de 2025 (ano letivo 2025/2026), e que passou a ser de 62,68€/mês.

No âmbito das **Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)**, destinado a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, o funcionamento desta



resposta resulta de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil, tendo prestado apoio, em média, a **32 crianças**.

4.3.5 CANTINAS SOCIAIS

Ao longo dos anos a Misericórdia tem colaborado com a medida conhecida por Cantina Social, integrada no então Programa de Emergência Alimentar (PEA), visando mitigar situações de carência alimentar e económica.

Sendo uma resposta ágil, tem sido implementada no concelho de Arganil, através de diversas parcerias locais com outras instituições de solidariedade social, possibilitando dessa forma a cobertura do território, podendo em baixo ver-se a distribuição por entidades.

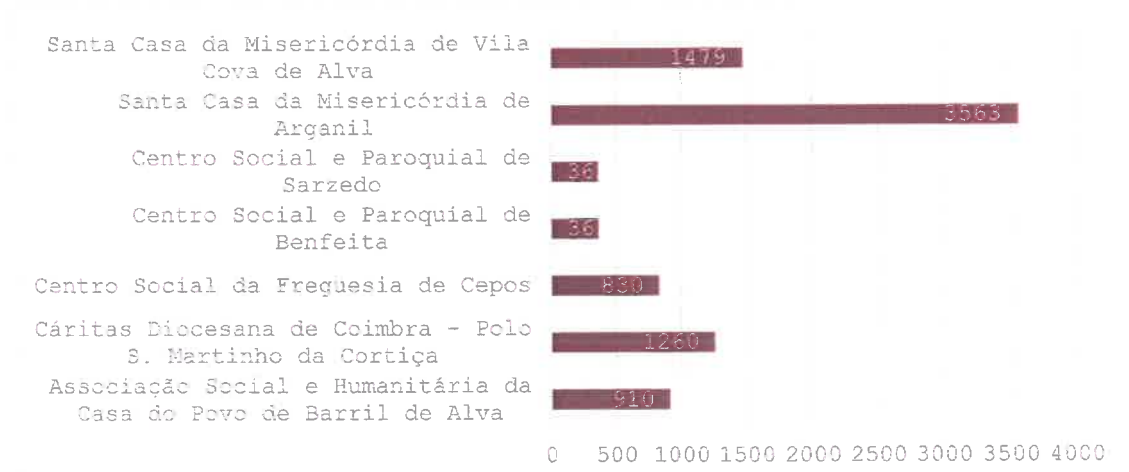


Gráfico n.º 21: Instituições parceiras e refeições fornecidas

A continuidade desta medida tem sido assegurada através da celebração de adendas com o Instituto da Segurança Social, IP, ao qual compete o respetivo financiamento, embora se diga sempre que este é insuficiente.

Assim, entre Janeiro e Junho, inclusive, a Instituição recebeu 3,75€/refeição, sendo alterado para 3,93€ entre Julho e Dezembro, inclusive.

Entre Janeiro e Agosto, inclusive, o número de refeições contratualizadas foi de 30/dia, e de Setembro a Dezembro este número firmou-se em 28/dia.

No ano de 2025, foram asseguradas **8769 refeições**, correspondendo a uma taxa de execução de 82%, perfazendo uma **média mensal de 745,75 refeições**. Esta variação justifica-se, essencialmente, pelo ajustamento do número de refeições protocoladas no decurso do ano, bem como pela oscilação verificada na procura da resposta, decorrente de alterações nas situações socioeconómicas dos beneficiários/agregados familiares e



da reavaliação periódica das necessidades sinalizadas pelos serviços competentes, nomeadamente o SAAS Arganil.

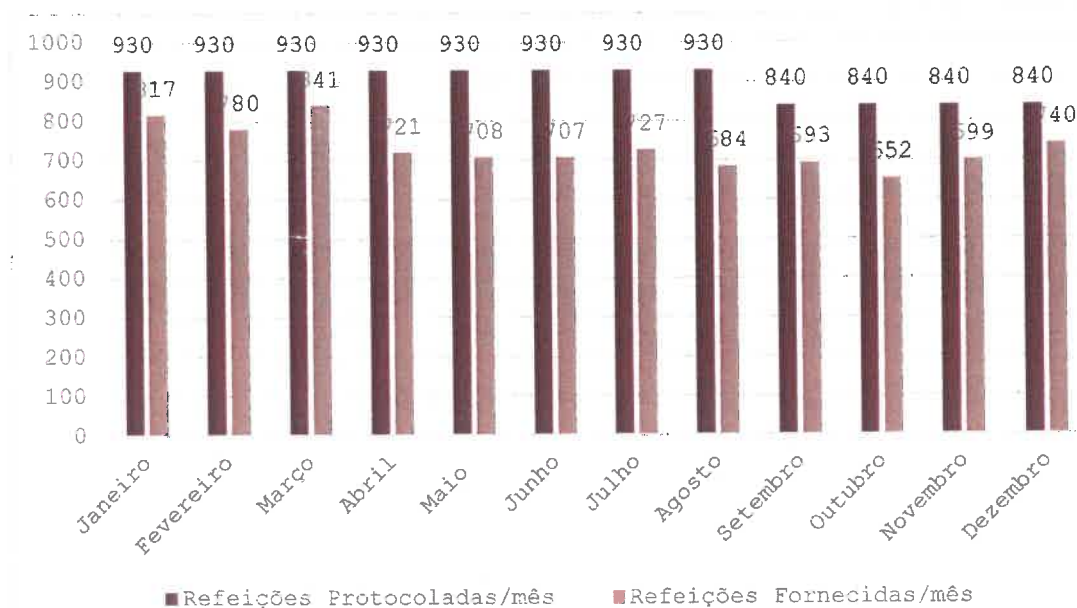


Gráfico n.º 22: Refeições Fornecidas VS Protocoladas – Análise Mensal 2025

A taxa de execução encontra-se diretamente relacionada com o processo de sinalização de beneficiários, cujo procedimento formal atribui essa competência exclusivamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, pelo que, a Instituição apenas pode fornecer as refeições aos cidadãos após sinalização do referido serviço.

Relativamente aos beneficiários, foram acompanhados em média 26 beneficiários por mês, correspondentes a 24 agregados familiares.

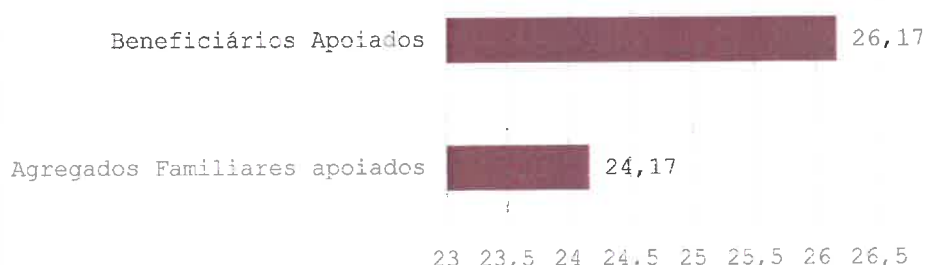


Gráfico 23: Agregados Familiares/ Beneficiários Apoiados – Média Mensal em 2025

4.3.6 GRUPO DE SAÚDE – SAÚDE HOLÍSTICA

Considerando a ampla multidisciplinariedade existente no seio da Misericórdia, e considerando a crescente dimensão da intervenção junto do Ser Humano, o qual é cada vez mais visto numa perspetiva holística, uma vez que são vários os fatores que influenciam e condicionam o seu bem-estar, e que a compreensão destes fatores



engloba distintos saberes, a equipa técnica entendeu pertinente agregar as diferentes dimensões das intervenções num grupo de trabalho.

Esse grupo de trabalho possibilitou a **formalização da Equipa Multidisciplinar | Saúde Holística**, a qual promoveu uma abordagem com o enfoque na pessoa-utente, reconhecendo a sua individualidade, ao mesmo tempo que procurou disseminar práticas inspiradas em valores humanistas e éticos, com o destaque para a componente afetiva, social, relacional e comunicacional.

Para tal, a intervenção incidiu sobre o desenvolvimento de um sentimento de pertença junto da pessoa-utente na organização da Instituição e a capacitação dos vários trabalhadores para esta nova visão da intervenção.

A Equipa balizou a sua atuação pelos seguintes objetivos:

Objetivos
1. Promover o processo de envelhecimento ativo, saudável e participado, mediante abordagens de intervenção holísticas e centradas na pessoa-utente;
2. Facilitar o acesso da pessoa-utente a cuidados de saúde especializados, diferenciados e ajustados às suas necessidades e expectativa;
3. Implementar e uniformizar os procedimentos internos numa lógica de consolidação de uma cultura organizacional que valorize a individualidade da pessoa-utente.

Tabela n.º 7: Objetivos – Equipa Multidisciplinar| Saúde Holística

No desenvolvimento da sua ação a equipa conseguiu os seguintes resultados:

- **3 Reuniões preparatórias;**
- **24 Reuniões de Equipa;**
- **2 Ações de Formação Interna:**
 - a) *“Humanizar os Cuidados| Dignificar o Envelhecimento”* | 3 Sessões| 41 Participantes
 - b) *“Técnicas de Posicionamentos, Transferências e Utilização de Produtos de Apoio em Pessoas com Dependência”* | 2 Sessões| 33 Participantes
- **Redefinição do Plano Geral de Cuidados – ERPI| Alteração das rotinas de cuidados| Implementação de Carros de Higiene;**
- **Alteração do procedimento de Distribuição de Medicação| Adoção do Sistema de Preparação Industrializada de Medicamentos através de parcerias com as farmácias locais;**
- **Restruturação da ocupação dos quartos de ERPI| Distribuição de utentes dependentes para os pisos térreos e os independentes para pisos superiores;**



- **Produção de Formulários de Registo para Auxiliares.**

Em suma, a reestruturação das intervenções junto dos utentes tendo por base uma visão mais abrangente, reunindo diversos saberes, tem possibilitando evidentes sinergias ao nível dos recursos profissionais existentes, assim como uma maior capacidade de ajustamento e atualização de várias ferramentas de trabalho, como são o caso dos Planos Individuais de Intervenção (PII) e os Planos Individuais de Cuidados (PIC).

4.4. ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS

Paulatinamente a Misericórdia tem procurado regressar ao campo da saúde, primeiro com a Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Fernando Valle, depois com a Unidade de Medicina Física e de reabilitação (antiga Clifiargus) e, mais recentemente, com o projeto de reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Este esforço realizado pela Instituição tem colhido frutos, embora com um forte empenhamento de meios por parte da Misericórdia, nomeadamente com o recente investimento na reabilitação da antiga unidade hospitalar, e cujo recurso à banca foi essencial.

De referir que nesta componente da cooperação com o Estado, as entidades envolvidas são, predominantemente: a ULS-Coimbra, a ACSS, IP, a ADSE e, e com menor peso o ISS,IP (componente da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – RNCCI).

4.4.1 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE

Ao longo do ano de 2025 a Unidade Dr. Fernando Valle desenvolveu um conjunto de atividades essenciais ao bem-estar dos seus utentes, com destaque para a **reorganização da prestação de serviços de Terapia da Fala com recurso a meios externos.**

Por outro lado, manteve a abertura à comunidade, não apenas em contexto formativo, como foram o caso dos **alunos do Agrupamento de Escolas de Arganil**, através de estágio de Auxiliar de Ação Médica, no âmbito de protocolo existente nesse sentido, mas de igual modo em contexto de conhecimento e partilha de recursos como a Sala de Snoezelen.



Foto n.º 6: Curso de Auxiliar de Saúde (AEA)

Neste particular realce para a **utilização semanal por parte da APPACDM – Núcleo de Arganil** desse recurso, para estimulação e relaxamento do seu público-alvo.



Foto n.º 7: Utilização Sala de Snoezelen pela APPACDM

Simultaneamente, a Unidade foi ainda alvo de diversas **visitas por parte de outras Instituições de Solidariedade Social**, como foi o caso do Centro Social Caeiro da Mata, do Concelho de Tábua, que veio conhecer a realidade dos Cuidados Continuados Integrados.

Outro aspeto importante ocorrido no ano de 2025 foi a **renovação da parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra**, tendo sido acolhidos diversos alunos em contexto de ensino clínico, no âmbito do 2.º ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem, tendo a atividade decorrido sob a orientação dos Assistentes Convidados Irina Veloso e Rui Joaquim.



Foto n.º 8: Visita do Centro Social Caiiro da Mata



Foto n.º 9: Estágio de Enfermagem

Quanto à atividade direta, melhor desenvolvida em relatório específico, importa destacar que ao fim de mais de 19 anos de inauguração (Novembro de 2006) e 18 de funcionamento (Julho 2024) desta resposta, a sua atuação continua a ser essencial não apenas para os territórios mais próximos, como de igual modo para toda a Região Centro.

Assim, ao longo destes anos este equipamento/resposta já cuidou e apoiou, prestando cuidados de saúde e sociais a um total de **1089** cidadãos utentes, distribuídos respetivamente, **857** na Tipologia de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e **232** na Tipologia de Longa Duração e Manutenção (ULDM).



Distribuição total dos utentes admitidos na UCCI por Tipologia de Internamento e ano de admissão

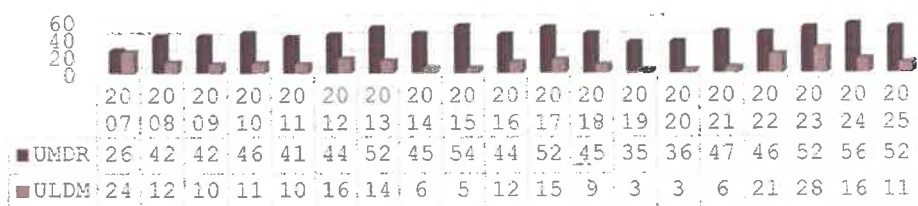


Gráfico n.º 24: Distribuição total dos utentes admitidos na UCCI por Tipologia de Internamento e ano de admissão

Ao longo do ano de 2025, foram admitidos na UCCI um total de **62 utentes**, **52** dos quais na tipologia de **Média Duração e Reabilitação (UMDR)** e **11** na tipologia de **Longa Duração e Manutenção (ULDM)**, mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente admitidos.

Percentagem total de utentes apoiados entre 2021 e 2025 na UCCI por Tipologia de Internamento

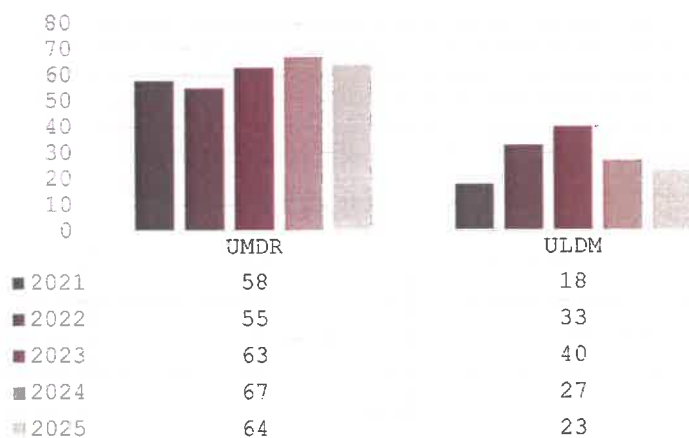


Gráfico n.º 25: Percentagem total de utentes apoiados entre 2021 a 2025 na UCCI por Tipologia de Internamento

Globalmente, no período em análise foram apoiados a **87 utentes**, dos quais **64 (73.6%)** na **UMDR** e **23 (26.4%)** em **ULDM**, com uma ligeira diminuição do n.º de utentes apoiados em ULDM, muito devido a uma menor rotação dos seus beneficiários.

Quanto ao género dos utentes das tipologias existentes na UCCI – Dr. Fernando Valle, comparativamente com o ano transato, registou-se um aumento do número de mulheres apoiadas face à percentagem de homens, na tipologia de UMDR, sucedendo o inverso na ULDM.

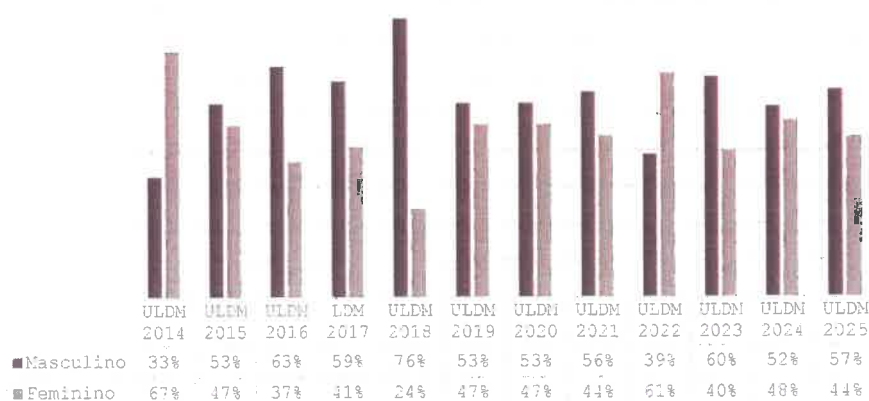
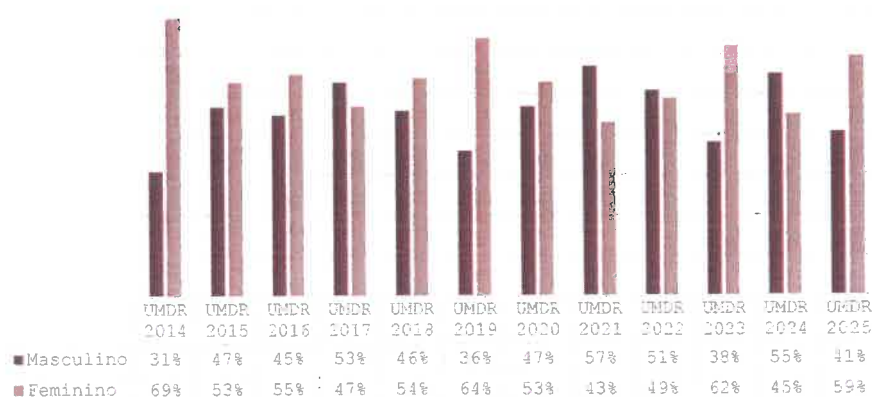


Em termos etários há a registar um número significativo de utentes com idade inferior a 65 anos, em ambas as tipologias de internamento, sendo mais plausível na tipologia de UMDR, face às características desta resposta (internamentos mais curtos e com maior potencial de recuperação). Já o seu crescimento na tipologia de UMDL não deixa de ser preocupante e que poderemos analisar face a problemas associados a situações do foro oncológico.

Por outro lado, a faixa etária com mais de 86 anos tem vindo a crescer na tipologia de UMDR, enquanto que em UMDL registou-se um aumento da faixa etária entre os 66 e os 70 anos, mas também da faixa etária superior a 91.

As suas idades variam entre os 47 e os 98 em UMDR e entre os 47 e os 96 anos em UMDL. Sendo a média de idades de 78.5 anos em UMDR (2021 = 79 Anos / 2022 = 78.4 Anos / 2023 = 78.3 anos) e de 75.3 anos em UMDL (2021 = 73 Anos / 2022 = 80.8 Anos / 2023 = 76.9 anos).

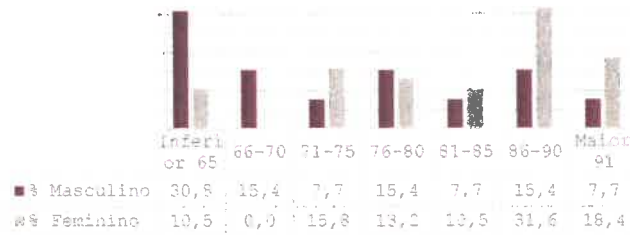
Perfil dos utentes da UCCI em 2025 – Tipologia de Internamento, Género e Faixa Etária:



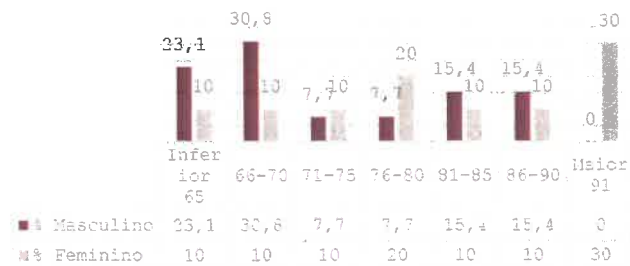
Gráficos n.ºs 26 e 27: Percentagem de utentes apoiados de 2014 a 2025 por Tipologia e Género



Escalão Etário UMDR 2025



Escalão Etário ULDM 2025



Gráficos n.ºs 28 e 29: Utentes apoiados em 2025 na UCCI por Tipologia e Faixa Etária

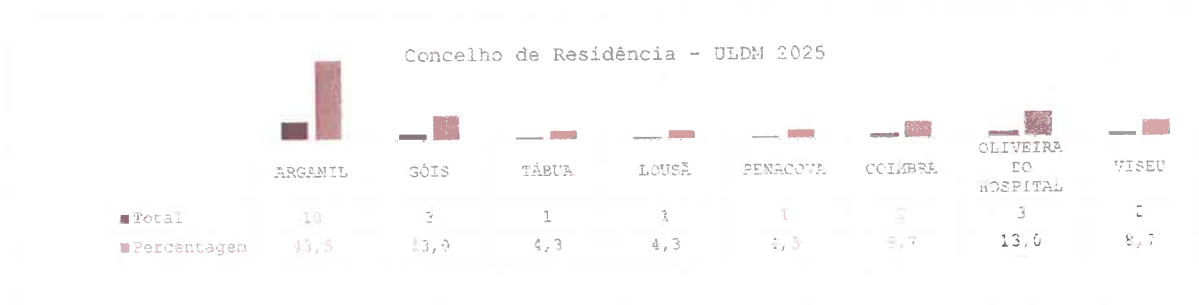
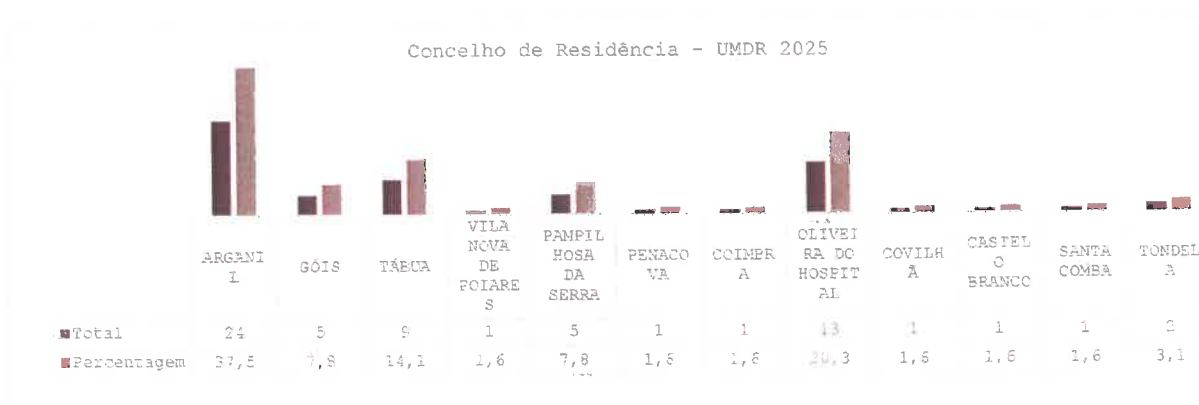
No que à proveniência territorial diz respeito, a sua maioria é referente à Região Centro do País, distrito de Coimbra, sendo que ao nível concelhio, 37.5% dos utentes da UMDR são naturais do concelho de Arganil e na ULDM, 43.5% são oriundos do concelho de Oliveira do Hospital, registando-se aqui um aumento significativo deste último concelho em ambas as tipologias.

Contudo, importa sublinhar que o número de utentes provenientes fora do concelho de Arganil é bastante significativo em ambas as tipologias de internamento, sendo que uma parte destes é inclusive exterior ao distrito de Coimbra, nomeadamente dos distritos de Castelo Branco, Covilhã e Viseu, refletindo o afastamento geográfico de familiares e dificuldade de articulação com serviços locais, como os principais problemas subjacentes.

Tal situação tem merecido a atenção da equipa da UCCI – Dr. Fernando Valle, promovendo estratégias de aproximação à família, sublinhando-se que todos os pedidos de transferência por critério de proximidade geográfica foram aceites pelas Entidades Coordenadoras, embora nem todos tivessem tido vaga na Unidade preferencial em tempo útil.



Proveniência dos utentes da UCCI – Tipologia de Internamento, Concelho de residência:



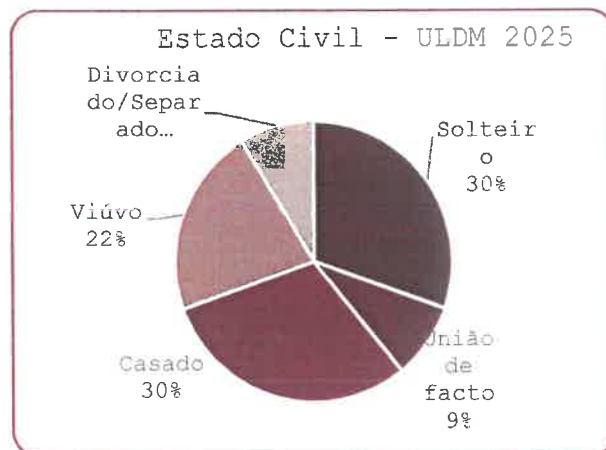
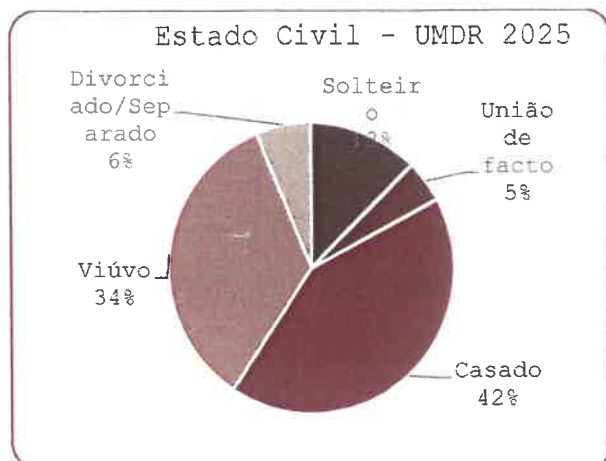
Gráficos n.º 30 e 31: Percentagem total de utentes por Tipologia e concelho de Residência

No que diz respeito ao estado civil, nos utentes da UMDR, a predominância é o de casados, com 42%, seguidos dos viúvos, com 34%.

Em relação ao estado civil, nos utentes da ULDM, registou-se situação semelhante, com 30% casados e 22% viúvos.

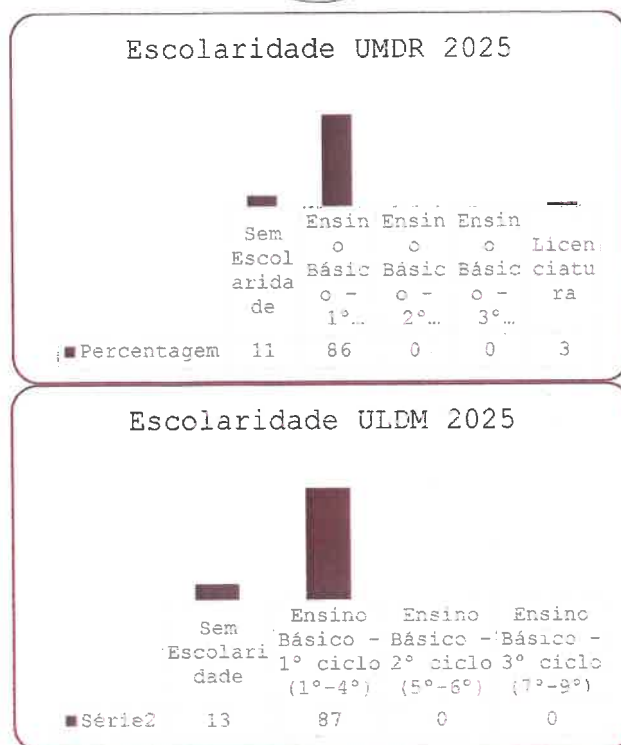


Perfil dos utentes da UCCI em 2025 – Tipologia de Internamento, Estado civil e Escolaridade:



Gráficos n.º 32 e 33: Percentagem de utentes na UCCI por Tipologia de Internamento e Estado Civil

Outro dado pertinente prende-se com o nível de escolaridade registado ao nível dos utentes da UCCI – Dr. Fernando Valle em 2025, sendo que a sua grande maioria possui somente o 1º estágio de educação, ou são analfabetos. Nos utentes da UMDR, 86% têm somente a 4ª classe e 11% não possuem escolaridade. Na ULDM, 87% detêm a 4ª classe e 13% não possuem escolaridade.



Gráficos n.ºs 34 e 35: Percentagem de utentes na UCCI por Tipologia de Internamento e Escolaridade

No que concerne à referenciação por entidade **são os Hospitais Centrais aquela que mais encaminha** para a tipologia de UMDR, neste caso 92%, reduzindo-se essa percentagem para 83% na tipologia de ULDM, embora nesta última haja a registar que, face a 2024, os hospitais passaram de 67% de referenciações para os já referidos 83%, o que indicia um aumento da dinâmica para desocupar camas por parte dos hospitais.

Sucede porém que em 2025 se verificou um decréscimo, por sinal bastante acentuado, das referenciações por parte dos Centros de Saúde, comparativamente com os anos anteriores.

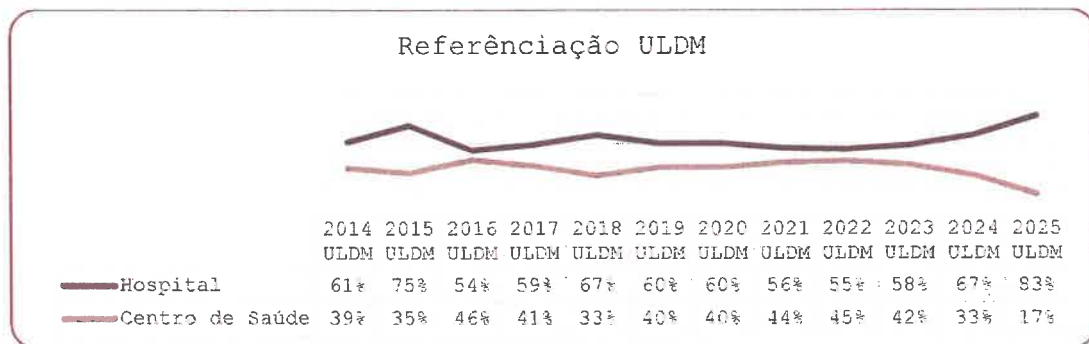
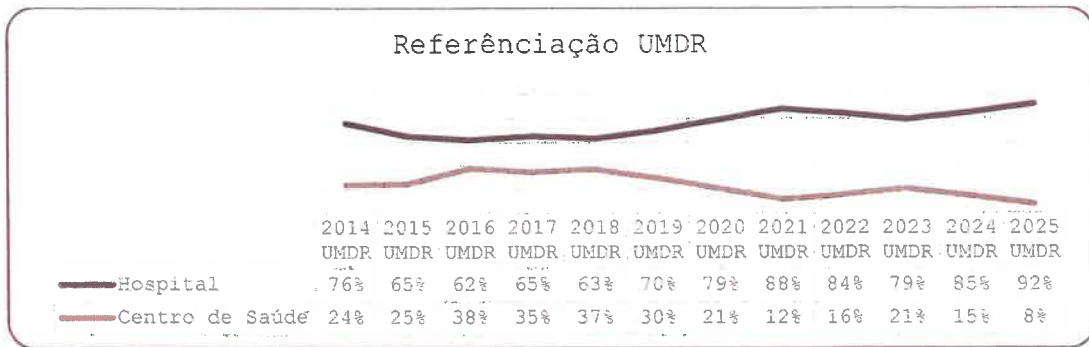
Relativamente à proveniência dos utentes apoiados, na Tipologias de UMDR, 69% vêm diretamente dos Hospitais e 17% do domicílio, verificando-se neste último caso um ligeiro aumento.

Quanto à ULDM, 52% dos utentes foram oriundos de outras UCCI's, 35% dos hospitais, registando-se em contrapartida uma diminuição dos utentes provenientes do domicílio.

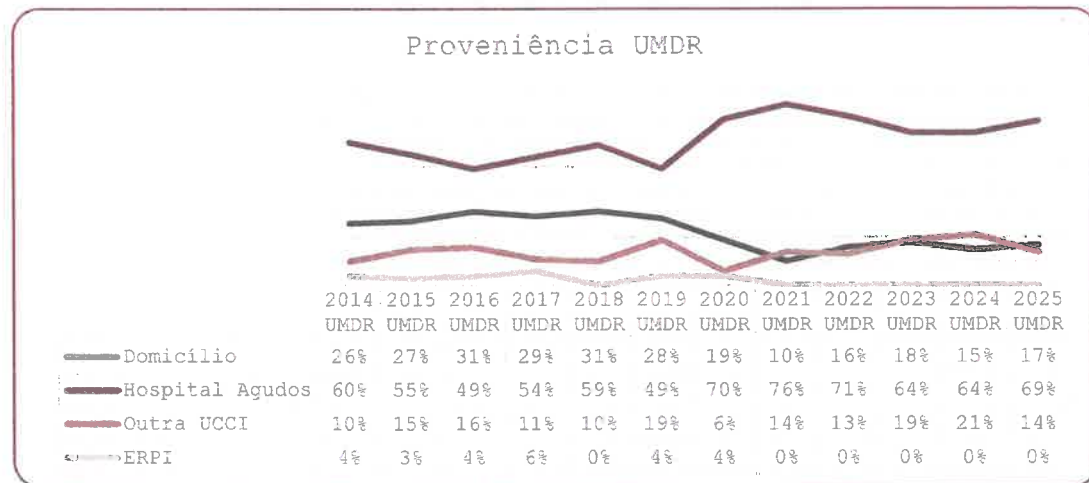
Em 2025 existiu ainda, um número significativo de utentes que chegaram de outras unidades, quer seja das camas protocolizadas com os CHUC, a aguardar vaga na RNCCI, ou transferidos por critério de preferência e aproximação geográfica à área de residência, mas também por transferência de tipologia de internamento.

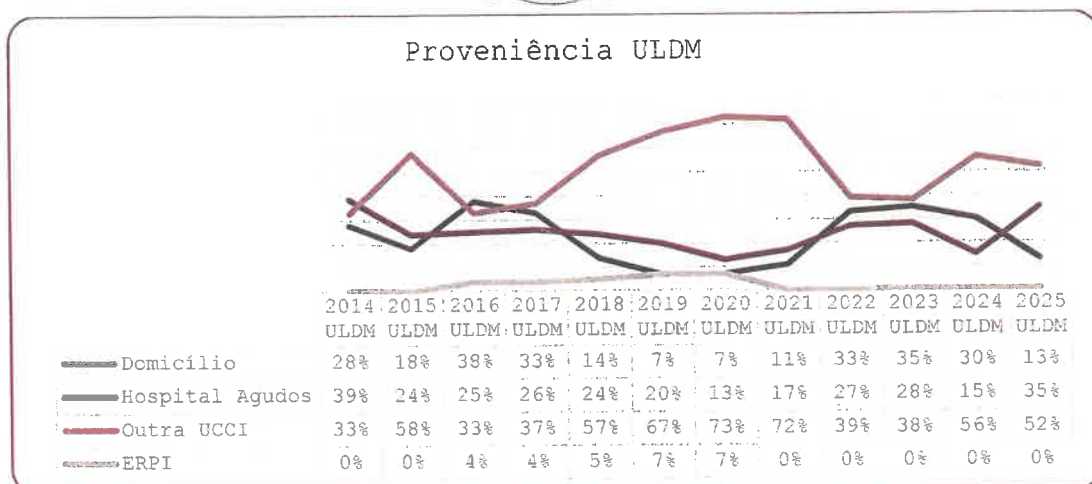


Perfil dos utentes da UCCI em 2025 – Referenciação



Gráficos n.º 36 e 36-A: Percentagem de utentes apoiados de 2014 a 2025 na UCCI por Tipologia e Referenciação





Gráficos n.ºs 37 e 38: Percentagem de utentes apoiados de 2014 a 2025 na UCCI por Tipologia e Proveniência

No que concerne ao apoio prévio aos utentes, foi possível verificar que a grande maioria dos utentes residiam com família natural, 61% em UMDR e 70% em ULDM, situação muito semelhante aos transatos anos, com um ligeiro aumento, seguindo-se os utentes que residiam sós.

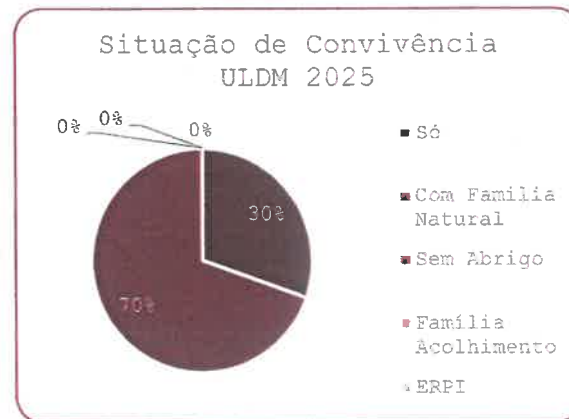
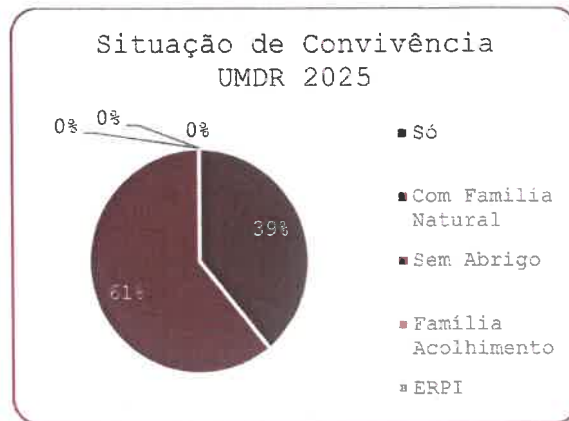
Em relação ao tipo de apoio, verifica-se que os familiares constituem o principal suporte dos utentes em 51% na UMDR e 35% na ULDM, revelando um decréscimo de valores muito pouco significativo.

Da perceção recolhida no ano de 2025, regista-se pois, que a família continua a ser o principal pilar de apoio no momento que antecede a admissão na RNCCI, perspetivando-se que após a alta se mantenha com essa função.

Não obstante, não deve ser descurado que, cada vez mais o setor social e as suas instituições complementam esta ação, na medida em que as famílias recorrem à rede capilar de equipamentos da rede solidária como o SAD, o CD e as ERPI para manter o apoio em situações de pós-alta.



Perfil dos utentes da UCCI em 2025 – Tipologia de Internamento, Situação de convivência e Tipo de apoio recebido:



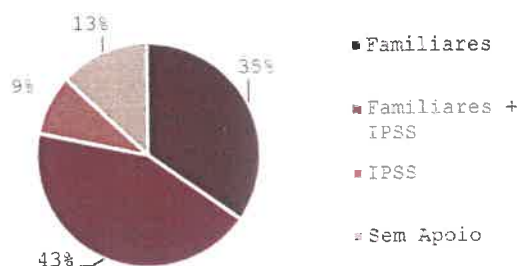
Gráficos n.ºs 39 e 40: Percentagem de utentes apoiados em 2025 na UCCI por Tipologia e Situação de Convivência



Apoio Recebido Antes Internamento UMDR 2025



Apoio Recebido Antes Internamento ULDM 2025



Gráficos n.ºs 41 e 42: Percentagem de utentes apoiados em 2025 na UCCI por Tipologia e Tipo de Apoio Recebido

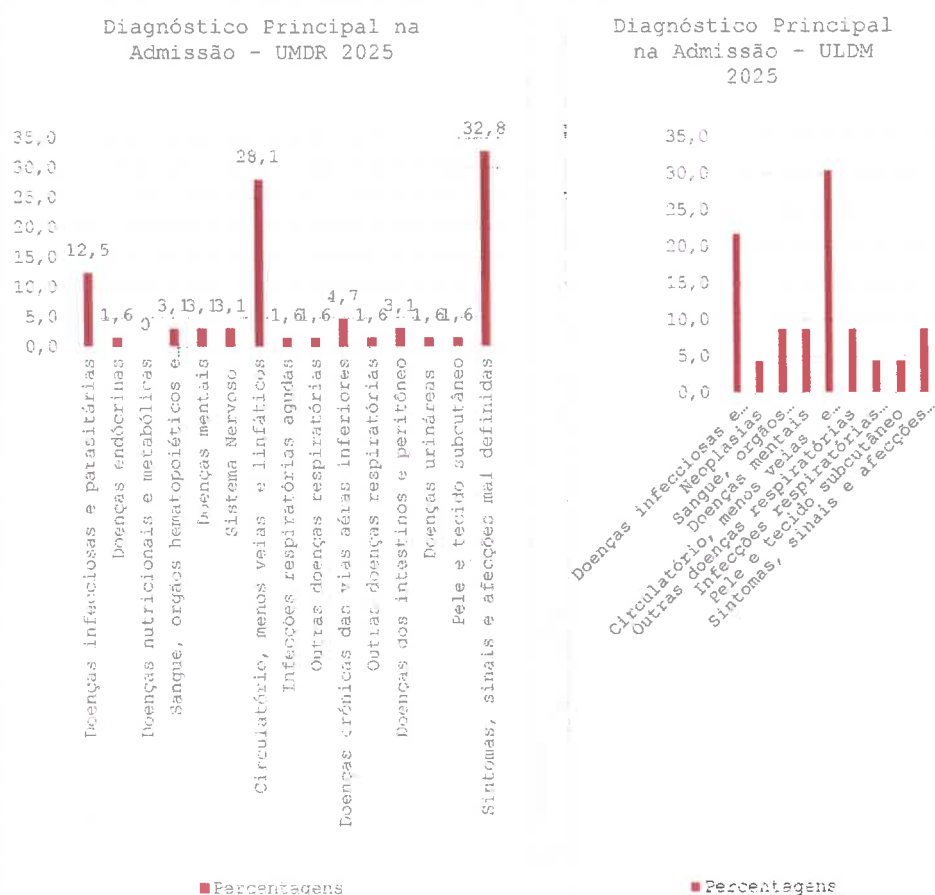
Quanto aos diagnósticos de entrada verificou-se que na UMDR, mantêm-se as afeções mal definidas e as doenças do Sistema Circulatório, onde se inclui o diagnóstico de Acidente Vascular Cerebral (AVC). Por seu turno, na ULDM registou-se uma incidência das doenças do Sistema Circulatório.

Em ambas as tipologias de internamento verificou-se um aumento muito significativo das admissões por Neoplasia, o que deverá merecer uma reflexão profunda, na medida em que parte destes pacientes teriam critérios para a Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

Na representação gráfica que se segue, é possível verificar a diversidade de patologias presentes nos diagnósticos de admissão na UCCI – Dr. Fernando Valle, muitas destas camuflando outros diagnósticos que não sendo referenciadores, disfarçam as más referenciações, influência direta nomeadamente nos potenciais de reabilitação.



Perfil dos utentes da UCCI em 2025 – Diagnóstico principal na admissão:



Gráficos n.ºs 43 e 44: Percentagem de utentes apoiados em 2025 na UCCI por Tipologia e Diagnóstico

Em suma, a unidade Dr. Fernando Valle tem se revelado, ao longo de quase duas décadas, fundamental para mitigar muitas das problemáticas associadas a situações de doença crónica e aguda, servindo ainda, como espaço de retaguarda que tem assegurado que muitos dos cidadãos possam estar mais próximos das suas famílias e comunidades, embora haja número significativo de utentes oriundos de outros territórios que não esta região da Beira Serra.

Por outro lado, existe o risco significativo de, face à pressão de libertação de camas em meio hospitalar e os graves níveis de subfinanciamento da RNCCI, algumas unidades na zona centro puderem vir a encerrar, aumentando a pressão junto das que continuam a laborar.

Contudo, importa destacar a importância para a Misericórdia de um equipamento como este que tem contribuído para a coesão social local, fixação de jovens e combate à desertificação.



4.4.2 HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS

A reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, cujo montante de investimento ultrapassou o valor global de três milhões, quinhentos e setenta mil euros (3.570.000,00€), integrando diversas componentes (edifício, geradores, acessos, PT, etc), mas sem incluir ainda o equipamento indispensável ao seu funcionamento, viu, em 2025, ser assinado **contrato de financiamento pelo PRR**, mais precisamente em 17 de Abril do ano que findou.

Por outro lado, a **publicação do Despacho n.º 11541/2025 de 1 de Outubro**, contemplou o financiamento trianual para assegurar o funcionamento desta nova unidade, tendo sido solicitado junto da Câmara Municipal de Arganil, em 30 de Dezembro último, a respetiva licença de utilização cuja emissão se aguarda.

Simultaneamente, o ano em apreço e análise ficou marcado pelo lançamento de vários procedimentos de contratação pública, melhor enunciados em 4.1, visando dotar esta nova estrutura dos equipamentos destinados à sua normal laboração, traduzindo um enorme e significativo investimento por parte da Misericórdia.

Importa salientar, neste particular, que todo este investimento, e apesar dos enormes ganhos perspetivados para o território, **não obteve qualquer tipo de apoio por parte da autarquia arganilense**, neste caso a Câmara Municipal de Arganil, o que não se pode deixar de lamentar, registando-se uma diferença de tratamento por parte da edilidade camarária em relação a outras instituições, algumas delas sem sede no concelho de Arganil.

4.4.3 UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO (UMFR)

Ao longo dos anos a Instituição tem promovido uma resposta local no âmbito da Medicina Física de Reabilitação sendo a Unidade de Medicina Física de Reabilitação da Misericórdia (UMFR) a sucedânea da antiga CLIFIARGUS.

Esta estrutura, tem assegurado a existência no Concelho de Arganil e nos territórios limítrofes de uma resposta específica no campo da reabilitação, contando com a colaboração de dois médicos fisiatras de reconhecido mérito.

Por outro lado, podemos dizer que este equipamento assegura ainda, uma presença diária de diversos utilizadores deste serviço no centro da Vila de Arganil, evitando a sua deslocação para espaços mais distantes, ao mesmo tempo que assegura uma resposta de proximidade a diversas outras respostas promovidas pela Misericórdia, nomeadamente no âmbito do público mais envelhecido (ERPI, SAD, CD, UCCI).

Terminado o ano de 2025 podemos concluir que foram realizadas **1359 consultas**, o que se traduziu num número total de **12114 tratamentos**, sendo que cada lote de tratamentos corresponde a cerca de 12 sessões, abrangendo, em 2025, **1248 pessoas cuidadas na UMFR**.



De referir ainda, que em Outubro passado a UMFR passou a contar com a colaboração de mais um Fisioterapeuta, aumentando a capacidade de resposta e tratamento deste equipamento, conforme verificável nos dados em cima reportados.

Outro aspeto importante tem sido também a colaboração com instituições do ensino superior, nomeadamente a **Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra** que tem recorrido a este equipamento da Misericórdia para desenvolver estágios curriculares.

Assim, e sob as orientações dos profissionais da UMFR, dois alunos do 3.º ano da licenciatura de Fisioterapia, tiveram a possibilidade, entre 20 de Novembro e 19 de Dezembro, de conhecer a realidade e a aplicação de conhecimentos adquiridos, com a devida supervisão dos profissionais da Instituição.



Foto n.º 10: Estágio de Fisioterapia na UMFR

4.5 A COMARCA DE ARGANIL

O título A Comarca de Arganil conta já com a vetusta idade de 125 anos, tendo entrado no passado dia 1 de Janeiro no 126º ano de existência.

Ao longo de 2025, publicou 51 edições, assegurou uma tiragem média na edição papel de 1867 exemplares, e continuou a servir nove concelhos, a saber: Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo.

Conta com um número médio de 1651 assinantes em território nacional, acrescido de uma média de 31 assinantes internacionais, mais uma média de 33 assinantes da edição online.

Para além disso, manteve-se como um projeto de promoção da cultura, cidadania e informação, o que nem sempre foi fácil para alguns atores políticos locais, suscitando alguns ataques ao direito e dever de informar!



De destacar o contributo do jornal A Comarca de Arganil para a sustentabilidade da Misericórdia, auxiliando dessa forma o desenvolvimento da atividade principal da Instituição, neste caso no campo da solidariedade.

Por fim, há dois aspetos a sublinhar no funcionamento do jornal, o primeiro foi a **inclusão de um Estágio Profissional**, tendo em vista a renovação da sua redação, assim como a atribuição em Maio de 2025 do apoio ao “**Incentivo à Leitura de Publicações Periódicas**”, o que possibilitou uma redução de despesa do funcionamento/expedição do título.

4.6 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

O projeto cultura Academia Condessa das Canas, sediado na antiga escola do Paço Grande – Adães Bermudes – tem mobilizado um número significativo de jovens, contando atualmente com mais de uma centena utilizadores, a que se somam alguns elementos mais velhos/sénioreis.

Este projeto resulta de uma parceria informal entre a Misericórdia e a sociedade civil, a qual se mobilizou para dinamizar este projeto único na Beira Serra.

Por outro lado, tem sido possível congregar no referido espaço diversas ofertas formativas não apenas no campo da dança, como igualmente no desporto.



Fotos n.ºs 11,12 e 13: Atividades da Academia Condessa das Canas

Simultaneamente, a Academia tem-se expandido para outros concelhos limítrofes, como os casos de Tábua, Góis e Pampilhosa da Serra, alicerçados na componente do ballet, onde o papel da Diretora Artística Tamára Simão tem sido crucial, conjuntamente com o apoio e disponibilidade de diversos pais.

Assim, destacamos as seguintes atividades levadas a efeito:

Janeiro 2025

- Participação na Abertura do Glamour Catering (Mont’Alto);
- Participação no espetáculo Solidário LionsClube;
- Espetáculo de Ballet Anastasia;



Fevereiro

- Workshop de Flamenco com Azhara Díaz;

Março

- Participação da Academia de Kenpo na 2ª edição Ação Desportiva ARCIAL_and_CLUBS;

Abril

- Atuação em Páscoa na Vila;
- Realização da “Atividade Caça aos Ovos”;
- Participação no Espetáculo Dia Mundial da Dança – Tábua (Ballet e Hip-hop);

Mai

- Realização do “2º Workshop de Maquilhagem de Espetáculo”;

Junho

- Espetáculo de Hip-hop “The Greatest Showman – Dance Show”;

Julho

- Realização “Curso Intensivo de Sevilhanas” – Principiantes;
- Participação no Espetáculo da Academia Moving Stars “Óscares” – Ballet;
- Espetáculo de Ballet “DESDEMOMA”;
- Participação no Espetáculo da Academia Danç’Art Studio – Ballet;

Novembro

- Espetáculo DESDEMONA (ARGANIL) – Solidário para os Bombeiros Voluntários de Arganil – Ballet;
- Participação na 2ª Taça de Portugal De Kenpo Americano;

Dezembro

- Participação no Mercado de Natal de Arganil;
- Parceria com a Associação Juvenil CUME na Atividade Solidária de Recolha de Bens Alimentares;
- Participação no Espetáculo de Ballet A Cinderela – Academia Moving Stars no Natal Serrano;

4.7 ORGANIZAÇÃO | PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Uma das características da Misericórdia é a sua abertura à comunidade, organizando, mas de igual modo participando, em diversos eventos locais e regionais, razão pela qual não é de estranhar a intensa atividade da Instituição em vários planos.

Contudo, não podemos deixar de começar por dar nota da ausência da Instituição em uma das atividades que lhe é mais querida e, neste caso, na secular *Feira do Mont’Alto*.

Na realidade a Misericórdia, através da sua Mesa Administrativa e na sequência da deliberação tomada na Assembleia Geral de Março de 2025, entendeu não marcar presença nesse evento por considerar que o modelo que a autarquia tem desenvolvido nos últimos anos em nada beneficia o tradicional certame.



Aliás, não subsistem dúvidas de que a Câmara Municipal de Arganil tem procurado, paulatinamente, acabar com esta feira tradicional alterando-lhe a sua essência de Feira Franca, além de utilizar a sua designação para assegurar apoios a outras Instituições, financiado diretamente, com as receitas desse certame, investimentos das mesmas.

Por outro lado, a autarquia não tem respondido às missivas da Misericórdia solicitando esclarecimentos sobre as receitas geradas, a cobranças de entradas e até o modelo de organização do evento, revelando um **profundo desrespeito para com esta Instituição.**

Não obstante esta nota de desconsideração a que a Misericórdia tem sido votada pela edilidade camarária, a Instituição teve um vasto leque de eventos por si desenvolvidos, revelando a permanente dinâmica dos seus Órgãos Sociais.

Exemplo disso foi a organização e realização da **conferência, no dia 4 de Fevereiro de 2005**, evocativa dos vinte anos de inauguração do então novo Centro de Saúde Arganil, anexo ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas, e ocorrido a 4 de Fevereiro de 2005.

Este evento teve uma forte participação da comunidade, que encheu por completo a salão nobre da Instituição, revelando uma clara preocupação dos cidadãos com as matérias relacionadas com a saúde.



Fotos n.ºs 14,15 e 16: Oradores Conferência 20 anos Centro de Saúde de Arganil

Ainda no campo das conferências, destaque para a **Semana da Malnutrição** e isto depois da cerimónia de abertura que contou com a Sr.^a Ministra da Saúde e de representantes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, realizada no dia 10 de Novembro, Arganil acolheu o segundo momento deste evento.

Assim, no dia 11 de Novembro, durante o período da manhã teve lugar no Salão Nobre da Misericórdia de Arganil a conferência subordinada ao tema da sensibilização para os riscos da malnutrição e que contou, não apenas com uma significativa participação de diversas entidades como da comunidade local.

Como oradores, a sessão contou com vários oradores como o prof. Dr. Michael Hiesmayr, vindo da Universidade de Viena, o Prof. Dr. Jorge Fonseca, o Prof. Dr. Aníbal Marinho, Presidente da APNEP, o Dr. António Carvalho e o Dr. Paulo Lopes.



Marcaram ainda presença o Dr. António Sérgio Martins em representação do Secretariado Regional da Coimbra da UMP, o Sr. Reitor de Arganil, Pde Lucas Pio e o Sr. Vereador Eng. Rui Silva.

Coube ao Provedor da Instituição, Prof. António Carvalhais da Costa encerrar os trabalhos, não sem deixar de dizer “o enorme orgulho para a Misericórdia poder ter acolhido tão prestigiadas figuras da medicina nacional e internacional, cujo enfoque tem sido a importância da nutrição para o bem-estar Humano”.

Ficou ainda o compromisso da Misericórdia de que irá continuar a trabalhar a promoção deste tema na região, em colaboração com o Secretariado Regional da União das Misericórdias Portuguesas e a Associação Portuguesa de Nutrição Entérica e Parentérica (APNEP), esperando-se para o próximo ano novo evento envolvendo outros territórios da Região.



Foto n.º17: Oradores Conferência “Semana da Mal Nutrição”

Tal como tem sido habitual, a Misericórdia de Arganil voltou a **patrocinar o Quadro de Excelência e Mérito do Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA)**, atribuindo um apoio monetário no valor de duzentos e cinquenta euros (250,00€) a um dos alunos que se destacou no ano letivo 2024-2025.

A cerimónia teve lugar na Escola Secundária de Arganil, no dia 24 de Outubro, e contou com a presença da comunidade educativa do Concelho de Arganil, assim como diversos membros dos órgãos do AEA, mas acima de tudo contou com a participação dos alunos e respetivos familiares.

Em representação da Instituição esteve o seu Vice-provedor, o qual procedeu à entrega do diploma do quadro de excelência e mérito a um dos alunos que se destacou no ano letivo transato e referiu “ser importante uma palavra de apreço pelo esforço, não apenas dos alunos reconhecidos, mas de igual modo dos seus pais que, seguramente, muitos sacrifícios realizam para esse mérito, bem como muitos dos professores e pessoal não docente”.

A cerimónia e o momento da entrega do prémio contou com as presenças do Presidente da Autarquia e do Vereador com o Pelouro da Educação, juntos ao Vice-provedor.



Foto n.º 18: Entrega de Prémios escolares

Antes, no dia 5 de Julho, e com outra forte participação da comunidade, a Misericórdia, no Hospital de Beneficência Condessa das Canas, **prestou homenagem ao Dr. Carlos Maia Teixeira**, um dos obreiros da ampliação do Centro de Saúde e que tinha falecido no mês de Janeiro, dias antes da conferência dedicada aos vinte anos da inauguração do Centro de Saúde de Arganil e que seria também um dos oradores.



Fotos n.ºs 19 e 20: Homenagem ao Dr. Carlos Maia Teixeira

Ainda no campo das homenagens, também o **Dr. Manuel Barreto Leite não foi esquecido** e, no dia 7 de Setembro, passou a ter um espaço no edifício onde laborou vários anos, neste caso também no Hospital de Beneficência Condessa das Canas, assumindo-se o seu legado no campo da Medicina Geral e Familiar.

Ainda nessa homenagem o Provedor da Instituição, Prof. António Carvalhais da Costa, lançou a ideia de se perpetuar a memória dessa personalidade junto ao seu consultório do clínico, através da colocação de um monumento alusivo à sua figura.



Foto n.º21: Painel de Oradores na Homenagem ao Dr. Manuel Barreto Leite



Foto n.º22: Placa evocativa do Dr. Manuel Barreto Leite no Hospital de Beneficência Condessa das Canas

No campo religioso e retomando a **tradição da procissão do Senhor dos Passos**, pelo terceiro ano consecutivo, a Misericórdia, com a sua Irmandade, transportou no fim-de-semana de 5 e 6 de Abril a imagem de Cristo Crucificado para a Igreja matriz, primeiro na noite de Sábado e depois no Domingo com o seu regresso.



Fotos n.ºs 23 e 24: Procissão do Senhor dos Passos pela Misericórdia



Ainda no campo da tradição secular da Misericórdia, no fim-de-semana de 5 e 6 de Julho, para além da homenagem ao Dr. Carlo Maia Teixeira, tiveram lugar **as celebrações em honra de Nossa Senhora da Visitação**, seguindo um figurino em que no Sábado decorre um evento mais de natureza cultural, antecedendo as celebrações religiosas que têm lugar no dia seguinte, ou seja, no Domingo.

Assim, durante a noite teve lugar um belíssimo concerto no Jardim do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, junto ao monumento da maior benemérita da Instituição e que contou com a presença de diversos membros dos órgãos sociais e a comunidade em geral.



Foto n.º 25: Concerto noturno

Como foi já referido, no Domingo, dia 6 de Julho, tiveram lugar na Igreja da Misericórdia as celebrações religiosas que culminaram com a procissão pelas ruas da vila, com a presença do Reitor de Arganil, Padre Lucas Pio, e a Filarmónica Arganilense, demonstrando a vivacidade da Instituição e a sua capacidade mobilizadora.

De referir que a Misericórdia tem, de forma clara e sem tibiezas, mantido as suas tradições, com uma forte presença de elementos jovens que têm vindo a renovar o corpo de irmãos que compõem a Instituição, ajudando a vincar e a defender a identidade desta organização, ao mesmo tempo que assumem com orgulho e dedicação a sua natureza e história.

Exemplo disso, tem sido o transporte do andor nesta procissão a cargo das irmãs, revelando a sua capacidade de mobilização e partilha nessa tarefa.



Foto n.º 26: Procissão pelas ruas da Vila de Arganil

A Misericórdia marcou ainda presença, aquando da celebração do aniversário da Casa da Comarca de Arganil, em Lisboa e no dia 8 de Dezembro, ao reconhecimento e homenagem ao **Cardeal Patriarca D. Rui Valério**, tendo-lhe sido endereçado convite a visitar a Instituição aquando da sua deslocação ao Concelho.



Foto n.º 27: Procissão pelas ruas da Vila de Arganil

Outro aspeto revelador da dedicação à Misericórdia tem sido o desenvolvimento e organização de atividades diversas, envolvendo colaboradores, irmãos e utentes desta entidade, destacando-se, a título de exemplo, o **arraial realizado no dia 20 de Junho** nos jardins da sua sede. Foi pois, um momento de interação entre todos, os que são servidos, os que servem e os que servindo dirigem a Instituição.



Foto n.º 28: Provedor e alguns colaboradores que organizaram o arraial

Por fim, destaque para o **jantar de natal da Misericórdia** e que reuniu o universo desta Instituição, e que foi um momento marcado, quer pela entrega dos prémios do concurso de decoração natalícia nas várias respostas sociais, mas acima de tudo pela singela homenagem a uma colega que, infelizmente, nos deixou ainda em 2025 – a Ana Filipa Santos.

Nesse evento, registo para as presenças do Dr. António Sérgio Martins, Presidente do Secretariado Regional de Coimbra da UMP, do Reitor Padre Lucas Pio, dos Presidentes de Junta das Freguesias de Arganil e Secarias (Freguesias onde a Instituição possui equipamentos sociais).



Fotos n.ºs 29 e 30: Órgãos Sociais e convidados, assim como colaboradores

4.8 ATIVIDADES LÚDICAS E OCUPACIONAIS

Apesar de inscritas em documento anexo, importa no presente corpo deste documento realçar o vasto conjunto de atividades ocupacionais e lúdicas dirigidas à estimulação, valorização e dignificação dos diversos públicos de utentes servidos pela Misericórdia nas suas mais diversas respostas sociais e equipamentos.



Essas atividades tiveram suporte na equipa de profissionais ao serviço da Instituição, recorrendo a diversos recursos disponíveis, fossem eles integrados na estrutura da organização ou através de projetos em curso e já explicitados em pontos anteriores do presente Relatório de Atividades e Contas.

Assim, diariamente foram asseguradas diversas atividades com uma enorme diversidade tendo em vista manter a participação dos utentes nas mesmas. Essas atividades implicavam, também a dinamização de vários ateliers (Culinária, jardinagem, costura, etc) com o intuito de estimular a manutenção de diversas competências e conhecimentos.



Fotos n.ºs 31, 32 e 33: Atividades na comunidade e Ateliers

De igual modo, a deslocação ao exterior da Instituição, mantendo rotinas de contacto com a comunidade através do desenvolvimento de formas de convivência, foi importante para a valorização das relações comunitárias.

A introdução de técnicas inovadoras de estimulação, ou mesmo relaxamento, consoante os casos, passou pelo recurso à intervenção com animais de companhia, uma competência adquirida com o projeto “Casa com Vida”, neste caso o “Hammer” (cão Labrador), e que faz parte integrante da equipa da Instituição.

Outro aspeto crucial presente nas atividades realizadas junto dos utentes passou pela componente de preservação de capacidades físicas, através da realização de aulas de ginástica adaptada às competências ainda remanescentes no campo da mobilidade física.



Foto n.ºs 34,35 e 36: Terapia Assistida com animais



Foto n.º 37: Profissionais de reabilitação dando aula de manutenção física

4.9 PATRIMÓNIO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS

O património tem sido fundamental para a sustentabilidade da Misericórdia, registando-se a realização de parte significativa de investimento graças à existência de uma clara noção do papel dos ativos de que dispõe a Instituição.

A esse propósito as Propriedades de Investimento (PI), quando a sua manutenção implica a necessidade de realizar intervenções onerosas, a opção tem sido a da sua alienação para que possa aliviar a tesouraria da Misericórdia e financiar parte do investimento necessário à sua atividade principal, conforme descrito no anexo ao balanço, e cumpridos todos os preceitos estatutários.

Não obstante, importa realçar que em 2025 várias foram as propriedades que passaram a passar para a esfera da Instituição, apesar de nem todas, em virtude da existência de usufrutos legais, estarem integrados nos ativos da Misericórdia.

Nesse particular destaque para o artigo urbano n.º 2.795, sito na Rua Congregação das Filhas de S. José, Freguesia e Concelho de Arganil, e descrito no Registo Predial sob o n.º 1714, referente às frações autónomas B, R, e AB, que foi doado à Instituição, mantendo-se o usufruto do doador.

Já o artigo urbano n.º 571, sito em Vila Cova de Alva, Freguesia de Vila Cova de Alva e Anseriz e Concelho de Arganil, passou a integrar os ativos tangíveis da Instituição, por dação em pagamento, tornando-se uma Propriedade de Investimento (PI).

O que importa realçar é a estratégia assumida pela Mesa Administrativa de possibilitar um equilíbrio entre a necessidade de venda de ativos/imóveis, e a manutenção, ou até mesmo ampliação, das suas PI através da receção/aceitação de novos artigos.

Ainda no campo do património e da defesa deste, não podemos deixar de referir que, na sequência da deliberação de mandato pela Assembleia Geral de 15 de Abril de 2025, foi celebrada alteração à escritura, datada de 16 de Abril de 2021, de constituição de



direito de superfície referente ao edifício conhecido como Teatro Alves Coelho (artigo 4.312, descrito no registo predial sob o número 5793 da Freguesia e Concelho de Arganil).

Assim, no dia 21 de Abril de 2025, a Misericórdia, devidamente representada pela sua Mesa Administrativa e com respetivo mandato concedido pela Assembleia Geral, procedeu a nova redação da alínea f) que passou a ter o seguinte texto: “*Se as obras de requalificação do imóvel, no âmbito da execução do projeto de arquitetura consensualizado, já tiverem sido iniciadas durante o prazo estabelecido de **sete anos**, mas se perspetive que a sua conclusão venha a ultrapassar esse mesmo período, o prazo em causa é extensível pelo numero de dias necessários à execução do referido projeto*”.

Dessa forma, a alteração ocorrida circunscreveu-se ao prazo de execução da requalificação, passando de 4 para 7 anos, ou seja, a intervenção no edifício por parte da autarquia terá que ter lugar até 16 de Abril de 2028, mantendo-se todas as demais cláusulas constantes da escritura celebrada em 16 de Abril de 2021.

Importa denotar que, desde a primeira hora, a Misericórdia sempre esteve disponível para encontrar uma solução face ao incumprimento por parte da Câmara Municipal de Arganil no que ao prazo inicialmente estabelecido dizia respeito, sendo que a opção por uma alteração deste era a única solução viável.

E em boa hora a Instituição insistiu nessa solução, pois caso contrário o problema na data atual seria bem maior, perante as promessas de reabilitação que foram sendo anunciadas publicamente pela Câmara Municipal e que **nunca se concretizaram nas datas inicialmente estabelecidas**.



Foto n.º 38: (Cine) Teatro Alves Coelho

Outro aspeto que em 2025 marcou presença nas preocupações da Misericórdia foi a temática relacionada com a *Feira do Mont'Alto*, tendo a Assembleia Geral de 31 de Março de 2025 analisado este assunto, concluindo pela atribuição de um mandato à Mesa Administrativa para renovar, renegociar ou cessar o protocolo celebrado com a autarquia em 6 de Setembro de 2011.



Com efeito, ao longo das últimas edições este certame tem apresentado alterações ao figurino que, no entender da Instituição, colidem com a natureza de Feira Franca, já para não falar da perda de importância, **em virtude da Feira do Mont'Alto ter vindo a ser relegada para um segundo plano face à FICABEIRA**, razão pela qual esta componente do património histórico da Instituição passou a merecer mais atenção.

No campo da preservação e manutenção dos espaços da Instituição deverá ser dado o destaque à Mata das Misericórdias, a qual representa um património natural muito significativo e que foi alvo da atenção da Misericórdia no que à sua limpeza e conservação diz respeito.

Desse modo, a necessidade da gestão de faixas de combustíveis e limpeza dos espaços florestais, entre Janeiro de Maio, assim como a manutenção dos acessos e zonas de circulação, sem esquecer a permanente reflorestação com espécies autóctones de folha caduca, continuaram a ser ações dinamizadas nesse espaço que continua a ser a sala de visitas da Vila de Arganil.

De igual modo, a manutenção dos jardins e o embelezamento destes foi algo que preocupou os serviços de manutenção, procurando-se que estes espaços servissem igualmente para usufruto de visitas, utentes e comunidade em geral.



Foto n.º 39: Limpeza e preservação dos espaços naturais

Quanto ao edificado, para além das obras decorrentes de candidaturas ao PRR, e devidamente explanadas em 4.1, também a Área de Manutenção e Logística procedeu à higienização de espaços e melhoria funcional de alguns destes, como foi o caso da criação de um espaço no interior da ERPI dedicado à atividade física, aproveitando áreas devolutas e sem que tal implicasse qualquer alteração à arquitetura do edificado, sem esquecer o sistema de escoamento de águas e esgotos, substituindo tubagem.



Fotos n.ºs 40 e 41: Melhoria espaços (sala de atividade física)



Fotos n.ºs 42 e 43: Melhoria espaços (caixilharia da receção – serviço externo e tubagem esgotos)

4.10 PARCERIAS

Tal como vendo hábito a Misericórdia tem procurado manter uma colaboração ativa com diversas entidades, salvaguardando sempre a sua identidade e a sua cultura organizacional, tendo como foco a promoção de ações que visem a melhoria das condições das pessoas.

Exemplo disso foi o apoio económico concedido, por ocasião dos incêndios que assolaram a região em 2025, às **corporações de Bombeiros de Arganil e Coja**, com o valor respetivo de duzentos e cinquenta euros (250,00€).

De igual modo, atribuiu um **apoio monetário à Associação Filarmónica de Arganil**, também de valor idêntico, ou seja, duzentos e cinquenta euros (250,00€), assim como cedeu o **autocarro da Instituição** para uma deslocação da referida associação musical.

No mesmo ano, a Misericórdia manteve, para além dos protocolos com outras Instituições de Solidariedade Social, nos quais se incluem a questão das **Cantinas Sociais**, já abordada em ponto anterior, também a colaboração com o Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA), através do **patrocínio do prémio de mérito** no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), e que merecem o devido sublinhado, a par da **receção de alunos** no âmbito da formação profissional desenvolvida, sem esquecer a já habitual **cedência da sua Mata** para o corta mato escolar.



Foto n.º 44: Corta Mato Escolar

As parcerias no campo do **desenvolvimento de estágios**, sejam eles de nível superior (Escola Superior de Saúde de Coimbra e Escola Superior de Enfermagem de Coimbra) ou do ensino obrigatório (EPTOLIVA e Agrupamento de Escolas de Arganil), têm marcado presença na dinâmica da Misericórdia, tendo em vista promover os territórios e tornando-os atrativos para fixar jovens.

Há depois ainda, um leque variado de entidades com as quais a Instituição se relaciona, nomeadamente do Setor Público com as quais tem contratualizado diversos instrumentos de desenvolvimento de respostas e ou equipamentos, nomeadamente o Instituto de Segurança Social (ISS,IP), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP), as estruturas descentralizadas do Ministério da Saúde, como a Administração Regional de Saúde do Centro (ACSS) e a Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULSC).

Sem esquecer as autarquias, como a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, a Igreja, as associações e coletividades locais, entre outras.

Destaque ainda, para a parceria com a Evolução Vertical, no âmbito da realização da prova desportiva **Desafios Picos do Açor**, autorizando a passagem da mesma pela sua Mata, contribuindo assim para o sucesso desta prova que contou com a participação de mais de milhar e meio de participantes.



Foto n.º 45: Desafios Picos Açor

Por fim, não pode deixar de ser sublinhada a preocupação e envolvimento que a Misericórdia possui com outras congéneres, muito fruto do Movimento Somos Todos



Misericórdia em que a Santa Casa de Arganil teve um papel preponderante na sua dinamização.

Ainda no campo das Misericórdias, deve ser sublinhada a colaboração com o Secretariado Regional de Coimbra da UMP.

4.11 RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Sendo o foco da Instituição as pessoas que serve e cuida, o denominador comum em toda a organização dos seus serviços terá que ser, objetivamente, também as pessoas.

Com efeito, a Misericórdia não é uma empresa que se dedica a construir artefactos, mas antes a **construir relações entre os prestadores de cuidados e os recetores desses mesmos cuidados**, por norma mais vulneráveis e sobre os quais é fundamental uma atenção permanente.

Razão pela qual, e sendo um trabalho intensivo, os recursos humanos da Misericórdia são essenciais para o sucesso da sua missão, embora, na atualidade, não seja fácil manter uma base de recrutamento de trabalhadores consentânea com as necessidades dos seus serviços.

Seja pela reduzida oferta do mercado de trabalho, ou seja pela inadequabilidade de quem se apresenta para eventual admissão, o processo de seleção tem tido alguns constrangimentos, perante a decisão estratégica de serem mantidos os níveis de exigência que se impõem, acabando a Misericórdia por procurar perceber as reais competências dos contratados, muitas das vezes, já no período de experiência.

Contudo, a natureza do cuidar que se deseja manter implica não realizar concessões no grau de exigência ao pessoal.

No entanto podemos referir que no final do exercício a Instituição contava com **157 trabalhadores**, o que significa um aumento face ao exercício anterior (154), aumento este incidindo sobre pessoal mais qualificado, designadamente no campo da saúde.

Por outro lado, importa referir que, para além de ser **um dos maiores empregadores locais**, é também um fator de fixação de jovens, sendo que 127 trabalhadores, neste caso 80,9%, têm residência no concelho de Arganil, com incidência na Freguesia sede do município (95).

No entanto, e reflexo da dimensão supraconcelhia da Misericórdia, os concelhos de Tábua (13), Oliveira do Hospital (5), Góis (2), Lousã (3), Penacova (3) e Coimbra (3).

Temos ainda um (1) elemento do concelho de Mortágua. Quanto a nacionalidades, temos a presença de quatro, para além da Portuguesa, e neste caso elas são Italiana (1), Angolana (5), Brasil (3), Filipina (1).



Quanto à distribuição por género, a predominância continua a ser o feminino, com **85%** de trabalhadores (133), seguindo-se o género masculino com **15%** (24) de trabalhadores.

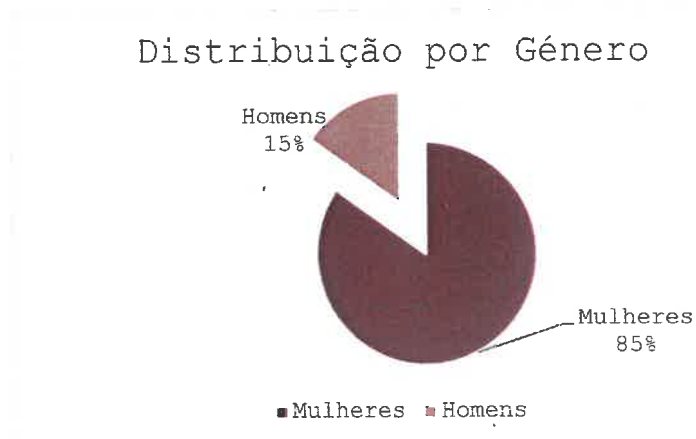


Gráfico n.º 45: Distribuição por Género

Se na distribuição por género, face ao exercício de 2024, não se verificaram alterações, já na média de idades registou-se uma diminuição desta, resultado da entrada de jovens profissionais, nomeadamente quadros superiores, e a saída de pessoas mais velhas.

Assim, a média de idades reduziu de 45,2 anos, registada em 2024, para 43 anos, o que é bastante interessante.

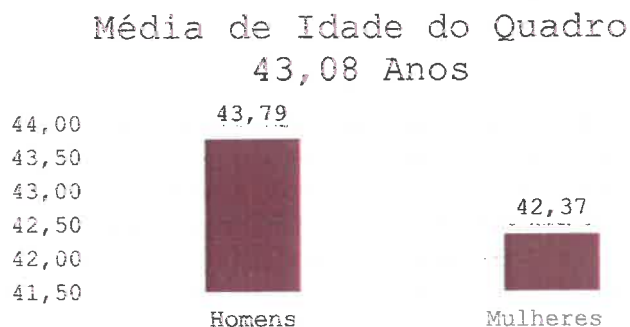


Gráfico n.º 46: Médias de idades por Género



Habilitações Literárias

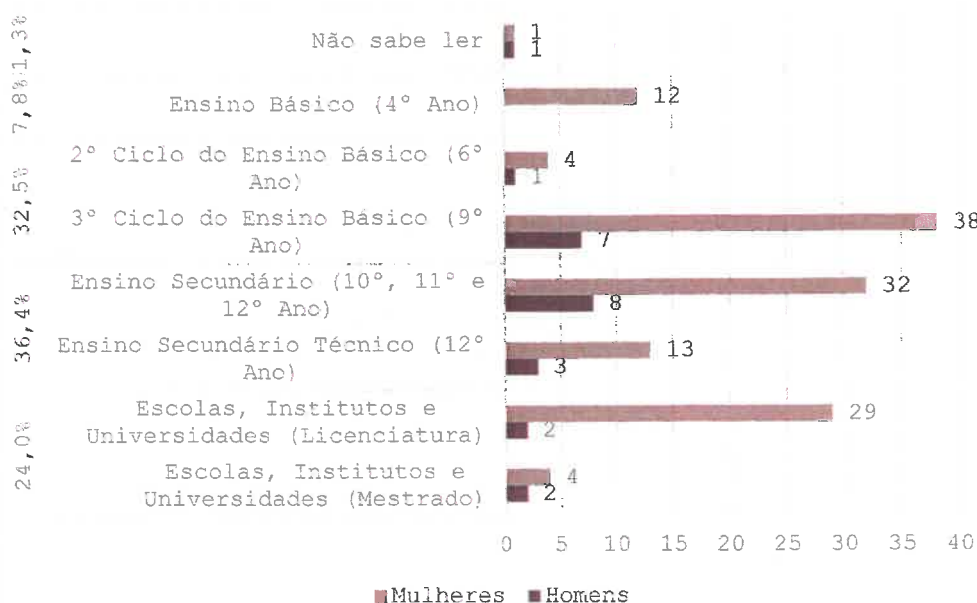


Gráfico n.º 47: Habilitações Literárias

Ao nível das habilitações, e fruto da aposta na contratação de jovens quadros, verificou-se um aumento do grau de ensino presente na organização da Instituição, passando o nível académico superior (Licenciatura e Mestrado) a representar 24% dos trabalhadores, o que representou uma subida de praticamente 4%, passando de 31 elementos em 2024, para 37 em 2025.

Em relação aos restantes níveis académicos presentes na Misericórdia, destaque para a redução no ensino básico, passando de 9,1% em 2024, para 7,8% em 2025, ou seja, menos 2 trabalhadores.

Por seu turno, o nível secundário, incluindo o técnico/profissional, totalizou no presente exercício 56 elementos, ao contrário do ano de 2024 que se cifrou em 59 pessoas na organização.

Esta evolução é o reflexo da crescente especialização de algumas intervenções com especial incidência nas áreas relacionadas com a saúde (Enfermagem, Fisioterapia, etc), correspondendo a uma visão estratégica da Misericórdia e ao peso destas componentes na ação da Instituição.

Importa aqui realçar o contributo que tem sido dado para a fixação de jovens quadros no interior deste território, através desta aposta estratégica.



Antiguidade

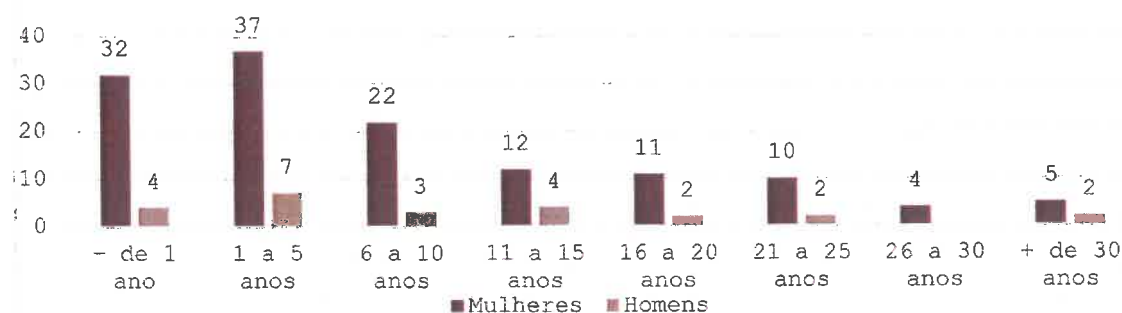


Gráfico n.º 48: Antiguidade dos Trabalhadores

Fruto das dificuldades enunciadas no início deste item referente aos Recursos Humanos, do qual resultou uma significativa rotatividade, importa salientar que a maioria dos trabalhadores (51%) teve uma permanência até 5 anos. Pelo contrário, 49% do total dos trabalhadores estão na Instituição de 6 a mais anos.

Assim, o aumento do número de trabalhadores com uma permanência até 5 anos aumentou face ao ano de 2024, neste caso mais 8 elementos, sendo que a grande justificação para este crescimento assentou muito na ausência de perfil adequado às funções para as quais foi recrutado, situação que apenas se veio a confirmar durante o período experimental.

No que se refere ao absentismo, este atingiu o valor de 9,61%, o que, em relação ao ano anterior foi uma subida, visto que em 2024 esta componente atingiu 8,97%. O crescimento verificado não pode ser dissociado da rotatividade verificada ao nível da permanência no emprego.

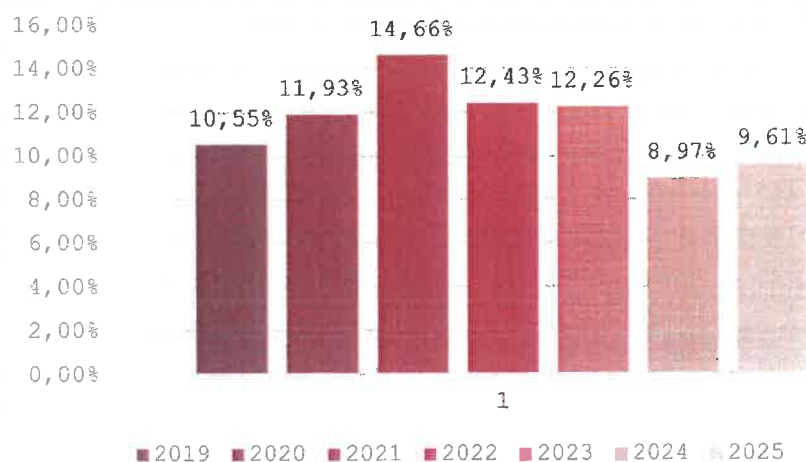


Gráfico n.º 49: Evolução da taxa de absentismo

No campo da formação foram realizadas foram realizadas **42 Formações/Ações**, tanto por iniciativa da Misericórdia, como por iniciativa do colaborador.



Por outro lado, realizaram-se diversas ações internas, centradas na maior qualificação dos cuidados prestados aos utentes/doentes, assim como na área de higiene e segurança no trabalho, nomeadamente na prevenção e controlo de infeções, no correto uso dos EPI's, na prevenção de lesões músculo-esqueléticas dos trabalhadores de apoio e no correto manuseamento das ajudas técnicas.

As 42 Formações/Ações totalizaram **482h de formação ministrada** que somada pelo número de trabalhadores abrangidos em cada uma delas, totalizaram 238.108 horas de trabalho, dessas deve ser dado destaque às medidas de autoproteção que abrangeu um número muito significativo do universo da Instituição, neste caso 94 elementos.

4.12 AÇÕES E PROCESSOS JUDICIAIS

No ano de 2025 a Misericórdia deu continuidade à defesa dos seus interesses, não abdicando de pugnar até ao limite a defesa das suas causas.

Assim, através de uma transação o processo n.º 226/20.0BECBR, cujo réu era a empresa Construções Castanheira & Joaquim, Lda, foi concluído, tendo a Misericórdia recebido, a título de indemnização, o montante de vinte mil euros (20.000,00€), ao mesmo tempo que o montante em dívida para com a empresa e retido pela Instituição foi considerada extinto no âmbito da mesma transação, tendo também um valor de vinte mil euros (20.000,00€).

Não se podendo fazer uma leitura linear, podemos afirmar que a Instituição viu-se ressarcida num montante global de quarenta mil euros (40.000,00€).

No que se refere ao Processo n.º 154/23.8T8AGN, com Vânia Penela, a decisão judicial foi favorável à pretensão da Instituição, tendo a mesma sido condenada a entregar o imóvel, assim como ao pagamento de uma indemnização, esta última de difícil execução em face da inexistência de rendimentos penhoráveis.

Também o processo n.º 222/22.3BECBR (Unidade Orgânica 1), com o Instituto Segurança Social, IP, para restituição de € 92 929,82 (noventa e dois mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), relativamente às respostas sociais do Centro de Dia localizado na sede (Arganil) e do Centro de Dia localizado em Secarias, chegou ao fim.

Neste caso, foi considerado, após recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, prescrito o valor de quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos (47,946,88€), cabendo à Instituição o pagamento de quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos (44.982,94€), cujo pagamento teve início em 2026, mediante um plano prestacional.

Acrescentar ainda, que no âmbito deste caso a Instituição tinha realizado provisão no ano de 2022 no valor de cem mil, setecentos e quatro euros e oitenta e dois cêntimos



(100.704,82€), tendo ocorrido uma reversão correspondente à diferença entre o valor prescrito e o valor a devolver.

Importa neste caso frisar, que a Instituição sempre considerou terem sido prestados os serviços inerentes à resposta de Centro de Dia, tendo a escolha pela opção em aplicar valores inferiores ao regulamentado pela Segurança Social sido efetuada em mandato anterior (2013) ao que se encontra em curso, e justificou-se pelas dificuldades económicas dos utentes integrados na resposta social.

Em relação ao processo n.º 4019/24.8T8CBR, também com o Instituto Segurança Social, IP, e apesar da absolvição de duas contraordenações, a Instituição procedeu ao pagamento do valor de cinco mil e quinhentos euros (5.500,00€) correspondente a outras duas contraordenações de um total de quatro (duas absolvidas), já regularizados ainda no exercício de 2025.

Neste caso, e apesar da Misericórdia manter a convicção da sua razão, não foi possível apresentar recurso face aos valores em causa.

Quanto a ações judiciais ativas em 2025, estas distribuíram-se do seguinte modo:

A. SCMA COM ARSC, IP (ATUALMENTE COM ACSS, IP)

Nº Processo: Processo n.º 4694/20.2 T8CBR.

Tribunal: Judicial da Comarca de Coimbra (Juízo Central Cível de Coimbra – Juiz 1).

Espécie: Ação Declarativa de Condenação.

Valor da Ação: € 1.948.482,60.

Estado atual do processo: Aguarda a realização de julgamento.

Notas adicionais:

- 1)** A SCMA interpôs ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, pedido, além do mais, o reconhecimento de uma propriedade, a condenação da ré a restituir-lhe uma área por ela ocupada sem título e a condenação desta a pagar-lhe uma indemnização de € 265.680,00, pela demolição do “Pavilhão Maria Augusta”, e ainda de uma indemnização de € 5,99/m²/dia, sendo o valor de € 7.546,20/mês, desde 02/04/2022 até à data em que vier a ocorrer a restituição, bem como os respetivos juros moratórios até efetivo e integral pagamento;
- 2)** Aguarda a realização de julgamento ou a celebração de uma transação;
- 3)** Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4)** Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.



B. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

Nº Processo: Processo n.º 134/22.0BECBR (Unidade Orgânica 2).

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Espécie: Impugnação Judicial de Liquidação.

Valor da Ação: € 72 807,83.

Estado atual do processo: Concluída a fase de articulados.

Notas adicionais:

A SCMA interpôs ação de impugnação de liquidação do ato para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);

Concluída a fase de articulados;

Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;

Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de pagar os referidos € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), acréscimos legais (juros) e custas do processo.

C. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

Nº Processo: Processo nº 0601202200007200 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processo Executivo de Coimbra do IGFSS].

Espécie: Execução.

Estado atual do processo: Execução Suspensa.

Notas adicionais:

Execução do ato de liquidação para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores), impugnado judicialmente no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);

Execução suspensa, uma vez que a SCMA apresentou a garantia bancária n.º 71000545385 até ao limite global máximo de € 110.166,35, emitida pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL;



- 1) Desfecho da execução depende da decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra).

D. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 201900211682 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processos de Contraordenações do ISS, IP - CDC].

Espécie: Processo de Contraordenação.

Valor da Ação: inaplicável.

Estado atual do processo: Suspenso.

Notas adicionais:

- 1) Processo de contraordenação relacionado com o fundamento para a emissão do ato de liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);
- 2) Processo suspenso, uma vez que a SCMA impugnou o referido ato de liquidação no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);
- 3) Desfecho do processo depende da decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra), sem prejuízo de no mesmo ainda não ter sido apresentada defesa administrativa e não haver decisão administrativa, mormente condenatória.

E. SCMA COM HERDEIROS DE DIAMANTINA DA CONCEIÇÃO PEDRO

N.º Processo: Processo n.º 24/24.2T8AGN

Tribunal: Juízo de Competência Genérica de Arganil.

Espécie: Ação de Processo Comum.

Valor da Ação: € 1.400,75.

Estado atual do processo: A aguardar cumprimento de despacho judicial pelo MP.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação para pagamento de valores vencidos e não pagos pela ex-utente do ERPI, Diamantina da Conceição Pedro, contra a Herança Aberta Por Óbito desta e outros;
- 2) O processo aguarda decisão;



- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.

F. SCMA com Ana Paula Matias de Almeida

N.º Processo: Processo n.º 207/25.8T8AGN

Tribunal: Juízo de Competência Genérica de Arganil.

Espécie: Ação de Processo Comum.

Valor da Ação: € 39.900,00.

Estado atual do processo: A aguardar saneamento.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação contra a Ana Paula Matias de Almeida, pedido, além do mais, o reconhecimento do direito de propriedade sobre um imóvel, bem como a condenação da ré a restituir-lhe a área de que se arroga proprietária;
- 2) O processo aguarda saneamento, após os articulados;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.

Para concluir este item, dá-se a devida nota de que em relação aos processos indicados nas alíneas B), C) e D), foi constituída provisão no ano de 2021, respetivamente no valor de cento e dez mil, cento e sessenta e seis euros e trinta e cinco Cêntimos (110.166,35€).

5 CONTAS

Encerrados os capítulos relacionados com a atividade da Misericórdia nos seus diferentes Complexos, é chegado o momento de apresentarmos os resultados do exercício e sobre os quais recaiu a capacidade de manter uma organização ativa e dinâmica, sem prejuízo de uma melhor leitura do documento anexo ao Balanço.

No entanto, importa recordar os inúmeros constrangimentos presentes no exercício, não apenas decorrentes da conjuntura internacional, mas de igual modo também da



nacional, e aqui recorde-se que ocorreram duas eleições (Legislativas e Autárquicas, assim como a preparação de uma terceira eleição (Presidenciais).

Razão pela qual, não podemos deixar de referir tais aspetos como fatores de instabilidade e incerteza, especialmente no que ao planeamento diz respeito.

Por outro lado, a série de **atrasos no âmbito do PRR**, face ao número de candidaturas/projetos que a Instituição tinha, e tem, em andamento, assim como a aplicação da revisão do acordo coletivo das Misericórdias, foram também constrangimentos ao nível da tesouraria, o que implicou a alienação de artigos, com a devida autorização da Assembleia Geral.

Outro aspeto que, reiteradamente tem vindo a ser referido nos relatórios de exercícios anteriores, passa pela **componente da reafectação de verbas** decorrente da revisão em baixa do Acordo de Cooperação do Centro de Dia – sede.

Com efeito, a não conclusão deste processo por parte do ISS, IP representa uma receita que não é efetivada e, por conseguinte, não é entregue à Instituição, condicionando a sua atividade nas respostas sociais de SAD e ERPI, cujo número de utentes em vagas compartilhadas poderia ser maior.

Importa no entanto destacar que, apesar da **venda de património**, os ativos da Instituição contaram com a entrada de novas PI, o que revela a preocupação da Mesa Administrativa em procurar reforçar o património da Misericórdia.

Não obstante, e apesar dos resultados obtidos terem sido claramente positivos, para isso também contribuiu o facto de ter existido a **receção de verbas** provenientes de **herança atribuída à Misericórdia** proveniente de benemérita, sendo pois, um evento extraordinário.

Sublinhar ainda, a **reversão de provisões** em face do resultado obtido em processo judicial e que veio a ter impacto positivo nos resultados do exercício. Simultaneamente, não pode ser desvalorizado o **desempenho no campo da prestação de serviços**, designadamente no Complexo Social, o que contribuiu para o desempenho obtido.

Assim, e antecipando a análise das diferentes componentes Rendimentos / Gastos / Investimentos, podemos anunciar que o **Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2025 foi positivo**, concretizando-se em duzentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e três euros e oitenta e sete cêntimos (298.793,87€), o qual se propõe levar a resultados transitados.



Rendimentos	4 634 377,23
Vendas	11,79
Prestação de serviços	3 608 910,63
Trabalho p/ própria Entidade	34 280,07
Subsídios, doações e legados à explora.	335 786,18
Provisões/Imparidades/JV (ganhos)	47 946,90
Outros rendimentos e ganhos	606 313,89
Juros, dividendos e outros rend. Simil.	1 127,77
Gastos	4 335 583,56
CMVMC	287 882,24
Fornecimento e Serviço Externos	973 860,23
Gastos com pessoal	2 658 065,08
Gastos de depreciação Amortização	138 344,98
Provisões e Imparidades (perdas)	0,00
Outros Gastos e perdas	264 619,21
Gastos e perdas de financiamento	12 811,82
RLE	298 793,87

Tabela n.º 8: Resultado do Exercício de 2025

Apresentado o RLE, deitemos agora um vislumbre ao Balanço, que se encontra também explando no Anexo ao presente documento, para melhor ser percecionada a evolução realizada pela Instituição.

Da análise ao Balanço é possível verificar uma tendência de **redução do total do Passivo**, à semelhança do que também sucedeu no exercício de 2024.

Assim, o passivo reduziu de cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e noventa e sete cêntimos (5.459.466,97€), para cinco milhões duzentos e doze mil, duzentos e oitenta euros e dezanove cêntimos (5.212.280,19€), **traduzindo um decréscimo de 4,53%**, ou seja, menos duzentos e quarenta e sete mil, cento e oitenta e seis euros e setenta e oito cêntimos (247.186,78€).

A diminuição resultou da componente de **financiamentos obtidos**, neste caso o comprimento dos compromissos com a Banca, e que se traduziu num decréscimo de cento e setenta e um mil, oitocentos e treze euros e trinta e nove cêntimos (171.813,39€), abrangendo os financiamentos obtidos e insertos no passivo não corrente (empréstimos CCAM – Hospital de Beneficência Condessa das Canas) e os financiamentos obtidos e insertos no passivo corrente (Caixa Económica Montepio/Confirming e Factoring).

Importa ressaltar que no total do Passivo, está incluído o montante de um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos (1.481.494,47€), correspondente aos CPCV da “Quinta dos Bons Dias” (descontada a comissão de intermediação da imobiliária), uma vez que a escritura dos apartamentos sitos na Amadora foi concretizada e por isso retirada desta componente.



Este montante, logo que seja celebrada a respetiva escrituras de compra e venda, **será retirado ao total do Passivo e que, em 2025, representou 28,4% desse.**

Por sua vez, o Ativo (não corrente e corrente), cifrou-se em treze milhões e um mil, seiscentos e cinquenta e um euros e setenta e cinco cêntimos (13.001.651,75€), o que **traduziu um crescimento de 1,99% face ao ano anterior**, neste caso mais duzentos e cinquenta e quatro mil, sete euros e noventa e três cêntimos (254.007,93€).

Importa sublinhar que o crescimento do Ativo radica muito na componente não corrente – Ativo Fixo Tangível - **com um aumento de quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e nove euros e trinta e sete cêntimos (460.609,37€), ou seja, mais 6,53%**, o que traduz a estratégia da Mesa Administrativa para assegurar uma boa performance na relação entre Ativo / Passivo.

5.1 RENDIMENTOS

Realizado o introito à componente económico-financeira do exercício de 2025, importa agora explanar os rendimentos obtidos e que totalizaram quatro milhões, seiscentos e trinta quatro mil, trezentos e setenta e sete euros e vinte e três cêntimos (4.634.377,23€), representando um nível de crescimento, face ao exercício de 2024, em 15,9%.

Registou-se dessa forma, um aumento em mais seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete euros e três cêntimos (636.647,03€).

Quanto aos contributos para esse crescimento não podemos deixar de destacar o **contributo da conta 72 – Prestação de serviços** – com um aumento em mais duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três euros e trinta e um cêntimos (254.553,31€), e no qual as respostas do Complexo Social (ERPI e SAD), quer ao nível das mensalidades dos utentes e quer da comparticipação da Segurança Social tiveram um contributo significativo.

A par desse, também o crescimento da faturação da Unidade de Medicina Física e Reabilitação (37.052,84€), alavancou o reforço da conta 72.

Por outro lado, a **conta 75 – Subsídios e Doações à Exploração** – contribuiu para justificar o aumento de rendimentos no exercício de 2025, com um valor de mais duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e nove euros e setenta e três cêntimos (297.439,73€), face a 2024.

Para tal contribuiu, designadamente, a receção de herança de benemérita da Instituição, com um valor na casa dos cento e oitenta e cinco mil euros (185.000,00€), a par do apoio do prémio BPI “Fundação La caixa” rececionado em 2025 e que atingiu o valor de trinta e nove mil, setecentos e doze euros (39.712,00€).



A **conta 76 – Provisões (ganhos)** – possibilitou a reversão/ganho de um valor de quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis mil e noventa cêntimos (47.946,90€), decorrente de processo judicial, face à provisão realizada em 2022.

Por fim, a **conta 78 – Outros Rendimentos e Ganhos** – onde foram incluídos quarenta mil euros (40.000,00€ - Subconta 788), também resultado de desfecho de ação judicial, por via de transação no processo, contribuiu para o desempenho da componente dos rendimentos.

Contudo, ainda na conta 78, a Misericórdia não pode deixar de sublinhar que a autarquia procedeu ao pagamento do valor de quarenta e sete mil, quinhentos e dez euros e vinte e sete cêntimos (47.510, 27€) de rendas não pagas em 2024 do espaço ocupado pelos serviços de saúde no Hospital de Beneficência Condessa das Canas, acrescido do valor de indemnização, pelo atraso no referido pagamento, no valor de dezoito mil, duzentos e doze euros e quarenta e um cêntimos (18.212,41€), conforme sentença transitada em julgado.



RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO 2025

CONTAS	RENDIMENTOS	2025 (A)	2024 (B)	Varição (A/B)
71	VENDAS	11,79	4 510,41	-99,74%
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3 608 910,63	3 354 357,32	7,59%
	SERV. PREST. UTENTES, UCC e ATIV.SECUND.	2 407 891,84	2 304 859,69	4,47%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	1 265 423,77	1 205 977,16	4,93%
	UCC	846 103,59	827 228,06	2,28%
	Fisioterapia	149 830,88	112 778,04	32,85%
	Jornal " A comarca"	127 952,79	139 511,12	-8,28%
	Outros	18 580,81	19 365,31	-4,05%
	Paliativos	0,00	0,00	0%
	SERV. PREST. SEGURANÇA SOCIAL	1 189 552,49	1 035 304,21	0,15
	SERV. PREST. OUTRAS ENTIDADES ESTADO (AAAF)	11 466,30	14 193,42	-0,19
75	SUBSÍDIOS e DOAÇÕES À EXPLORAÇÃO	335 786,18	38 346,45	775,66%
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	95 770,09	389,71	24474,71%
	DOAÇÕES P/ EXPLORAÇÃO	240 016,09	37 956,74	532,34%
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	34 280,07	20 925,95	63,82%
76	PROVISÕES (ganhos)	47 946,90	0	100%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	606 313,89	558 245,34	8,61%
781	Rend. Suplementares	1 185,34	12 498,18	-90,52%
787	Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	470 407,71	401 815,31	17,07%
788	Outros	134 720,84	143 931,85	-6,40%
	Subsídios para o investimento - Rendas	25 919,01	21 000,11	23,42%
	(...) Outros	108 801,83	122 931,74	-11,49%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	1 127,77	21 344,73	-94,72%
	<i>Total dos Rendimentos</i>	4 634 377,23	3 997 730,20	15,93%

Tabela n.º 9: Comparação Rendimentos Exercícios 24/25

5.2 GASTOS

No campo dos gastos, o exercício de 2025 registou, um valor de quatro milhões trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos (4.335.583,56€) um aumento de 11,48% face ao exercício anterior (2024), correspondendo a mais quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte euros e oitenta e nove cêntimos (446.320,89€).

O aumento desta componente radicou especialmente em duas contas, respetivamente a conta 63 – Gastos com Pessoal – e a conta 68 – Outros Gastos e Perdas.



No que se refere à **conta relacionada com pessoal, conta 63**, o aumento foi de 10,12%, o que correspondeu a mais duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro euros e oitenta e três cêntimos (244.294,83€), comparativamente com 2024.

E aqui, importa realçar a atualização do SMN em 6,1% (90,78€ - com Segurança Social incluída 22,3% | Taxa IPSS)) que associado à atualização decorrente do acordo coletivo de trabalho subscrito pela Misericórdia e que teve uma atualização associada às carreiras (cerca de 5%), justificam o crescimento de 10,12%.

Importa ainda, sublinhar que a contratação de quadros técnicos superiores (enfermagem, fisioterapeuta) também contribuiu para esse crescimento, com mais 6 elementos.

Contudo, e ainda comparativamente com o exercício de 2024, o peso das remunerações no quadro geral de custos, passou de 62% para **61%**.

Em relação à **conta 68 – Outros Gastos e Perdas** – verificou-se um incremento desta rubrica, em mais duzentos e três mil, trezentos e sessenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos (203.365,99€), e isto na medida em que se procedeu à correção de valores referentes à sociedade inativa - Clifiargus (Medicina Física e de Reabilitação) - na ordem dos cento e oitenta mil, e trezentos euros (180.300,00€), e “limpeza” de valores considerados incobráveis a utentes, na ordem dos trinta e um mil e duzentos euros (31.200,00€).

Na conta, 62 – Fornecimento de Serviços Externos – e apesar de um crescimento da mesma em mais duzentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e treze euros e vinte e um cêntimos (265.813,21€), face a 2024, este justifica-se grandemente pela despesa da empresa de catering/refeições.

Contudo, o crescimento da conta 62 tem que ser enquadrada com a diminuição dos valores inscritos no exercício de 2025 mas em relação à conta 61 – Custo das Mercadorias e Matérias Consumidas – e isto no que aos géneros alimentares diz respeito, face à contratualização de empresa externa.



GASTOS DO EXERCÍCIO 2025

CONTAS	GASTOS	2025 (A)	2024 (B)	Varição (A/B)
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	287 882,24	527 202,12	-45,39%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	208 688,24	443 646,18	-52,96%
	Mercadorias (Farmácia)	27 301,88	27 409,97	-0,39%
	Matérias de consumo Outros	51 892,12	56 145,97	-7,58%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	973 860,23	707 967,02	37,56%
	Subcontratados	34 202,42	35 105,28	0,00%
	Serviços Especializados	189 773,70	215 644,37	-12,00%
	Materiais	46 447,43	35 277,44	31,66%
	Energia e fluidos	184 962,73	208 200,58	-11,16%
	Deslocações, estadas e Transportes	3 262,13	2 121,87	53,74%
	Serviços Diversos	515 211,82	211 617,48	143,46%
63	GASTOS COM PESSOAL	2 658 065,08	2 413 770,25	10,12%
632	Remunerações do Pessoal	2 141 033,02	1 960 451,30	9,21%
	Remunerações Certas	2 090 306,65	1 912 215,05	9,31%
	Remunerações Adicionais	50 726,37	48 236,25	4,9%
	indemnizações	0,00	0,00	0%
635	Encargos sobre Remunerações	464 034,32	417 859,43	11,05%
636	Seguros de acidentes no trabalho	33 781,91	28 437,07	36,38%
638	Outros Gastos com Pessoal	14 215,83	7 022,45	102,43%
65	PERDAS POR IMPARIDADES	0,00	246,42	-100,00%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	264 619,21	61 253,22	332,01%
67	PROVISÕES	0,00	0,00	0%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	138 344,98	116 649,11	18,60%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	12 811,82	62 667,37	-79,56%
	Total dos Gastos	4 335 583,56	3 889 262,67	11,48%

Tabela n.º 9: Comparação Gastos Exercícios 24/25

5.3 INVESTIMENTOS

No campo dos investimentos, o saldo entre investimento/desinvestimento (alienação de PI) foi de cento e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e sete euros e setenta e cinco cêntimos (197.827,75€).



Contudo, importa salientar que o valor obtido é o resultado entre a diferença da saída de ativos (PI) e os investimentos nos ativos tangíveis que atingiu quatrocentos e sessenta e um mil, cento e sessenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos (461.162,56€), muito relacionados com obras, viaturas e equipamentos vários.

Investimento		2024	2025
Investimentos Financeiros		-485,00	-92 301,64
Propriedades de Investimento:		147 176,18	-313 240,77
	Doações Edifícios	190 011,14	
	Doações Rústicas	137,69	
	Reavaliação	0,00	0,00
	Reforços PI - valorização	1 094,70	6 299,23
	Alienação	-44 067,35	-319 540,00
Ativos Tangíveis		140 866,08	461 162,56
Ativos Intangíveis		4 402,97	3 178,32
Investimentos em curso: Ativos Tangíveis:		10 619,27	139 029,28
45	Obra Hospital - ABA		22 415,51
45	Equipamento		86 981,79
45	Juros empréstimo obra	33 621,63	31 218,68
45	Estudo Projeto Remodela Lar	1 586,70	-1 586,70
45	PT Geradores Hospital		
45	Projeto Bairro	19 512,50	
45	Mat de auto-Proteção	-44 101,56	
TOTAL		302 579,50	197 827,75

Tabela n.º 10: Quadro de Investimentos

6 CONCLUSÃO

Quando foi gizado o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 foram elencados, de forma resumida, como objetivos centrais - Colocar os Investimentos realizados ao serviço do reforço da sustentabilidade da Misericórdia & Manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando a prestação de serviços à comunidade e contribuindo para a coesão social.

Após doze meses intensos de trabalho, dedicação e coragem, podemos afirmar que ambas as metas foram alcançadas, se bem que à data da elaboração do presente Relatório ainda se aguarde o desfecho de algumas opções tomadas em 2025.



Para nós, não restam de dúvidas de que todos os procedimentos públicos realizados para dar resposta e desfecho às candidaturas ao PRR, competiram para a concretização do objetivo de colocar os investimentos ao serviço do reforço da sustentabilidade, mas de igual modo, possibilitaram a manutenção funcional e operacional de diversas respostas sociais em prol da comunidade.

Consequentemente, ao falarmos da candidatura ao PRR – Mobilidade Verde e a sua concretização, esta veio permitir o reforço da capacidade do Centro de Dia, mas de igual modo o reforço da componente de transporte em ERPI, melhorando e renovando a frota automóvel da Instituição.

Por outro lado, a empreitada de reabilitação da cozinha, do armazém, e espaços comuns como balneários, em contexto de candidatura ao PRR, não apenas irá permitir o reforço da sustentabilidade da Instituição, através do aumento da capacidade das suas respostas, nomeadamente no SAD, como ainda reforçará o impacto na comunidade com o alargamento dos serviços.

Já para não falar no caso do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, embora aqui ainda se aguarde pela abertura dessa estrutura, o que a suceder representará um salto qualitativo e quantitativo a todos os níveis, cumprindo desse modo os dois objetivos traçados, quer seja a sustentabilidade da Misericórdia e quer seja a operacionalidade das respostas colocadas ao serviço da comunidade e dos territórios limítrofes.

Equipámos a lavandaria, equipámos a cozinha, melhorámos as coberturas do edificado, tudo em prol de uma melhor Instituição ao serviço dos que mais precisam.

No entanto, não podemos deixar de lamentar a completa ausência de apoios e, concluído que foi o ano de 2025, não foi nessa data recebida qualquer verba contratualizada em sede de PRR, e muito menos uma palavra de estímulo, ou sequer um apoio financeiro, do lado da autarquia, o que se diga, é de lamentar!

Contudo, se no campo das ações promovidas, fosse nas respostas sociais, ou fosse nas respostas de saúde, nos investimentos realizados e nas atividades direcionadas para os utentes, é possível constatar a efetiva concretização do Plano de Atividades e Orçamento a que a Instituição se propôs nos idos de 2024 para o exercício de 2025, não podemos deixar de sublinhar a preocupação com a memória coletiva da nossa comunidade e região.

A Misericórdia lançou mão de **recordar os 20 anos da inauguração do Centro de Saúde Arganil** anexo ao seu Hospital, projetado para servir uma população de 16 mil habitantes, quando hoje o Concelho de Arganil pouco mais tem do que 10 mil eleitores.

Mas não se ficou por aí, **recordou Carlos Maia Teixeira, evocou Manuel Barreto Leite e abriu as suas portas aos candidatos às autarquias e às legislativas** que por aqui quiseram passar, aos quais exprimiu as suas preocupações!

Indagou sobre a Feira do Mont'Alto, sem que tenha obtido qualquer resposta até ao final do exercício, **fomos cáusticos em relação ao Cinetatro Alves Coelho**, onde,



mais uma vez, estivemos do lado da solução, mesmo sabendo do claro incumprimento dos compromissos que outra entidade assumiu para com a Santa Casa.

Parece no entanto, que a Misericórdia é um empecilho... quando tem procurado sempre soluções!

Mas porquê esta forma de tratar a Instituição?

Na realidade, caros Irmãos, é simplesmente porque temos voz, temos coragem e não nos vergamos.

Iremos continuar a nossa missão, e, tal como em Novembro anunciei, cá estaremos para renovar junto de todos vós a confiança indispensável para mais um mandato, especialmente quando temos obrigações junto da Banca que nos impelem a isso.

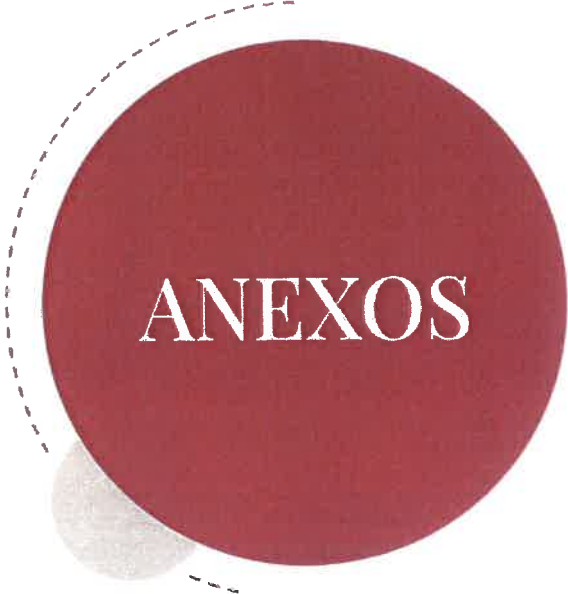
Com a bênção da Nossa Senhora, preparemo-nos para a Páscoa, acreditando na Ressurreição e na esperança da vida eterna, cumprindo as 14 obras de Misericórdia e respeitando a memória dos que nos antecederam.

Obrigado a todos e bem hajam

Arganil, aos 10 de Março

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)



ANEXOS



Balço

Balço em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2025	31 Dez 2024	
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	7.512.053,02	7.051.443,65	6,53%
Bens do património histórico e cultural	7	121.363,83	121.363,83	0,00%
Propriedades de investimento	7	4.119.560,12	4.432.549,98	-7,06%
Ativos intangíveis	6	56.771,83	54.129,91	4,88%
Investimentos financeiros	8	39.493,88	131.795,52	-70,03%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		11.849.242,68	11.791.282,89	0,49%
Ativo corrente				
Inventários	9	13.940,12	23.822,02	-41,48%
Clientes	10	315.453,83	373.017,33	-15,43%
Estado e outros entes públicos	11	84.982,94	21.017,60	304,34%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12	2.785,08	2.785,08	0,00%
Outras contas a receber	13	595.126,33	492.119,45	20,93%
Diferimentos	14	10.029,34	18.384,98	-45,45%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	15	130.091,43	25.214,47	415,94%
		1.152.409,07	956.360,93	20,50%
Total do Ativo		13.001.651,75	12.747.643,82	1,99%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	16	1.137.883,88	1.137.883,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	17	1.669.974,03	1.669.974,03	0,00%
Resultados transitados	18	701.736,91	584.059,71	20,15%
Excedentes de revalorização		2.971.527,60	2.971.527,60	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	19	1.009.455,27	816.264,10	23,67%
Resultado líquido do período		298.793,87	108.467,53	175,47%
Total dos fundos patrimoniais		7.789.371,56	7.288.176,85	6,88%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	22	110.166,35	208.596,17	-47,19%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	20	1.654.485,34	1.789.288,22	-7,53%
Outras contas a pagar	21	1.481.494,47	1.762.094,47	-15,92%
		3.246.146,16	3.759.978,86	-13,67%
Passivo corrente				



Balço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2025	31 Dez 2024	
Fornecedores		518.296,72	692.294,62	-25,13%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	99.466,16	87.797,20	13,29%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	20	291.778,15	328.788,66	-11,26%
Diferimentos	14	194.168,77	49.471,19	292,49%
Outras contas a pagar	21	862.424,23	541.136,44	59,37%
		1.966.134,03	1.699.488,11	15,69%
Total do Passivo		5.212.280,19	5.459.466,97	-4,53%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		13.001.651,75	12.747.643,82	1,99%

(1) - Euro



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2025	2024	
Vendas e serviços prestados	23	3.608.922,42	3.359.257,44	7,43%
Subsídios, doações e legados à exploração	23	335.786,18	37.956,74	784,65%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	23	34.280,07	20.925,95	63,82%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-287.882,24	-527.202,12	45,39%
Fornecimentos e serviços externos	24	-973.860,03	-707.967,07	-37,61%
Gastos com o pessoal	25	-2.658.065,08	-2.413.770,25	-10,12%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidades das dívidas a receber (perdas/Reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	22	47.946,90	2.275,00	2.007,56
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	246,42	-100,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	23	606.313,89	576.855,26	5,11%
Outros gastos e perdas	27	-264.619,21	-107.254,54	-146,72%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		448.822,90	241.322,83	85,98%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-138.344,98	-116.649,13	-18,60%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		310.477,92	124.673,70	149,03%
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1.127,77	459,81	145,27%
Juros e gastos similares suportados	20	-12.811,82	-16.665,98	23,13%
Resultados antes de impostos		298.793,87	108.467,53	175,47%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		298.793,87	108.467,53	175,47%

(1) - Euro



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		2025	2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		1.941.969,52	2.136.852,38	-9,12%
Pagamentos de subsídios		6.064,00	168,90	3.490,29
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-1.387.572,81	-1.142.763,93	-21,42%
Pagamentos ao pessoal		-1.814.288,68	-1.666.955,62	-8,84%
Caixa gerada pelas operações		-1.253.827,97	-672.698,27	-86,39%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-98.449,72	-94.687,84	-3,97%
Outros recebimentos/pagamentos		899.000,12	367.732,62	144,47%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-453.277,57	-399.653,49	-13,42%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		94.321,84	-10.183,80	1.026,19
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		-12.512,85	-663.008,59	98,11%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		124.072,00	974.424,83	-87,27%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		50.000,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		97.708,02	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		913,56	420,90	117,05%
Dividendos		0,00	2,48	-100,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		354.502,57	301.655,82	17,52%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		580.336,52	363.706,01	59,56%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	21,43	-100,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-348.800,59	-349.891,68	0,31%
Juros e gastos similares		-27.883,97	-50.306,40	44,57%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		203.651,96	-36.470,64	658,40%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		104.876,96	-134.468,31	177,99%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/2

6 de março de 2026

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2025	2024	Variância
Caixa e seus equivalentes no início de período		25.214,47	159.682,78	-84,21%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		130.091,43	25.214,47	-815,94%

(1) - Euro



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2025

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira, nº 60 | 3300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma entidade do setor cooperativo e social com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das “Irmandades da Misericórdia”, fls 64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia como seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um vasto leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à respetiva preparação para a inclusão social;



d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o trabalho, por força de doença ou acidente.

No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.



Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento (PI) são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem



determinadas propriedades com autorização de alieação pela Assembleia Geral.

As PI são mensuradas ao justo valor, nomeadamente pelo valor patrimonial, que consta na respetiva cadeneta predial urbana disponibilizada pela Autoridade Tributaria e Aduaneira. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Cientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.



- **Provisões**

É uma estimativa fiável sob obrigações presentes, prováveis de conferirem um exfluxo de recursos.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, representados na Demonstração de Fluxos de Caixa.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Foi efetuada uma alteração a uma Política Contabilística e Estimativas, pela atualização da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) da FAQ 39 para o setor empresarial (setor lucrativo e não lucrativo), estando esta alteração desenvolvida na nota 23 – “rérito” deste documento, reexpressando-se os valores do período anterior para manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras.

Quanto aos Erros, aplicamos especificamente que a correção de um erro material de um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é detetado, sendo efetuada diretamente em resultados transitados.



BALANÇO

6. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS (AFT)

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro (€):

	Si 2024	Aquisições e Outros	Sf 2025
Ativos Intangíveis	56.196,07	3.178,32	59.374,39
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00
Depreciação acumulada	2.066,16	536,40	2.602,56
Ativo Intangível líquido	54.129,91	2.641,92	56.771,83

As aquisições centraram-se em investimento no site da Instituição, sua morada eletrónica.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro em infra, destacando as formas que constituem as suas alterações face ao período homólogo, nomeadamente:

- Na rubrica “Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais” reconhecem-se trabalhos na Mata como Ativos Fixos Tangíveis;

- Na rubrica “Outros AFT – Edifícios e Outras Construções” destacamos:

* Obras de requalificação da cozinha do complexo social, no âmbito de financiamento do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência;

* Ainda neste edifício sinaliza-se a construção de uma antecâmara envidraçada melhorando o acesso à ERPI bem como criando uma extensão do edifício de aproveitamento dos utentes e suas famílias;

* Divulga-se a entrada de um imóvel em dação de pagamento de serviços de ERPI, não



constituindo ao momento uma propriedade com fins de investimento, encaixa-se nos ativos fixos tangíveis.

* Doado um forno elétrico industrial, totalmente amortizado, com valor de aquisição de 5.574,98 € e valor líquido contabilístico de 0,00 €, sem contrapartida financeira, tendo sido atribuído um valor meramente declarativo de 100,00 € para efeitos documentais.

	SI 2024	Aquisições e outros	Abates e outros	Sf 2025
Propriedades de Investimento	4.520.925,53	6.299,23	319.540,00	4.207.684,76
Terrenos e recursos naturais	15.101,62	0,00	0,00	15.101,62
Edifícios e outras Construções	3.985.823,91	6.299,23	319.540,00	3.672.583,14
Outras Propriedades de Investimentos	520.000,00			520.000,00
Depreciações Acumuladas	88.375,55	264.932,48	265.183,39	88.124,64
Perdas por Imparidade	0,00			0,00
Propriedades de Investimento Líquido	4.432.549,98			4.119.560,12
AFT				
Bens do Património Hist. e art. e Cultural	121.363,83			121.363,83
Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais	389.276,29	18.523,92		407.800,21
Outros AFT – Edifícios e Outras Construções	3.488.879,97	247.246,94	5.574,98	3.730.551,93
Equipamento Básico	1.091.349,54	80.175,08	3620,37	1.167.904,25
Equipamento de Transporte	385.112,79	110.025,77	51.829,05	443.309,51
Equipamento Administrativo	339.552,00	5.190,85		344.742,85
Outros ativos tangíveis	66.566,15			66.566,15
AFT bruto sem em curso	5.760.736,74	461.162,56	61.024,40	6.160.874,90
Depreciações Acumuladas	3.580.888,51	146.304,40	67.746,33	3.659.446,58
Perdas por imparidades	0,00			0,00
sub total (2)	2.179.848,23	314.858,16	-6.721,93	2.501.428,32
Inves. em Curso- Act. Tangíveis	4.871.595,42	306.019,73	166.990,45	5.010.624,70
Ativo Fixo Tangível Líquido	7.051.443,65			7.512.053,02



- Já no “Equipamento básico” e “Administrativo” e “Outros”, entre outros destacam-se a aquisição de um gerador, equipamento para a cozinha e equipamento médico hospitalar.

- A lavandaria foi reforçada/renovada com maquinaria atualizada para lavagem e secagem de roupa, em parte, financiada pelo PRR no âmbito do aumento de camas, aquando da abertura do Hospital Condessa das Canas. Destaca-se igualmente a necessidade de renovar o parque informático da Instituição, nomeadamente, no campo da vigilância e segurança tendo sido investido num equipamento de videovigilância e de controlo de entradas nos edifícios.

- Nos “Equipamentos de transporte” foi:

* Alienada uma viatura automóvel no valor de 1.000,00€, cujo valor líquido contabilístico é de 0,00€ significando que estava totalmente amortizada, tendo sido o seu valor de aquisição de 34.500,00€;

* Doada uma viatura automóvel, totalmente amortizada, com valor de aquisição de 17.329,05 € e valor líquido contabilístico de 0,00 €, sem contrapartida financeira, tendo sido atribuído um valor meramente declarativo de 500,00 € para efeitos documentais;

* Adquiridas 3 viaturas, renovando o parque automóvel, o conforto e os serviços aos utentes, nomeadamente os com necessidades especiais ao nível da mobilidade, estando duas destas viaturas preparadas para transportarem cadeiras de rodas e rampas de acesso. Uma das viaturas foi adquirida no âmbito do PRR – Mobilidade Verde, integrando também, a Instituição uma política de sustentabilidade e descarbonização, com mostras de eficiência energética.

- Os Investimentos em curso são afetados por crescente pelos juros do empréstimo do Hospital Condessa das Canas, ainda em curso, por obras de carácter legal em vigor com vista à obtenção da Licença de Utilização e aquisição de equipamento afim da necessária prontidão com vista à abertura do Hospital Condessa das Canas, por sua vez, numa ótica de abate transferimos desta rubrica o montante relativo às obras da cozinha, estudos e projetos que ocorreram no próprio ano civil, para a conta de Ativos Fixos Tangíveis por estarem já em estado definitivo.



8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2025 verificou-se uma variação negativa, aparentemente expressiva, no montante de €92.301,64 derivada da necessária regularização de factos e relações ainda espelhadas nas Contas da Instituição com a inativa Clifiargus. Esta regularização é acompanhada por outra, registada na classe 2 – Terceiros, no mesmo ano.

	Saldo Inicial 2024	Demanda	Alienação/Regularização	saldo final 2005
Investimentos Financeiros	131.795,52		92.301,64	39.493,88

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário Permanente.

A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme se segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

	Saldo Inicial	Compras	Saldo Final	Diferença (SF-SI)
Géneros Alimentares	6.651,74	202.530,72	494,22	-6.157,52
Outros	17.170,28	75.469,62	13.445,90	-3.724,38
Total	23.822,02	278.000,34	13.940,12	-9.881,90

	2024	2025	Evolução
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Géneros Alimentares	443.646,18	208.688,24	-234.957,94
Outros	83.555,94	79.194,00	-4.361,94
Total	527.202,12	287.882,24	-239.319,88



10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e respetivo período homólogo a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2024	2025	Evolução
Clientes			
Clientes Gerais	192.690,53	201.581,16	8.890,63
Utentes	126.992,49	41.519,65	-85.472,84
Cobrança Duvidosa	1.520,94	1.520,94	0,00
Clientes Factoring	48.587,21	67.605,92	19.018,71
perdas por imparidade	3.226,16	3.226,16	0,00
Total	373.017,33	315.453,83	-57.563,50

Divulga-se que a Instituição mantém contratualizado um mecanismo financeiro – Factoring - com vista a obtenção de liquidez na tesouraria, que consiste na aquisição de créditos de curto prazo (faturas), resultantes de fornecimento de serviços na área da saúde.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2025 e seu período homólogo as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2024	2025	Evolução
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva Suportado p/ Reembolso	9.634,61	71.029,04	61.394,43
Iva Reembolsos pedidos	3.397,79	5.968,70	2.570,91
Iva liquidações Oficiosas	3.312,30	3.312,30	0,00
Outros Impostos	4.672,90	4.672,90	0,00
Total	21.017,60	84.982,94	63.965,34

Divulgamos a abertura e utilização de conta no Plano de Contabilidade para o valor de IVA suportado em investimentos financiados pelo PRR, afim de virmos a acionar o mecanismo de recuperação desses montantes no âmbito da legislação em vigor, desta feita também se justifica a variação relevante em alta, da rúbrica “IVA Suportado”.



Possuímos duas verbas a nosso favor a aguardar pagamento por parte do Estado, relativas a Iva e Imposto de Selo reclamados.

	2024	2025	Evolução
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	9.269,06	10.739,43	1.470,37
IVA - suportado aft	0,00	2.114,32	2.114,32
IVA - A Pagar	5.562,14	5.285,17	-276,97
Centro Regional de Seg. Social	71.856,90	80.218,14	8.361,24
FCT e FGCT	1.109,10	1.109,10	0,00
Total	87.797,20	99.466,16	11.668,96

Os valores declarados decorrem dos normais impostos mensais.

Já o FCT e FGCT face à suspensão emanada por política Governamental dos Fundos de Compensação e Garantia do Trabalho, no corrente exercício não houve qualquer alteração a esta rubrica.

12. FUNDADORES/BENEMÉRITOS/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Não se regista variância nesta rubrica, face ao período homólogo.



13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados montantes inerentes a projetos que estão a decorrer na Instituição, e aguarda-se pelo recebimento das respetivas verbas.

	2024	2025	Evolução
Outras Contas a Receber			
Adiantamento a fornecedores de investimento e outros	600	2.536,26	1.936,26
Segurança Social - Especialização	50.277,05	52.732,21	2.455,16
ARS - Especialização	11.385,76	11.385,76	0,00
Rendas a cobrar	23.059,12	20.817,07	-2.242,05
Subsídios à Exploração:	131.906,91	496.332,19	364.425,28
PRR Mobilidade Verde	7.500,00	17.000,00	4.500,00
Prémio BPI	6.004,00	8.813,00	3.864,00
PRR - Obras Cozinha e armazém	93.936,75	69.940,71	-29.996,02
PRR - UCCI Paliativos	0,00	158.700,00	158.700,00
Centro2030 - Projeto Percursos de cor	0,00	212.703,12	212.703,12
IEFP - medidas emprego	14.350,18	28.010,31	14.654,18
Adiantamentos utentes (farmácia)	8.116,32	5.337,63	-2.778,69
Clifiargus, Lda	201.216,20	0,00	-201.216,20
Outros Devedores	48.084,48	22.499,42	-25.585,06
Cauções e garantias	479,7	479,70	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	16.993,91	-16.993,91	-33.987,82
Total	492.119,45	595.126,33	103.006,88

PERDAS POR IMPARIDADE / REVERSÕES	2024	2025
Saldo Inicial	13.767,75	16.993,91
Aumento do ano	3.472,58	0,00
Reversão do ano	246,42	0,00
Saldo final	16.993,91	16.993,91

Em sequência do já mencionado no ponto 8. Deste relatório é aqui também destacada e divulgada a regularização em contas de terceiros da inativa Clifiargus.

As Perdas por imparidade acumuladas não sofreram alteração e têm a ver com dívidas de rendas de casas de habitação incobráveis.



14. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla Gastos/Rendimentos a (des)reconhecer, trabalhos típicos da fase de encerramento de Contas do ano civil em causa:

	2024	2025	Evolução
Diferimentos (Ativo)			
Seguros	18.384,98	7.974,53	-10.410,45
Rendas antecipadas	0,00	1.761,66	1.761,66
Outras despesas com Custo Diferido	0,00	293,15	293,15
Total	18.384,98	10.029,34	-8.355,64

	2024	2025	Evolução Passivo
Diferimentos (Passivo)			
Rendas a reconhecer *	47.440,27	0,00	-47.440,27
Outros rendimentos a reconhecer (Subsídio, exploração e outros):	2.030,92	194.168,77	192.137,85
Projeto Percursos de cor		1.454,00	1.454,00
Estágios Profissionais		14.264,78	14.264,78
Contrato emprego Inserção +	2.030,92	2.624,60	2.624,60
Total	49.471,19	194.168,77	144.697,58

Destaca-se nesta rúbrica a evolução positiva pelo reconhecimento do rédito da subsídio à exploração de carácter plurianual.

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

Descrição	2024	2025	Evolução
Numerário (caixa)	441,78	211,47	-230,31
Depósito à ordem	-30.310,49	74.796,78	105.107,27
Depósito a prazo	55.083,18	55.083,18	0,00
Total	25.214,47	130.091,43	104.876,96

Destacamos a manutenção da política de depósito de numerário diariamente, deixando em caixa um valor residual de pequena expressão para pequenos gastos imprevisíveis.



O valor inscrito em Depósito a Prazo está diretamente relacionado, numa proporção de 50%, a uma Garantia Bancária - n.º 71000545385 - que detemos junto de uma Instituição Financeira – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo -, em sequência do Processo Judicial n.º 0601202200007200 e Apensos com a Segurança Social, suspendendo a sua execução, por esta via.

16. FUNDOS

Esta rubrica não apresentou alteração face ao período homólogo.

Em 31 de Dezembro de 2025 os Fundos da Instituição eram compostos por € 1 137 883,88€.

17. RESERVAS

No decurso do exercício de 2025 não se registou nenhum movimento nesta rubrica.

De referir que a Instituição tem reconhecido o seu Resultado Líquido do Exercício integralmentena rúbrica de Resultados Transitados.

18. RESULTADOS TRANSITADOS

Descrição	2024	2025	Evolução
Resultados Transitados	584.059,71	701.736,91	117.677,20
RLE	534.513,86	742.981,39	208.467,53
Regularizações	50.454,15	-41.244,48	9.209,67
Total	584.059,71	701.736,91	117.677,20



Divulgam-se correções diretamente nos Fundos Patrimoniais, na conta 5612 - Resultados Transitados/Regularizações, de saldos existentes na contabilidade da relação de prestação de serviços em cuidados de saúde com a extinta ARS – Administração Regional de Saúde de exercícios anteriores.

19. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	2024	2025	Evolução
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	816.264,10	1.009.455,27	193.191,17
Subsídios Investimento *	495.202,36	693.648,34	198.445,98
Doações - Investimento	254.158,51	248.903,70	-5.254,81
Fundação Beira Serra	66.903,23	66.903,23	0,00
Total	816.264,10	1.009.455,27	193.191,17

Divulga-se a assinatura de Termos de Aceitação do Programa de Financiamento PRR, nomeadamente nas medidas de Alargamento de Camas de Cuidados Continuados, de Mobilidade Verde e no Programa de Financiamento Centro 2030, de uma parceria com a Associação Causas, integrando um Projeto de trabalho ocupacional com os utentes e de arquitetura de cores, melhorando os seus estímulos em residência na ERPI, denominado “Percurso De Cor”.

	2024	2025	Evolução
OVFP - Subsídios ao Investimento*			
PIDDAC	623,13	498,57	-124,56
Instituto Desporto	299,41	199,69	-99,72
Ministério da Educação	1.196,99	997,43	-199,56
Saúde XXI	181.213,88	175.548,68	-5.665,20
IEFP- Empresas de Inserção	5.419,39	5.238,79	-180,60
CDSSC-Mases	49.271,23	49.271,23	0,00
PORC- Mais Centro	88.889,50	86.350,06	-2.539,44
ARS-Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00
Prémio BPI - Casa Com Vida	14.552,14	29.190,52	14.638,38
PRR - Mobilidade Verde	16.249,96	50.583,25	34.333,29
PRR - obras Cozinha e Armazém	99.986,73	99.570,12	-416,61
PRR - UCCI Paliativos	0,00	158.700,00	158.700,00
Total	495.202,36	693.648,34	198.445,98



20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €1.946.263,49€, resultando numa variação negativa face ao período homólogo de 8%, repartido por:

- 1.654.485,34€ (conta Financiamento Obtido na CCAM). Empréstimo contraído em 2019 para a construção/reabilitação do Hospital Condessa Canas. Este empréstimo confere-se como de longo prazo, tendo o seu final contratualizado no ano de 2036.
- Foi totalmente amortizado o empréstimo bancário, referente a Linha Apoio ao Sector Social Covid-19, no valor de 90.196,04€.
- 74.915,97€ (conta Financiamento Obtido no Montepio), referente à Linha Depósito Economia Social, com a disponibilidade via Depósito a Prazo do valor indicado para utilização pela Instituição até ao limite disponibilizado. Término previsto em 2032.
- 70.537,42€ (conta Financiamento Obtido no Montepio), referente à Linha Impacto Social, com a disponibilidade via Depósito a Prazo do valor indicado para utilização pela Instituição até ao limite disponibilizado. O seu final contratualizado é no ano de 2032.
- Linhas de Factoring e Confirming, mecanismos de financiamento de curto prazo suportados por faturas de Clientes e Fornecedores, respetivamente, de auxílio à liquidez da tesouraria.
- Contrato de Locação Financeira negociado com o RCI Bank (Instituição Financeira associada ao fornecedor Litocar) para aquisição da viatura Dacia Jogger, matrícula BR13UN. Este contrato iniciou em março de 2025 e durará por 5 anos.



- Contrato de Locação Financeira negociado com o RCI Bank (Instituição Financeira associada ao fornecedor Litocar) para aquisição da viatura Renault Traffic matrícula BQ34IZ. Este contrato iniciou em abril de 2025 e durará por 5 anos.

	2024	2025	Evolução
Financiamentos Obtidos			
Caixa Agrícola - Obra	1.789.288,22	1.654.485,34	-134.802,88
Montepio - Linha Apoio Social Covid-19	90.196,04	0,00	-90.196,04
Montepio - E-Social	84.963,65	74.915,97	-10.047,68
Montepio - Linha Impacto Social	80.000,00	70.537,42	-9.462,58
Confirming	11.211,55	0,00	-11.211,55
Factoring	62.417,42	90.390,21	27.972,79
MOBILIZE - viatura Dacia - BR13UN	0,00	19.207,48	19.207,48
MOBILIZE - viatura Renault - BQ34IZ	0,00	36.727,07	36.727,07
TOTAL	2.118.076,88	1.946.263,49	-171.813,39

FINANCIAMENTOS OBTIDOS EMPRÉSTIMOS	VI empréstimo Inicial	Si	Amortização	Juros	Total Amort/Juros	Sf (Si-Amort)
Caixa Agrícola - Obra	1.997.000,42	1.789.288,22	134.802,88	31.287,68	166.090,56	1.654.485,34
Montepio - Linha Apoio Social Covid-19	200.000,00	90.196,04	90.196,04	1.356,09	91.552,13	0,00
Montepio - E-Social	100.000,00	84.963,65	10.047,68	3.290,57	13.338,25	74.915,97
Montepio - Linha Impacto Social	80.000,00	80.000,00	9.462,58	2.735,60	12.198,18	70.537,42
MONTEPIO - confirming	100.000,00	11.211,55		418,85		0,00
MONTEPIO - factoring	120.000,00	62.417,42		2.537,95		90.390,21
MOBILIZE - viatura Dacia - BR13UN	22.576,99	0,00	3.369,51	1.622,29	4.991,80	19.207,48
MOBILIZE - viatura Renault - BQ34IZ	43.000,00	0,00	6.272,93	3.058,07	9.331,00	36.727,07
TOTAL	2.619.577,41	2.118.076,88	254.151,62	46.307,10	297.501,92	1.946.263,49

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

Sendo, que os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos que se qualificam (necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso) são capitalizados como parte do custo desses ativos.



21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Divulgamos o Acordo judicial que interpunha a Instituição contra o fornecedor de investimento Construções Castanheira, fechado no valor de 40.000,00€ a favor da Misericórdia, sendo estes liquidados pelo mesmo em forma de 20.000,00€ em numerário e os outros 20.000,00 pela supressão da dívida que a Misericórdia detinha deste fornecedor decorrente da obra da cozinha executada nos anos de 2009 e 2010. Contudo a variação positiva que encontramos nesta rúbrica e que mescla o acima divulgado, tem a ver com as aquisições de elevado montante de equipamento para o Hospital Condessa das Canas e já anteriormente mencionadas estarem relevadas em “Obras em Curso”.

Também destacamos o valor inscrito na rubrica “Credores Diversos – Adquirentes de Ativos”, valor este recebido a título de “Sinal” do imóvel da Quinta dos Bons dias. Nota-se uma variação negativa no valor de 280M€ por motivo da execução, no corrente ano, da Escritura de Venda dos imóveis Apartamentos da Amadora. Esta rubrica representa aquilo que na gíria contabilística se apelida de um “Falso Passivo” que será contrabalanço às datas das respetivas Escrituras Públicas, por contrapartida da transferência da propriedade dos referidos imóveis do Ativo.

	2024	2025	Evolução
Outras Contas a pagar			
Passivo não corrente			
Credores Diversos - Sinal Quinta dos Bons Dias e Amadora	1.762.094,47	1.481.494,47	-280.600,00
Total	1.762.094,47	1.481.494,47	-280.600,00
Passivo corrente			
Remunerações a pagar e afins			0,00
Fornecedores de Investimentos*	87.480,07	366.503,11	279.023,04
Credores por acréscimos de Gastos**	380.822,41	395.917,32	15.094,91
Credores por subscrições não liberadas			0,00
Credores Diversos	55.593,63	100.003,80	44.410,17
Total	541.136,44	862.424,23	338.528,12



22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES:

22.1. PROVISÃO

Constitui uma obrigação presente legal como resultado de um acontecimento passado, o reconhecimento de uma provisão com base em valor divulgado em citação de um organismo público sendo provável que um exfluxo de recursos que incorporam contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar as obrigações.

Face ao período homólogo, registou-se uma absolvição numa das partes de um dos Processos com a Segurança Social - Processo n.º 222/22.3BECBR, vulgo “Processo do Centro de Dia”, no valor de 47.946,88€, de entre 92.929,82€, pelo que resultou numa reversão da Provisão feita no ano de 2022, isto é, uma reversão no custo. O restante – 44.982,94€ - foi efetuada uma utilização da Provisão, tendo a mesma passado a uma conta 27-Contas a Pagar à Segurança Social, cujo pagamento em prestações pedido foi já aceite por este Organismo e terá início – 1.ª prestação – em janeiro de 2026.

Já para o Processo 4019/24.8T8CBR (PC 201800122656) – vulgo “Contraordenação Trabalhadores face Capacidade do ERPI a Misericórdia foi condenada ao pagamento do valor de 5.550,00€, valor total aprovisionado em 2022, pelo que também fez utilização desta provisão e liquidou por transferência bancária este montante.

Para o restante Processo judicial – vulgo “Prestadores de Serviços” - ainda em curso, considera-se da pertinência da continuidade das condições para mantermos a título de Provisão o valor de 110.166,35€, sendo que a representação deste custo no ano de 2025 é nula, pois nestas partes não houve qualquer alteração ao já registado em anos anteriores. De destacar ainda, que mantemos a Garantia Bancária n.º 71000545385 até ao limite global máximo de 110.166,35€, emitida pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, que mantém suspensa a execução do Processo n.º 0601202200007200 e Apensos, a aguardar decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida.



Provisões	Saldo Inicial n-1	Diminuição/ Utilização (2931)	Aumento (68)	Reversão (76)	Saldo Final n
Processos judiciais em curso	208.596,17				110.166,35
P 222/22.3becbr - CDs		44.982,94		47.946,88	115.666,35
P 4019/24.8T8CBR (PC 201800122656) - Contraord. Trab e Capac. erpi		5.500,00			110.166,35
Total	208.596,17	50.482,94	0,00	47.946,88	110.166,35

	2021
Provisões / Ano Constituição	110.166,35

22.2 PASSIVO CONTINGENTE

Considera ainda a SCMA continuar a divulgar um Passivo Contingente pela obrigação possível à data do balanço de aplicação de sanções monetárias em sequência de ações de fiscalização pela Segurança Social (SS), recaindo sobre acontecimentos passados relacionados com processos de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores, no valor estimado mas não fiável de 2.525,00€. Não concordando a Instituição com o descrito em notificações de resultados da fiscalização, procedeu esta às devidas reclamações, estando este processo em suspenso. Não reconhece por isso a SCMA passivo para este acontecimento. O estado atual do Processo é "Suspenso".

22.3 ATIVO CONTINGENTE

Havendo um influxo de benefícios económicos prováveis decorrentes da interposição de uma ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, por ocupação de propriedade da SCMA em área excedente à autorizada, estando esta a aguardar decisão judicial, divulga-se o valor da Ação de 1.948.482,60€.

Aqui se reforça o já indicado em ponto anterior, isto é, este Processo de Ação Declarativa de Condenação no valor de 35.195,63€ por Incumprimento de Empreitada de Remodelação e Requalificação da Cozinha do Complexo Social, contra Construções



Castanheira & Joaquim, Lda, foi fechado por execução de um Acordo entre as partes intervenientes, pelo valor de 40.000,00€. Desta feita, deixa de figurar enquanto Ativo Contingente a 31/12/2025.

Divulga-se ainda:

- A SCMA interpôs ação declarativa de condenação no valor de 1.400,75€ para pagamento de valores vencidos e não pagos pela ex-utente do ERPI, Diamantina da Conceição Pedro, contra a Herança Aberta Por Óbito desta e outros. O processo aguarda decisão.

- A SCMA interpôs ação declarativa de condenação no valor de 39.900,00€ contra a Ana Paula Matias de Almeida, pedido, além do mais, o reconhecimento do direito de propriedade sobre um imóvel, bem como a condenação da ré a restituir-lhe a área de que se arroga proprietária. O processo aguarda saneamento, após os articulados.

Os três Processos em curso não apresentam valores fiáveis para efeitos de ser constituído Ativo da Instituição.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

23. RÉDITO

O rédito reconhecido pela entidade em 2025 é detalhado conforme se segue:

	2024	2025
VENDAS	4510,41	11,79
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3.354.747,03	3.608.910,63
Matrículas e Mensalidades de Utentes	1.205.977,16	1.394.361,50
UCC - Contratos RNCCI	827.228,06	717.165,86
Fisioterapia	112.778,04	149.830,88
Jornal "A Comarca de Arganil"*	139.511,12	127.952,79
Outros	19.365,31	18.580,81
Instituto da Segurança Social - Acordos Típicos	997.396,21	1.149.986,69
Instituto da Segurança Social - Outras Prestações Sociais	37.908,00	39.565,80
Outras Prestações Sociais	14.583,13	11.466,30
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	20.925,95	34.280,07
SUBSÍDIOS E DOAÇÕES À EXPLORAÇÃO	37.956,74	335.786,18
Centro Distrital da segurança Social	n.a	n.a
Subsídios à Exploração de Outras Entidades	0,00	95.770,09
Doações e Heranças / legados	37.956,74	240.016,09
PROVISÕES - REVERSÕES	2.275,00	47.946,90
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	576.855,26	606.313,89
Rendimentos Suplementares	10.223,18	1.185,34
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	401.815,31	470.407,71
Outros	164.816,77	134.720,84
Subsídio para o Investimento	21.000,11	25.919,01
(...) Outros	143.816,66	108.801,83
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	459,81	1127,77
Total	3.997.730,20	4.634.377,23

A variação positiva na rubrica de subsídios à exploração tem a ver, essencialmente, com subsidiação sob os recursos humanos da Instituição, discriminados no quadro 13 – Outras Contas a Receber, deste Relatório.

Divulga-se a doação em numerário por herança de uma utente da ERPI falecida em Dezembro de 2024, a título de Mecenato Social, sem qualquer contrapartida, totalmente aplicado à normal atividade de exploração da SCMA.



Nos Outros Rendimentos e Ganhos, subconta “Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros” - destaca-se o pagamento da dívida do Município de Arganil s/rendas do espaço ocupado no hospital, saldando valores do ano anterior, os do próprio ano até Junho, e a indemnização decorrente de sentença transitada em julgado do processo n.º 166/20.3T8AGN. A partir dessa regularização os valores têm sido liquidados atempadamente e integralmente.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A SCMA considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Em 2025 foi imputado ao rendimento do período o montante de 25.919,01€.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é detalhada conforme se segue:

	2024	2025
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados*	35.105,28	34.202,42
Serviços Especializados	215.644,37	189.773,70
Materiais	35.277,44	46.447,43
Energia e fluidos	208.200,58	184.962,73
Deslocações, estadas e Transportes	2.121,87	3.262,13
Serviços Diversos	211.617,48	515.211,82
Total	707.967,02	973.860,23

25. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal é detalhada conforme se segue:



	2024	2025
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.960.451,30	2.141.033,02
Encargos sobre Remunerações	417.859,43	464.034,32
Seguros de acidentes no trabalho	28.437,07	38.781,91
Outros Gastos com Pessoal	7.022,45	14.215,83
Total	2.413.770,25	2.658.065,08

Esta rubrica reflete o aumento do Salário Mínimo Nacional decretado para o ano de 2025.

26. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO

	2024	2025
Depreciação e amortizações exercício		
Propriedades Investimento (nota 7)	1.641,77	5.403,06
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	114.582,97	132.405,49
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	2.066,16	536,43
Total	118.290,90	138.344,98

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

No decurso do exercício de 2025 foi reconhecida na conta 68 – Correções de exercícios anteriores a quantia de 165.697,50 €, resultante de uma regularização contabilística de saldos registados em exercícios anteriores em contas correntes (contas 27 e 41), associados a uma entidade entretanto inativa.

Este registo teve como finalidade assegurar a adequada apresentação das demonstrações financeiras, refletindo a situação atual desses saldos.

28. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Divulga-se o desempenho da Instituição no ano de 2025 e do respetivo período homólogo, conforme se segue:



	2024	2025
RLE - Resultado Líquido do Exercício	108.467,53	298.793,87




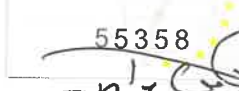

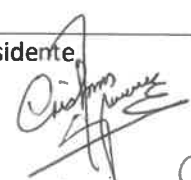



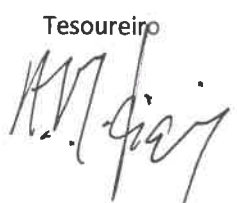
29. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não houve quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem ao nível das divulgações adicionais.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) À data de 31 de Dezembro de 2025 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- b) À data de 31 de Dezembro de 2025 a Instituição tinha ao serviço 157 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.

Conforme relatório de Gestão.

Mesa Administrativa (Arganil, 10/03/2026)	Conselho Fiscal (Arganil, 10/03/2026)	Assembleia Geral (Arganil, 26/03/2026)
Provedor 	Presidente  F. Alves Contabilista certificado (C.C. n.º 55358)   	Presidente  J. Santos  
Vice - Provedor 		
Tesoureiro 		



RELATÓRIO DIRETIVO DAS ATIVIDADES 2025

116

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

TLF (+351) 235 200 490 (chamada para a rede fixa nacional) / geral@scmarganil.pt

www.scmarganil.pt • www.facebook.com/misericordiadearganil



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Arganil** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 13.001.652 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.789.372 euros, incluindo um resultado líquido de 298.794 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Arganil** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.500 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

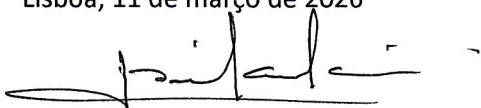
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de março de 2026



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)



PARECER DO CONSELHO FISCAL/DEFINITÓRIO

Relatório de Atividades e Contas – Exercício de 2025

Com respeito pelas competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 10 de Março, pelas dezassete horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões Prof. José Dias Coimbra, da Misericórdia, para analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2025.

Ponderado o documento em apreço, assim como respetivos anexos, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de contabilidade, o Conselho Fiscal/Definitório destacou os objetivos inicialmente traçados para o exercício, a saber: colocar os investimentos realizados ao serviço do reforço da sustentabilidade da Instituição, bem como, o de manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando por essa via a prestação de serviços aos utentes e contribuindo para a coesão social.

Analisada a documentação concluímos que, genericamente, as metas foram concretizadas, saldando-se, em todas as suas componentes, num resultado positivo, com exceção do atraso na entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, mas que a atual Mesa Administrativa aguarda a emissão de licença de utilização, já solicitada em 30 de Dezembro de 2025.

Ainda sobre este equipamento o Conselho Fiscal / Definitório tomou conhecimento do lançamento de vários procedimentos de contratação pública, na sequência do Contrato de Financiamento celebrado no âmbito do PRR, no dia 17 de Abril de 2025.

No campo económico verificámos que os rendimentos obtidos e que totalizaram quatro milhões, seiscentos e trinta quatro mil, trezentos e setenta e sete euros e vinte e três cêntimos (4.634.377,23€), representando um nível de crescimento, face ao exercício de 2024, em 15,9%.

Registou-se dessa forma, um aumento em mais seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete euros e três cêntimos (636.647,03€).

PAF
S
F. M. P.

Quanto aos contributos para esse crescimento destaque para a **conta 72 – Prestação de serviços** – com um aumento em mais duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três euros e trinta e um cêntimos (254.553,31€).

Por outro lado, a **conta 75 – Subsídios e Doações à Exploração** – contribuiu para justificar o aumento de rendimentos no exercício de 2025, com um valor de mais duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e nove euros e setenta e três cêntimos (297.439,73€), face a 2024.

A **conta 76 – Provisões (ganhos)** – possibilitou a reversão/ganho de um valor de quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis mil e noventa cêntimos (47.946,90€), decorrente de processo judicial, face à provisão realizada em 2022.

Por fim, a **conta 78 – Outros Rendimentos e Ganhos** – onde foram incluídos quarenta mil euros (40.000,00€), também resultado de desfecho de ação judicial, por via de transação no processo, contribuiu para o desempenho da componente dos rendimentos.

No campo dos gastos, o exercício de 2025 registou um aumento de 11,48% face ao exercício anterior (2024), correspondendo a mais quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte euros e oitenta e nove cêntimos (446.320,89€).

O aumento desta componente radicou especialmente em duas contas, respetivamente a **conta 63 – Gastos com Pessoal** – e a **conta 68 – Outros Gastos e Perdas**.

No que se refere à **conta relacionada com pessoal, conta 63**, o aumento foi de 10,12%, o que correspondeu a mais duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro euros e oitenta e três cêntimos (244.294,83€), comparativamente com 2024.

Em relação à **conta 68 – Outros Gastos e Perdas** – verificou-se um incremento desta rúbrica, em mais duzentos e três mil, trezentos e sessenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos (203.365,99€), e isto na medida em que se procedeu à correção de valores referentes à sociedade Clifargus (Medicina Física e de Reabilitação) na ordem dos cento e oitenta mil, e trezentos euros (180.300,00€), e “limpeza” de valores considerados incobráveis a utentes, na ordem dos trinta e um mil e duzentos euros (31.200,00€).

Analisadas as diferentes componentes Rendimentos / Gasto, verificou-se que o **Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2025 foi positivo**, concretizando-se em duzentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e três euros e oitenta e sete cêntimos (298.793,87€), o qual se propõe levar a resultados transitados.

O Conselho Fiscal / Definitório considerou ainda positivo o mapa de investimento concretizado, apesar das condicionantes decorrentes dos atrasos do PRR.

2025
F. Silva

Face ao exposto, deliberou o Conselho Fiscal / Definitório, por unanimidade, dar parecer favorável ao Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2025, assim como toda a documentação de suporte e à proposta de levar a Resultados Transitados o Resultado Líquido obtido, propondo à Assembleia Geral a respetiva aprovação.

Mais considerou, ser ainda de propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, e serviços de apoio, pelo trabalho desenvolvido, não apenas na preparação e elaboração da documentação, mas especialmente no desempenhado concretizado no exercício em análise.

Arganil, aos 10 de Março de 2026

O Conselho Fiscal

Livro número Um das Irmandades da Misericórdia, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, conforme verifiquei por pública-forma de documento arquivado neste Cartório, sob o nº 127, no Maço de Documentos referente ao Livro de Notas para Escrituras Diversas 67-E. _

_____ Verifiquei a identidade do segundo por conhecimento pessoal e a das restantes pela exibição dos respetivos documentos de identificação.

_____ **DISSERAM OS OUTORGANTES:** _____

_____ Que para pagamento integral da dívida do valor de **MIL NOVECENTOS E CINCO EUROS E SESSENTA CÊNTIMOS**, que as primeiras outorgantes têm para com a gestida do segundo outorgante, as primeiras dão à referida **"IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL"**, o **prédio rústico** composto por terra de mato e pinhal, sito em **Digueifel, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira** concelho de **Oliveira do Hospital**, com a área de dois mil cento e vinte metros quadrados, a confrontar do norte com Fernando Fonseca Martinho e outros, do nascente com Estrada, do sul com João Rafael Guerreiro Abreu e do poente com Acácio Augusto Borges, inscrito na respetiva matriz sob o artigo **2.650**, do qual se desconhece qualquer proveniência matricial, com os valores patrimonial tributário para efeitos de imposto municipal sobre as transmissões de 460,00 €, não descrito no registo predial. _____

_____ Que o imóvel, anteriormente pertencente à freguesia de Vila Pouca da Beira – extinta, foi adquirido na sucessão por óbito de **Fernando dos Santos Ribeiro** (NIF 164355758, NIF da herança 743603605), falecido em três de novembro de dois mil e dezasseis, de

36

quem as identificadas **Emilia Georgete** (seu cônjuge sobrevivente) e **Maria Manuela** (sua filha), foram declaradas únicas herdeiras, como consta da escritura de Habilitação outorgada neste Cartório em vinte de agosto de dois mil e dezoito, iniciada a folha cento e trinta e dois, do respectivo Livro de Notas Cento e Dezassete-E. _____

_____ Que o montante a que ascende a referida dívida resulta de encargos decorrentes do alojamento da identificada Emilia Georgete, no Lar de Terceira Idade propriedade da gestida do segundo outorgante, constantes das contas correntes respectivas referentes ao mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco e aos meses de janeiro e fevereiro de dois mil e vinte e seis. _____

_____ Que desta transmissão não resulta fracionamento proibido de prédios rústicos. _____

_____ **DISSE O SEGUNDO OUTORGANTE:** _____

_____ Que para a sua gestida aceita a presente dação e dá como integralmente liquidada a referida dívida. _____

_____ **DISSERAM, AINDA, OS OUTORGANTES:** _____

_____ Que este contrato não teve intervenção de mediador imobiliário. _____

_____ **ASSIM OUTORGARAM.** _____

_____ Adverti os outorgantes: de que este ato é ineficaz em relação à gestida do segundo, enquanto por ela não for ratificado; e de que incorrem na pena de desobediência prevista no artigo 348º do Código Penal se não tiverem cumprido o dever de fazer constar desta escritura a intervenção de mediador imobiliário de que tenham conhecimento. _____

_____ Exibiram: - caderneta predial, obtida via internet em 06.02.2026; e certidão comprovativa da referida omissão registal, com o nº 1141 emitida em 13.02.2026, pela Conservatória do Registo Predial de Arganil. _____


_____ Arquivo: - declaração para liquidação do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, com o registo nº 72167, apresentada hoje no Serviço de Finanças de Arganil; documento nº 160.526.069.651.030, com o comprovativo do pagamento do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (95,28 €); e documento relativo à liquidação do imposto do selo – verba 1.1 da respetiva Tabela, sob o qual caiu a isenção da al. d) do Artº 6º do CIS. _____

_____ De acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, os outorgantes foram informados de que decorre do cumprimento de obrigação legal a incorporação de todos os seus dados nos ficheiros informáticos existentes neste Cartório Notarial, os quais serão conservados com caráter confidencial, sem prejuízo das comunicações obrigatórias às entidades previstas na lei. _____

_____ Esta escritura foi lida aos outorgantes e devidamente explicada quanto ao seu conteúdo. _____

- Família georgeti Santos Ribeiro

- DA S. Ribeiro

- 

-

A Notária,



- Registo / Fat. recibo FAC 2026001/ /01.





AT
autoridade
tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL RÚSTICA
Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS: 0809 - OLIVEIRA DO HOSPITAL

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 06 - COIMBRA CONCELHO: 11 - OLIVEIRA DO HOSPITAL FREGUESIA: 26 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA OVAIA E VILA POUCA DA BEIRA

SECÇÃO: ARTIGO MATRICIAL Nº: 2650 ARV:

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

DIGUEIFEL

CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO

Norte: FERNANDO FONSECA MARTINHO E OUTROS Sul: JOÃO RAFAEL GUERREIRO ABREU

Nascente: ESTRADA Poente: ACÁCIO AUGUSTO BORGES

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 2016 Valor Patrimonial Inicial: €460,00

Valor Patrimonial Actual: €460,00 Determinado no ano: 2016

Área Total (ha): 0,212000

Descrição: TERRA DE MATOS E PINHAL

TITULARES

Identificação fiscal: 164355758 Nome: FERNANDO DOS SANTOS RIBEIRO

Morada: R JOAQUIM ANTUNES LEITÃO S/N, VILA COVA ALVA, 3305-285 VILA COVA DE ALVA

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: OUTRO Entidade: PROC.ADM.33/2016

Obtido via Internet em 2016-05-09

O Chefe de Finanças

(Maria Luisa Marques São Martinho Santos)



PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

DAÇÃO EM PAGAMENTO

O Conselho Fiscal /Definitório, no uso das suas competências, nomeadamente as previstas na alienas b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Misericórdia, e a solicitação da Mesa Administrativa, apreciou a escritura pública datada de 20 de Fevereiro de 2026, relativa à Dação em Pagamento do seguinte imóvel:

Artigo rústico n.º 2.650, com 2120 m2., sito na Digueifel, da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital

Após a devida análise, e considerando os seguintes aspetos:

- a) A Dação em Pagamento visa regularizar um valor em dívida relativo a comparticipação familiar – descendente em linha reta – pelo serviço assegurado pela resposta social de ERPI, e cujos meios económicos disponíveis (descendente em linha reta) poderão tornar incobrável esse montante, com o conseqüente aumento do mesmo;
- b) A receção do presente artigo, uma vez que se encontra localizado em zona urbanizável, tem um potencial de valorização interessante, na eventual realização de uma operação futura de alienação;
- c) A ratificação pela Assembleia Geral da escritura em causa poderá permitir, no exercício de 2026, o aumento dos ativos da Instituição, ou compensar eventuais alienações;

O Conselho Fiscal / Definitório deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à Dação em Pagamento do artigo atrás melhor identificado, propondo que a Assembleia Geral aprove a respetiva ratificação.

Mais considerou, ser de propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, pela capacidade de antecipação das necessidades da Instituição, bem como da política de gestão do património.

Arganil, aos 10 de Março de 2026

O Conselho Fiscal / Definitório



F. Albuquerque



PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

O Conselho Fiscal /Definitório, no uso das suas competências, nomeadamente a prevista na aliena c) do artigo 31º do Compromisso da Misericórdia, e a solicitação da Mesa Administrativa, apreciou a proposta desta última, relativa ao pedido de autorização para alienação/venda do seguinte imóvel:

Artigo urbano nº 2708 D, sito na Rua Torres de Cotilhas n.º 130, Freguesia de Arganil, Concelho de Arganil, Registado sob a descrição n.º1721 da Conservatória de Arganil, composto por um piso com 5 divisões e garagem, com uma área total do terreno com 144.30 m2, área de implantação de 144.30 m2, área bruta dependente de 18.20 m2 e uma área bruta privativa de 107.10 m2;

Após a devida análise, e considerando os seguintes aspetos:

- a) Necessidade de acautelar recursos económicos em resultado dos compromissos assumidos pela Instituição, sendo essencial um reforço de tesouraria para fazer face aos mesmos, designadamente os resultantes dos procedimentos no âmbito de candidaturas ao PRR;
- b) Evitar, face ao número de anos do edificado em causa, a realização de investimento no mesmo para a respetiva preservação;
- c) Perspetiva de alterações ao mercado imobiliário no território, fruto do aumento da oferta, nomeadamente de habitação a custos acessíveis.

Deliberou o Conselho Fiscal / Definitório, por unanimidade, dar parecer favorável à proposta de pedido de autorização de alienação/venda do imóvel atrás melhor identificado e nos termos solicitados pela Mesa Administrativa.

Mais considerou, ser de propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, pela capacidade de antecipação das necessidades da Instituição, bem como da política de gestão do património.

Arganil, aos 10 de Março de 2026

O Conselho Fiscal / Definitório



IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 06 - COIMBRA CONCELHO: 01 - ARGANIL FREGUESIA: 02 - ARGANIL
ARTIGO MATRICIAL: 2708 NIP:

Descrito na C.R.P. de : ARGANIL sob o registo nº: 1721

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: Rua Torres de Cotillas Nº: 130 Lugar: Arganil Código Postal: 3300-152 ARGANIL

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Prédio em Regime de Prop. Horiz.
Descrição: Predio urbano constituído em propriedade horizontal
Nº de pisos do artigo: 3

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 509,0000 m² Área de Implantação do edifício: 364,7000 m² Área bruta privativa total:
107,1000 m² Área de terreno integrante das fracções: 144,3000 m²

FRACÇÃO AUTÓNOMA: D

LOCALIZAÇÃO DA FRACÇÃO

Av./Rua/Praça: Rua Torres de Cotillas Nº: 130 Lugar: Arganil Código Postal: 3300-152 ARGANIL
Andar/Divisão: 1.º

ELEMENTOS DA FRACÇÃO

Afectação: Habitação Tipologia/Divisões: 3 Permilagem: 175,0000 Nº de pisos da fracção: 1

ÁREAS (em m²)

Área do terreno Integrante: 0,0000 m² Área bruta privativa: 107,1000 m² Área bruta dependente: 18,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 1990 Valor patrimonial actual (CIMI): €53.175,91 Determinado no ano: 2025
Tipo de coeficiente de localização: Habitação Coordenada X: 205.747,00 Coordenada Y: 361.462,00 Mod 1
do IMI nº: 1322354 Entregue em : 2007/03/08 Ficha de avaliação nº: 1597044 Avaliada em : 2007/04/19

$$Vt^* = Vc \times A \times Ca \times Cl \times Cq \times Cv$$

$$46.560,00 = 615,00 \times 112,5000 \times 1,00 \times 0,80 \times 0,990 \times 0,85$$

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de velustez, sendo A = Aa + Ab + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação.

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.
* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI.

TITULARES

Identificação fiscal: 501157654 Nome: SANTA CASA MISERICORDIA ARGANIL
Morada: R COMENDADOR CRUZ PEREIRA, ARGANIL, 3300-034 ARGANIL



AT
autoridade
tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 0701 - ARGANIL

Tipo de titular: Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** OUTRO **Entidade:** ÓBITO USUFRUTUÁRIA - PRA
1/25

ISENÇÕES

Identificação fiscal: 501157654

Motivo: MISERICORDIAS **Início:** 2024 **Valor isento:** €53.175,91

Emtido via Internet em 2026-02-23

O Chefe de Finanças

(Eduardo Jorge Nunes Costa)

ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

NIF EMISSOR: 501157654

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

EUPXNTMMKAEK



Para validar este comprovativo aceda ao site em www.portaldasfinancas.gov.pt, opção Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



Proprietário:	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL
Localização:	Rua Torres de Cotillas, nº 130, 1º Andar – 3300-152 Arganil
Descrição Predial / Matriz:	Artigo 2708 – D da Freguesia e Concelho de Arganil



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Bens Imóveis




1. DADOS DO PERITO/TÉCNICO AVALIADOR

Nome: **JOÃO ANTÓNIO ALVOEIRO DUARTE** Telefone: **+351 96 3031506**


e-mail: **joaoalvoeiro.eng@gmail.com** CC **6559830** Data Validade: **22/03/2029**

Certificados/
Habilitações
Profissionais:


Engenharia Civil [FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra], inscrito na Ordem dos Engenheiros sob o n.º 24643, como membro sénior.



Curso de Avaliação Imobiliária - ISEC - Instituto Superior de Engenharia Civil - setembro de 2009.



Curso de Gestão Imobiliária e Certificação de Peritos de Imóveis - outubro de 2011 a fevereiro de 2012



Perito avaliador inscrito na CMVM com o nº PAI/2013/0035
Apólice de Seguro nº 0153.10002599 da GENERALI válida até 27/03/2026

Ao serviço de: **CIVIBEIRA - Projetos e Avaliações, Lda.** NIF: **502 689 641**

Informações Perito: A empresa está implantada na região das beiras há 34 anos, encontrando-se vocacionada para prestar serviços na área de engenharia e fiscalização de obras, peritagens técnicas para os tribunais e avaliação de bens imóveis.

2. DADOS DA AVALIAÇÃO

Ref: **2708 - P1335** Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de Arganil** Morada: **Arganil**

Data Pedido: **25-02-2026** Data Visita: **28-02-2026** Data Entrega: **02-03-2026**

Elementos fornecidos para a realização do Relatório

- Caderneta Predial
- Certidão da Conservatória desatualizada

Elementos consultados para a realização do Relatório*
(para além dos elementos fornecidos)

- Visita ao local
- Bibliografia da Especialidade
- Cartografia Aérea
- Informação proveniente de prospeção

Identificação do(s) Prédio (s) **1721/19891130 - D** Freguesia **Arganil**
Concelho **Arganil**



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
Bens Imóveis



3. DADOS DO PROPONENTE DA AVALIAÇÃO

Nome do Proponente:	Santa Casa da Misericórdia de Arganil		
Morada:	Rua Comendador Cruz Pereira	Código Postal:	3300 - 034
Localidade:	Arganil	Freguesia:	Arganil
		Concelho:	Arganil
Telefone	235 200 490	Fax:	
		e-mail:	-
Telemóvel		NIF:	501 157 654
		Reg. Com.	-
Outras Informações:			

4. ANÁLISE QUALITATIVA DO PRÉDIO

4.1. PRÉDIO

4.1.1. Localização do Prédio

Morada:	Rua Torres de Cotillas, nº 130, 1º Andar	Código Postal:	3300 - 152
Localidade:	Sobreiral	Freguesia:	Arganil
		Concelho:	Arganil

4.1.2. Caderneta Predial Urbana e Certidão da Conservatória

	CADERNETA PREDIAL URBANA
IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO	
MUNICÍPIO: 05 - COIMBRA CONCELHO: 01 - ARGANIL FREGUESIA: 02 - ARGANIL	
ARTIGO MATRICIAL: 2726 NP:	
Inscrito no R.R.P. de: ARGANIL sob o registo nº: 1721	
LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO	
Av. Situação: Rua Torres de Cotillas nº 130 Lugar: Arganil Código Postal: 3300-152 ARGANIL	
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	
Tipo de Prédio: Prédio em Registo de Prop. Horiz	
Descrição: Prédio urbano construído em propriedade hereditária:	
Nº de pisos do artigo: 5	
ÁREAS (em m²)	
Área total do terreno: 504,000 m² Área de implantação do edifício: 384,300 m² Área bruta privativa total: 107,100 m² Área de terreno integrante da parcela: 146,300 m²	
FRACÇÃO AUTÓNOMA: D	
LOCALIZAÇÃO DA FRACÇÃO	
Av. Situação: Rua Torres de Cotillas nº 130 Lugar: Arganil Código Postal: 3300-152 ARGANIL	
Anatomia: 1º	
ELEMENTOS DA FRACÇÃO	
Afectação: Habitação; Tipologia/Descrição: 2 Parvulação: 176,500 m² de planta em 1ª e 2ª: 1	
ÁREAS (em m²)	
Área de terreno integrante: 0,000 m² Área bruta privativa: 107,100 m² Área bruta dependente: 18,000 m²	
DADOS DE AVALIAÇÃO	
Ano de inscrição na matriz: 1990 Valor patrimonial actual (2011): 658,175 51 (Determinado no ano: 2003)	
Tipo de incidência de localização: Habitação Coordenada X: 205,747,00 Coordenada Y: 281,482,00 Área 1 do edifício: 322204 Situação em: 2007/02/08 Ficheiro de avaliação nº: 1887044 Avaliação em: 2007/04/18	
<small> N.º de identificação do imóvel: 501 157 654 Nome: SANTA CASA MISERICORDIA ARGANIL Morada: R. COMENDADOR CRUZ PEREIRA, ARGANIL, 3300-034 ARGANIL </small>	



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



AT
autoridade
tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL URBANA
SERVIÇO DE FINANÇAS URBANAS - ARGANIL

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: OUTRO Entidade: ÓBITO USUFRUTUÁRIA - PRA
1/25

ISENÇÕES

Identificação fiscal: 501157654

Motivo: MISERICORDIAS Início: 2024 Valor Isento: 653.176,91

Emitido via Internet em 2025-02-23

O Chefe de Finanças

(Eduardo Jorge Nunes Costa)

ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

NIF EMISSOR: 501157654

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

EUPXNTMMKAEK



Para validar este comprovativo acesse ao site em www.portaldasfinancas.gov.pt, clique no Serviço > Outros Serviços > Validação de Documento e introduza o nº do contribuinte e código de validação (indicados na ficha de leitura do código QR fornecida). Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



Conservatória do Registo Predial de
Arganil

Freguesia Arganil

1721/19891130 - D

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: SP-3389-19259-060102-001721

DESCRIÇÃO FRACÇÃO AUTÓNOMA

COMPOSIÇÃO:

Primeiro andar do lado nascente destinado a habitação com sala, dois quartos, cozinha, despensa, casa de banho, corredor, varanda dos lados poente/sul e varanda do lado norte (125 m²) - garagem a terceira no sentido nascente/poente (18 m²).

Valor Tributável: 1.456.000,00 Escudos

O(A) Conservador(a)

Maria do Carmo Dias Ribeiro de Oliveira Marques

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 3 de 1991/11/11 - Constituição da Propriedade Horizontal

Conservatória do Registo Predial de Arganil
AP. 3632 de 2021/05/20 19:47:00 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2021/05/20 19:47:00 UTC
ABRANGE 33 PREDIOS

CAUSA : Doação

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL
NIPC 561157654
Sede: Arganil

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MARIA DE DEUS RODRIGUES PINTO FERNANDES
NIF 136829210

** A sujeito passiva é a meeira e a única herdeira de Arménio da Costa Fernandes, constituaire inscrito.

O(A) Conservador(a) de Registos

Maria do Carmo Dias Ribeiro de Oliveira Marques

Conservatória do Registo Predial de Arganil
OFICIOSO
AP. 3632 de 2021/05/20 16:07:04 UTC - Usufruto
Registado no Sistema em: 2021/05/20 16:07:04 UTC
ABRANGE 33 PREDIOS

CAUSA : Reserva em Doação

C.R.F. Arganil
www.predialonline.mj.pt

Informação em Vigor
2022/01/24 16:28:29 UTC

Página - 1 -
www.casapronta.mj.pt



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



Conservatória do Registo Predial de
Arganil

Freguesia Arganil

1721/1989/130 - D

INSCRIÇÕES - AVERRAMENTOS - ANOTAÇÕES

SUJEITO(S) ATIVO(S) :

** MARIA DE DEUS RODRIGUES PINTO FERNANDES

NIF 136829210

Viúvo(s)

Morada: Lar da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, Rua Comendador Cruz Pereira

Localidade: Arganil

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria do Carmo Dias Ribeiro de Oliveira Marques

REGISTOS PENDENTES

13 - Registo predial de 1972.

Certidão permanente disponibilizada em 05-04-2022 e válida até 05-04-2022



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



CIVIBEIRA
Peritos e Avaliações, Lda

4.1.3. Análise Qualitativa do Prédio

Artigo 2708 – D Urbano

Ano de Construção

1990
T2
1

Ano de Reabilitação/Reconstrução

--

Tipologia

T2

Utilização

Habitação

Nº de casas de banho

1

Composição: 1º Andar: Sala comum, dois quartos, cozinha, casa de banho, despensa e duas varandas.
R/Chão: Garagem.

CONSTITUIÇÃO E REVESTIMENTOS

Composição	Pavimentos	Paredes	Tetos
Sala comum	Mosaico cerâmico	Estuque pintado	Estuque pintado
Quartos	Parquet de madeira	Estuque pintado	Estuque pintado
Casa de banho	Mosaico cerâmico	Azulejo cerâmico	Estuque pintado
Cozinha	Mosaico cerâmico	Azulejo cerâmico	Estuque pintado
Garagem	Betonilha afagada	Bloco à vista	Chapa de fibrocimento

ESTRUTURA DO EDIFICADO

Classificação	SEGURANÇA		
	1	2	3
BETÃO ARMADO COM LAJES MACIÇAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAREDES RESISTENTES EM PEDRA COM LAJE EM VIGOTAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PORTICADA COM LINTEL DE TRAVAMENTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
ESTRUTURA EM BETÃO ARMADO COM COBERTURA METÁLICA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAREDES RESISTENTES EM PEDRA COM LAJE EM SOALHO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

COBERTURA

Classificação	SEGURANÇA		
	1	2	3
LAJE DE BETÃO ARMADO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LAJE DE VIGOTA PRÉ-ESFORÇADA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
MADEIRA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
COBERTURA METÁLICA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VIGOTA E RIPA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



CLASSIFICAÇÃO DE PARÂMETROS DO EDIFICADO						
Classificação	1	2	3	4	5	
	Mau	Medíocre	Suficiente	Bom	Muito Bom	
CONFORTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
QUALIDADE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
ACABAMENTOS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
BENEFICIAÇÕES	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
VENTILAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
SEGURANÇA CONTRA INTRUSÃO	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
ISOLAMENTO TÉRMICO	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
ACESSIBILIDADES E LOCALIZAÇÃO						
Classificação	1	2	3	4	5	
	Mau	Medíocre	Suficiente	Bom	Muito Bom	
ACESSIBILIDADES	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
LOCALIZAÇÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
QUALIDADE DAS VISTAS						
Classificação	1	2	3	4	5	0
	Mau	Medíocre	Suficiente	Bom	Muito Bom	Encosto
EXPOSIÇÃO FACHADA - N	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EXPOSIÇÃO FACHADA - S	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EXPOSIÇÃO FACHADA - E	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EXPOSIÇÃO FACHADA - O	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Construção:

Situa-se na zona poente da vila de Arganil, próximo da Escola EB 2,3, numa zona habitacional, tem bons acessos e razoável rede de transportes.



5. LOCALIZAÇÃO



Planta de localização do Google – Sem Escala

COORDENADAS: NORTE – 40°13'18.43"

OESTE – 08°03'55.56"

ALTITUDE – 207.00 m

COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO (IMI) – 0.80 para habitação



6. REPORTAGEM FOTOGRÁFICA



VISTA DA COZINHA



VISTA DE UM DOS QUARTOS



VISTA DO OUTRO QUARTO



VISTA DA CASA DE BANHO



VISTA DA SALA COMUM



VISTA DO ALÇADO PRINCIPAL DO EDIFÍCIO



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis

CIVIBEIRA
Projetos e Avaliações, Lda



VISTA DA DESPENSA



VISTA DO ALÇADO LATERAL ESQUERDO



VISTA DO INTERIOR DA GARAGEM



VISTA DO PORTÃO DA GARAGEM



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



7. IDENTIFICAÇÃO DO MÉTODO APLICADO NO CÁLCULO DO P.V.T. – PRESUMÍVEL VALOR DE TRANSAÇÃO

O **Método Comparativo de Mercado** consiste na comparação com outros imóveis semelhantes, dos quais são conhecidos os preços no Mercado Imobiliário. A aplicabilidade deste método exige que se verifiquem requisitos, como a existência de um mercado imobiliário ativo, a obtenção de informação correta, a existência de transações de imóveis semelhantes. No entanto, facilmente se depreende que os imóveis não sendo todos iguais, devem ser efetuados ajustamentos relativos às suas características, relativos ao seu tipo de utilização, potencial, dimensões, localização, acesso, infraestruturas existentes, vetustez, valores sócio - culturais, qualidade ambiental e data de transação. Assim, procurou-se obter a informação mais correta, tendo sido analisadas várias ofertas no mercado local, tendo sido comparados 4 imóveis. Face aos valores encontrados, dado que são ofertas de venda e não valores efetivos de venda, optou-se por reduzi-los em cerca de 20%.

Nota: Ver tabelas com prospeção e respetivos cálculos.

8. CÁLCULO DO P.V.T. (Presumível Valor de Transação)

MÉTODO COMPARATIVO					
Prédio nº 1721/19891130 - D - Freguesia de Arganil					
Art.	Designação	Qt.	Un.	Preço Unitário [€]	Valor Total [€]
1 TERRENO					
1.1.	Terreno	1.00	Un		
2 CONSTRUÇÃO					73,964.70 €
2.1.	Habitação	107.10	m2	657.00 €	70,364.70 €
2.2.	Garagem	18.00	m2	200.00 €	3,600.00 €
TOTALP.V.T. - Presumível Valor de Transação					73,964.70 €
VALOR ARREDONDADO					74,000.00 €
Extenso:	Setenta e quatro mil euros				



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Bens Imóveis



ANEXOS

A ANEXOS: PROSPECÇÃO DE MERCADO

Item	Comparável 1	Comparável 2	Comparável 3	Comparável 4	Comparável 5	Comparável 6
Tipo:	Apartamento	Apartamento	Apartamento	Apartamento		
Tipologia:	T2	T3	T3	T2		
Ano/Estado:	1998/Razoável	1984/Razoável	1998/Razoável	Razoável		
Rua:	Sobralal	Abrunhós	Sarzedo	Fundo de Vila		
Freguesia:	Arganil	Arganil	Sarzedo	Tábua		
Concelho:	Arganil	Arganil	Arganil	Tábua		
Empreendimento:						
Imobiliária:	Greenlands	Greenlands	Particular	Particular		
Contacto:						
Área Bruta Prv.	111	202	155	80		
Área de Impl.						
Área de Terreno						
Valor Pedido	126,000	140,000	120,000	100,000		
% Negociação	20%	20%	20%	20%		
Valor Pedido Exp.	100,800	112,000	96,000	80,000		
Valor Unitário	908	554	619	889		
Valor Un. Ajust.	681	371	619	758		
Localização						
Idade	-10%	5%	10%			
Qualidade/Acab.	-15%		5%	-10%		
Área		-10%		-5%		
Elevador		8%	5%			
Estacionamento						
Serviços comd.						
Abp Arrumos					0	0
Valor Unitário						
Valor Total						
Abp Est. Aberto	0	0	0	0	0	0
Valor Unitário						
Valor Total						
Abp Est. Fechado	0	0	0	0	0	0
Valor Unitário						
Valor Total						
Abp Var./Terr.	0	0	0	0	0	0
Valor Unitário						
Valor Total						
Área logradouro					0	0
Valor Unitário						
Valor Total						
Média Ajustada	656,77	Desvio Padrão		Volatilidade		

B ANEXOS: MÉTODO DO RENDIMENTO

Colocar em "Anos": ST - Contrato sem termo DEV - Devoluto

B1 RENDA EFETIVA

Designação	Uso	Pisos	Área (m2)	Anos	Renda Mensal (Eur)	Custos (Eur/m2)	Taxa Act. (%)	Valor Financ. Act. (Eur)
Cave								
Cave								
R/c		1		DEV			4%	
Andares		1		DEV			4%	
Logradouro								

B2 RENDA POTENCIAL

Designação	Uso	Pisos	Área (m2)	Anos	Renda Mensal (Eur)	Custos (Eur/m2)	Taxa Act. (%)	Valor Potenc. Act. (Eur)
Cave								
Cave								
R/c		1		DEV		5.0%	4%	
Andares		1		DEV		5.0%	4%	
Logradouro								

B3 VALOR DE MERCADO PELO MÉTODO DO RENDIMENTO

Designação	Uso	Pisos	R. Efectiva (%)	R. Potencia (%)	Valor Financ. Act. (Eur)
Cave					
Cave					
R/c		1		100.00%	
Andares		1		100.00%	
Logradouro					

VALOR DE MERCADO (Eur)

VALOR UNITÁRIO (Eur/m2)



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



MÉTODO DE CUSTO					
Prédio nº 1721/19891130 - D - Freguesia de Arganil					
Art.	Designação	Qt.	Un.	Preço Unitário [€]	Valor Total [€]
1	TERRENO				10,000.00 €
1.1.	Terreno	1.00	Un.	10,000.00 €	10,000.00 €
2	CONSTRUÇÃO				97,335.00 €
2.1.	Habitação	107.10	m2	850.00 €	91,035.00 €
2.2.	Garagem	18.00	m2	350.00 €	6,300.00 €
					-27,463.30 €
Custo de Projeto/ Administrativo e Gestão		5.00%			4,866.75 €
Custos Comerciais		5.00%			5,366.75 €
Custos Financeiros		5.00%			4,866.75 €
Depreciação Física e Funcional		-57.40%			-58,663.80 €
Margem do Promotor		15.00%			16,100.25 €
TOTALP.V.T. - Presumível Valor de Transação					79,871.70 €
Valor Arredondado					80,000.00 €
Extenso:	Oitenta mil euros				

NOTA: A depreciação física considerada foi obtida pela tabela de Ross-Heidecke



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



CIVIBEIRA
Projetos e Avaliações, Lda

9. OBSERVAÇÕES, PREMISSAS E DEFINIÇÕES

CONCLUSÕES

O valor a considerar é o que foi obtido pelo **Método Comparativo de Mercado**, ou seja **74.000,00 €** (Setenta e quatro mil euros). Dada a área onde se encontra inserido o imóvel, o valor obtido pelo **Método de Custo** não corresponde à realidade, optando o perito por considerar o método comparativo o mais adequado para o imóvel em causa. Refira-se que, no **Método de Custo**, o fator localização não é tido em conta, tomando-se desta forma menos fiável que o **Método Comparativo de Mercado**. Refira-se ainda que, os valores obtidos pelos dois métodos não são muito diferentes.

- Foi efetuada uma visita ao imóvel para verificação das suas características construtivas e tipológicas e caracterização da realidade urbana envolvente.

- A cobertura da garagem é feita através de chapa de fibrocimento, a qual terá de ser substituída por conter amianto, uma substância cancerígena.

- Os valores de avaliação estimados correspondem ao valor do imóvel à data do presente relatório, sendo a sua validade não superior a 6 meses.

- O Avaliador considera-se ainda, alheio a fatores de influência de valor inerentes ao estado de conservação do imóvel e políticas inerentes ao uso do solo durante esse prazo.

- Todos os dados constantes do presente relatório de avaliação e inerentes à situação legal do imóvel foram confrontados com documentação correspondente ao mesmo.

- A reprodução do presente relatório está de todo interdita, sendo, no entanto, a apresentação a terceiros permitida.

- A presente avaliação tem como objetivo o cálculo do presumível valor de Transação (PVT) do imóvel em análise.

- Considerou-se que o imóvel está livre de ónus e encargos e que o proprietário não está obrigado à sua venda por razões legais ou outras.



DEFINIÇÕES – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

1. Método Comparativo

Este método está baseado no “princípio de substituição”, que define o valor de um imóvel como o equivalente ao de outros imóveis com características semelhantes. O valor obtido por este método, baseia-se assim em valores de transação de imóveis idênticos e comparáveis, ao objeto de avaliação, cuja localização se insira na mesma área de mercado imobiliário. Com base no trabalho de campo realizado, no mercado e o correto estabelecimento das qualidades e características intrínsecas do bem imóvel realiza-se um levantamento dos preços de transação de imóveis comparáveis, isto é, que sejam tanto quanto possíveis semelhantes ao imóvel em avaliação. Com base no preço unitário dos comparáveis procede-se à homogeneização dos mesmos para equipará-los ao imóvel a avaliar tendo em linha de conta as diferenças como idade, estado de conservação, nível de acabamentos, entre outros.

2. Método do Rendimento

O método do rendimento assenta na capacidade que um bem possui para gerar rendimentos durante um determinado período, tendo por base as condições normais do mercado e na conservação desses rendimentos, numa valorização atual. O método do rendimento pode ser aplicado usando duas técnicas distintas: a técnica da atualização (DCF – Discounted Cash Flow Analysis) e a técnica da capitalização direta (Direct Capitalization). A técnica de capitalização direta avalia o imóvel através da divisão dos rendimentos gerados por uma taxa de capitalização. Este método utiliza apenas informação sobre o rendimento de um único período. A sua aplicação implica que sejam estimados os rendimentos proporcionados pela propriedade em apreço e a fixação de uma taxa de capitalização. A técnica da atualização decorre de um modelo de análise de investimento onde os custos e proveitos que ocorrem em momentos temporais distintos são convertidos ao momento atual (atualizados) com base numa taxa de desconto ou atualização.

3. Método do Custo

O método do custo na sua variante evolutiva, ao valor do terreno soma-se o custo de reprodução das edificações / plantações e subtrai-se a depreciação física e funcional aplicável, que tem em consideração a idade e o estado de conservação. Deste modo o valor do imóvel determinado através desta metodologia considera o valor do terreno e das construções e benfeitorias existentes, bem como todos os custos indiretos necessários à promoção do imóvel em apreço, nomeadamente custos com o projeto, custos com o licenciamento e de promoção. O método do custo na sua variante involutiva ou método do valor residual é aplicado para determinar o valor mais provável que um promotor imobiliário típico pagaria por um imóvel, no momento da avaliação e o aproveitaria no seu melhor e maior uso. Este método conduz à determinação do valor do imóvel no momento atual, deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo edificado, os custos necessários à execução física da construção, bem como, os custos indiretos. O valor do imóvel é, desta forma, o resultado de uma diferença de valores em que as receitas são obtidas por comparação de mercado e os custos são os praticados pela construção civil e os encargos indiretos afetos estimados.



**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO**
Bens Imóveis



10. DECLARAÇÃO DO PERITO

O técnico da Civibeira, Lda. visitou e observou cuidadosamente o bem objeto de avaliação, tendo coligido os elementos disponíveis para, em conjugação com os restantes elementos documentais relativos ao mesmo bem, elaborar o competente relatório.

Consequentemente, o relatório de avaliação, de acordo com o conhecimento do bem, traduz com rigor o objeto de avaliação, na estrita medida da conjugação com os elementos documentais facultados e das informações adicionais que sobre o mesmo tenham sido recolhidas.

O técnico da Civibeira, Lda., não tem qualquer interesse presente ou futuro no bem objeto de avaliação, refletindo-se assim no relatório a total isenção e imparcialidade de análise.

O perito avaliador efetuou a avaliação de acordo com as exigências da Lei nº 153/2015 de 14 de setembro.

11. ASSINATURA DO PERITO

Assinado por: **João António Alvoeiro Duarte**
Num. de Identificação: 06559830
Data: 2026.03.02 23:43:20+00'00'

